

LOPES PEREIRA

MURTOSA

— GENTE NOSSA —



FEIRA
MCMLVI

20-00

✓ 141191



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

MURTOSA

bibRIA

GENTE NOSSA

UA - SD



159300



— EXTRACTOS —

*Mulher excelsa e quase divina da minha Terra...
andarilha de todos os caminhos, a jornadaear em
teus passos miudinhos, ancas balanceadas sem
pecado, como ondulações dum mar sem fúria,
o teu pesado trabalho de todos os dias, de cada
hora.*



*... cresce sobre o seu próprio corpo, trepa à proa do
barco meio-alagado e manda remar para o mar
alto a buscar o negro pão dos filhos, que depois
não quer ver presos às suas dores.*



*... fez da plaga marinhôa, um canto heróico de
estrofes harmoniosas e altas a glorificarem, depois
e sempre, as durezas do seu esforço com lágrima
dos seus olhos e suores dos seus braços.*



*Nascemos assim apenas com a sombra dos caminhos,
a cavalgada dos ventos, a rebeldia da leiva
e a braveza das águas.*

LOPES PEREIRA

MURTOSA

— **GENTE NOSSA** —

bibRIA

RETALHOS ETNO-BIOGRÁFICOS



FEIRA

MCMLVI

LOPES PEREIRA

bibRIA

DESTA EDIÇÃO FEZ-SE UMA TIRAGEM
ESPECIAL NUMERADA DE 1 A 60

INTRODUÇÃO

Ainda que incompleto por falta de elementos que o autor não teve tempo de obter e sem a sua revisão que supriria outras deficiências que possam ser notadas, é feita por devoção saudosa de velha amizade, a publicação póstuma deste trabalho deixado por **Lopes Pereira**, em homenagem à sua memória e à de quantos como ele, acalentaram a fé de uma **MURTOSA** maior.

CARLOS BARBOSA

bibRIA

INTRODUÇÃO

Este punhado de laudas cheira a maresia por as umedecerem, donde em onde, borrifos das saisugens da laguna circundante, salpicos das águas que afluem vindas de afastados horizontes do mar alto, ecos da sua voz, todas ébrias de torteria azul-safira dos céus, das águas que refluem para linhas ígnotas, agora amassadas em singela cromia de tons, mas sempre em constante inquietude de retornos de maravilhosa força. Às que vêm, parece que nos trazem no espelho ondeante dos seus reflexos, aqueles doces efluvios de teinuras e de melodiosas harmonias interiores, dir-se-iam cantos de cotovias nas alvas jubilosas da mocidade. Torturadas, então, pela agonia da luz e tingidas já por laivos sanguíneos dos poentes da velhice, as que se vão só nos descobrem o lodo dos fundos, o acicate da saudade pelos perfumes aspirados e um lúgubre esvoaçar de asas augurais. Há, no entanto, que acolhê-las a todas no mesmo teor de impressivo paralelismo e compreendê-las sempre no seu enlaçante e suave trânsito através do matiz da paisagem. À umas porque abeberavam a leiva, saneando as testeiras inaráveis das extremas, como acontece às penumbras reconditas da nave quando lhes chega o benefício da renovação atmosférica. Às outras, porque destor= roavam a aridez das «zorrás», deixando sobre essas estéreis concreções o humus dos seus sedimentos fertilizantes.

Porque todas são o romance das alvoradas radiosas e dos entardeceres nostálgicos — vibração das seivas fecundas, folhas caídas dos ramos secos. Tudo uma temática episódica da vida...

INTRODUÇÃO

bibRIA

OMEES BOOS de outros tempos

Funções judiciárias e administrativas.

I

Nos afastados tempos da Idade-Média, os senhores e donatários dos Coutos, Quintas, Honras, Solares, etc., é que tinham sobre os seus homens o poder legislativo, executivo e judiciário. A sujeição ao Chefe do Estado naquela época era para estes, apenas, uma sombra, segundo as lições colhidas (in-*Memórias da Litteratura Portuguesa*, I, V e VI, e in-*Monarchia Lusitana*, III). Os juízos não eram escritos, só começando a sê-lo no reinado de D. Diniz, e as audiências faziam-se nos adros, depondo as testemunhas na presença de todos. Os pleitos eram decididos, em muitos casos, por polémicas judiciárias, pelas sortes e pelos Juízos de Deus.

Ao começar da monarquia portuguesa no século XII a Europa estava cheia desta jurisprudência. As sentenças naquele tempo não eram proferidas por um só, mas por muitos a que chamavam *Conselho* e até às vezes se consultavam os *omees-boos* que estivessem presentes. Os instrumentos públicos eram feitos por clérigos e poucos se acham exarados por seculares. Seguiram-se depois os tabeliães e a estes, os escrivães.

No decurso do regime absoluto pròpriamente dito, era no poder real que se concentravam as instituições da *Justiça* e da *Administração*, e os seus agentes oficiais baralhavam-se numa instável confusão de poderes. Havia, portanto, entidades diferentes que exerciam funções simultâneamente políticas e judiciárias: Intendente-geral, Juizes-de-fora, Ordiná-

rios e Corregedores, Almotaces, Câmaras e Provedores. Estes conheciam do cumprimento dos testamentos, causas dos órfãos, contas das capelas, confrarias, hospitais, albergarias e estabelecimentos pios. Decidiam também os negócios e questões fiscais.

Os juizes foram criados em 1211 por lei de D. Afonso II: «...estabeleceo juizes conuem assaber que o rreyno e todos que en el morasem fosem por ele rregudos e sempre julgados...» (in *Port. Mon. Historica, Leges*, pág. 163). Em 1250 já há juizes e sobrejuizes, porque entre outras fontes pode-se mencionar a da apresentação pelo Arcebispo de Braga, das suas reclamações ao Rei nas Cortes de Guimarães, a qual a eles expressamente se refere. É, então, nos meados do século XIII que o direito romano recupera o seu domínio entre nós e na Península.

As instituições de «apelação» que implica a existência de juizes hierarquizados, deve-se às leis de D. Afonso II segundo os tratadistas jurídicos, porque a *Lex Gothorum* a ignorava e o direito consuetudinário era o que informava, quase inteiramente, a nossa vida jurídica dessa época. Sabe-se por isso que, quando os Bárbaros invadiram o império romano, trouxeram como vencedores o seu direito e applicaram-no. Da fusão desse direito (germânico) e do direito escrito (romano) saíram as nossas Leis. Havia também os «juizes alvidros» que uma lei de D. Afonso III define assim: «Juizes alvidros son aqueles que son feytos he elegudos a prazer das partes» (in *Port. Mon. Historica, colecç. citada*, pág. 272), aos quais se referem todas as nossas ordenações.

Entre nós a existência do tabelião ou escrivão é assinalada em documentos particulares na primeira década do século XIII, mas a sua oficialização só se vê no tempo de D. Diniz, no diploma de 12 de Janeiro de 1305. Era sucinta esta disposição, mas o Rei promulgou outra mais extensa num regimento de 29 artigos, logo em seguida.

Nota:

Corregedores. A partir de D. Afonso IV aparece a sua designação, mas D. Fernando foi quem regulou as suas jurisdições, depois incorporadas nas Ordenações Afonsinas no § 11 do título 63. Naquela primeira época os Corregedores eram como uns delegados do Soberano para exercerem o *corrigimento* ou *correição* que os nossos antigos reis «exercitavão ordinariamente por si mesmos, discorrendo pelo Reino». Estes delegados ou eram mandados para conhecer de certos casos a cujas diligências se deu o nome de *alçadas* ou eram fixos em certos distritos, e se chamavam então *meirinhos* (ta *Memoria V para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, de António Caetano de Amaral, pág., 172 — Nota A).

Antes de 1835, o reino estava dividido em comarcas, que se compunham de diversos *concelhos, julgados e ouvidorias*. Cada comarca tinha, ordinariamente, um corregedor e um provedor — magistrados, cada um com diversas atribuições judiciais e administrativas. Eram superiores aos juizes dos respectivos concelhos ou julgados. Estes tinham, de um modo geral, um juiz ou letrado que se chamava Juiz de Fora, ou leigo denominado Juiz Ordinário, e alguns destes tinham dois juizes que se alternavam no serviço. O Juiz Ordinário era o presidente nato da Câmara Municipal respectiva e no seu impedimento servia de Juiz, presidindo às sessões, o vereador mais velho. Distinguia-os o símbolo das varas de que iam munidos nas cerimónias oficiais: — brancas para os «juizes letrados»; vermelhas para os «leigos». Havia concelhos pertencentes a uma comarca com a qual não confinavam, achando-se intercalados em comarcas diferentes, e havia povoações destacadas dos concelhos a que obedeciam, intercaladas noutros às quais superintendia um juiz pedâneo de limitadíssima jurisdição.

Até o século XIV o tribunal supremo do Rei era designado pelos nomes de *Cúria do Rei, Tribunal da Corte e Tribunal da Casa do Rei*. Os magistrados que o formavam, chamavam-se *sobrejuizes* e também *ouvidores*. No princípio deste século havia já no tribunal da Corte os «ouvidores» das *supricações* ou da *sopricaçam*, juizes encarregados da decisão dos recursos supremos. D. Afonso IV publicou a este respeito um regimento, distinguindo as funções dos juizes da apelação cível e as dos juizes da suplicação que tinham

Notas:

Alcaide pedâneo ou *juiz pedâneo* é o que os romanos chamavam *index pedaneus*. Era, pois, o juiz que nas localidades menos importantes julgava de pé, e não era letrado. Assim, era uma espécie de juiz de paz como mais tarde foi instituída essa magistratura ou um seu equivalente.

Julgado. É a divisão territorial sobre que tem jurisdição o juiz ordinário. Mas nas *Inquirições* desde D. Afonso II até D. Diniz, *julgado* significava *concelho*, *terra* ou *termo* que tinha juiz ou alvazil, com maior ou menor jurisdição. Também se chamava *julgado* a certo tributo que se pagava ao juiz da terra, proveniente de carne e outros comestíveis que se vendiam no distrito da sua jurisdição. Até 24 de Outubro de 1855 todos os concelhos eram julgados. Desde essa época, o concelho ficou sendo uma circunscrição diversa de julgado, porque foram suprimidos certos julgados ficando neles existindo os concelhos como municípios.

Almotacés. Esta autoridade fiscal já assinalada em tempos de D. Diniz, era a sombra negra dos mestrais e regatões, por vigiar a pureza dos géneros e a rectidão dos pesos e medidas. Assim, quando a raza não andava ao lado da razeira,

a seu cargo tomar conhecimento dos agravos. Como estes tribunais tinham a sua sede em Lisboa, esse facto causava graves inconvenientes à administração da justiça. Para os suprir, existiam as *alçadas* que parece haverem começado já neste tempo e eram uma espécie de tribunal ambulante com um ou mais juizes que iam pelo reino a julgar sem apelação nem agravo, ora só os feitos crimes, ora também os cíveis. Quando o julgasse necessário, o Rei dava *alçada* a alguém sobre todo o reino ou apenas sobre uma província e assim se ia administrando justiça. Lendo Gama Barros na sua *História da Administração Pública*, etc., vê-se que a casa da suplicação saía algumas vezes para fora de Lisboa, ora acompanhando o Rei, ora sem ele, mas nunca passava da Extremadura ou do Alentejo, de modo que as outras províncias ficavam prejudicadas.

Em muitos concelhos, Alexandre Herculano (in *História de Portugal*, VII, 175 e seg.) elucida que os juizes encarregados de administrar justiça nos municípios eram designados por *alvases*, noutros por *alcaldes* e ainda noutros simplesmente por *juizes*. Os *alvases*, *alcaldes* ou *juizes* eram de um modo geral dois, mas havia concelhos que tal magistratura era desempenhada por quatro ou mais indivíduos. A princípio eram de nomeação do monarca como representantes do poder real, mas depois foram abrangidos na instituição electiva popular.

De sucinto modo era este, pois, o esquemático panorama das magistraturas judiciárias que desde os primórdios da monarquia portuguesa até às reformas liberais do constitucionalismo informaram o estatuto e a vida pública nacionais, e cujo relato acaba de ser feito em ligeira síntese.

o ralo com o funil, o fiel com a balança, o almotacé intervinha com a sua vara, o seu poder a sua jurisdição e julgava quase discricionariamente. Vigia o próprio cumprimento dos preços dos géneros tabelados ou almotaçados como então se dizia. A almotaçaria era constituída por uma taxa fiscal, revertendo uma parte para o almotacé.

Vem de longe a fixação de preços e salários. Oliveira Martins informa que ela «foi comum a toda a Idade-Média e a todas as nações». A primeira medida a este respeito julga-se ser estabelecida em 1145 numas posturas da Câmara de Coimbra. A lei de D. Afonso III de 26 de Dezembro de 1253 determina a taxa de preços para a venda dos produtos, segundo Teixeira de Aragão ao relatar-nos a reforma monetária deste Rei para a região do Minho e Douro. É de registar também a intervenção do Estado na usura dos preços e salários após o terramoto de Lisboa em 1757, os quais haviam subido desmedidamente pela escassez dos produtos e outros factores de instabilidade e desconfiança.

Assim, dentro do âmbito desta primeira e tão diversa organização judicial, pelo que a nós toca, alinha-se este apontamento de alguns dos nossos mais ilustres antepassados:

Numa doce evocação, começam a surgir, agora, do fundo dos tempos, como farrapos de delidas iluminuras, as imagens dos primeiros «Omees-Boos» murto-seiros que os documentos da minha colecção revelam à veneração do nosso memorar. Entre 1258 e 1358 — início provável e fim comprovado — medeiam pelo menos cem anos durante os quais se deveriam succeder nas magistraturas da terra reguengueira do julgado de Pardelhas muitos desses barões assinalados — juizes, procuradores e vereadores. Da sentença que utilizo (in *Chancelaria de D. Pedro I*, livro I, fls., 22) entrevê-se com certa clareza que a sua lista havia de ser extensa mas dela não chegou até nós os nomes. Mas nem por a sombra de um pesado anonimato os envolver, os seus vultos se mostram menos dignos de figurar nas memórias deste ingénuo quadro de homenagens. Não deve duvidar-se, assim, de que anterior mesmo a terem-lhe sido asseguradas pelo Rei em 1269 as jurisdições no couto de Sandim na terra de Santa Maria, as beneditinas de Vila Cova houvessem procedido a um estabelecimento jurisdicional no distante e efémero reguengo de Pardelhas, como suas donatárias que eram.

Alçada. Este vocábulo, ora designa a jurisdição dos magistrados, ora o próprio tribunal que percorria o reino ou alguma das suas províncias.

Alcalde e alcaide. Não deve haver confusão quanto ao alcance e significação, ao diverso exercício funcional destas magistraturas.

Fortunato de Almeida, abonando-se no douto historiador Alexandre Herculano, diz na sua *História de Portugal* como já se anotou, que «o alcaide era um official do Rei revestido de tríplice carácter administrativo, jurisdicional e militar, ao passo que o *alcalde* exercia exclusivamente uma magistratura municipal». Mas aparece-nos, por outro lado, Alfredo Pimenta a informar no comentário à versão portuguesa trecentista do *Fuero Real de Afonso X*, o *Sábio*, com a sua provada erudição, que Alexandre Herculano ciscou a tal respeito e praticou um erro no *Port. Mon. Histórica, Leges*, quando traduziu para *alcaide* o *pretor vel dominus* como lá está, do foral de Sortelha, e quando «supoz que as funções do Alcalde e do Alcaide são a tradução integral ou a adaptação em projecção das funções respectivamente do *qâoli*, juiz e do *quaid*, chefe militar». Deixou-nos, portanto, ainda a contas com o delicado problema de saber as relações que existiam entre o *index* e o *alcalde*, e as dos dois com o *concelho*, visto que se podia levar recurso do juiz para o *alcalde* e deste para o *concelho*. Uma verdadeira trapalhada...

O imposto indirecto das *sizas* era, na verdade, muito importante e recaía sobre todas as coisas que fossem compradas, vendidas, trocadas ou escambadas. A princípio era pedido eventualmente, depois tornou-se numa contribuição permanente, abrangendo todas as classes sem qualquer distinção de privilegiadas, como informa Alexandre Herculano nos *Opúsculos*, VI. Fernão Lopes (in *Vida d'El Rei D. João I*, cap. 203), diz-nos da natureza e fins deste direito. Nas Cortes de Coimbra em 1385 faz-se claras referências à sua existência já nos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando. As *Ordenações Afonsinas* também aludem a ele.

Este onus foi estabelecido no concelho de Antuã nos princípios do segundo quartel do século XVI, por contrato entre o Procurador do concelho devidamente autorizado pelos seus juizes, vereadores, «Omees-Boos», clero, nobreza e povo, e o licenciado representante do Rei, Cristovam Esteves, pela quantia de 57110 réis. O seu *Regimento* em pergaminho, guardado no cofre da Secretaria Municipal, traz incorporada uma procuração donde consta, entre a assistência oficial, o «omee-boo» murtoseiro Pantaleão Fernandes e como testemunha Joane Anes, jurado da sua «juradia».

Convém anotar-se estes dois nomes que representariam duas pessoas com destacada posição social na localidade sem antigas raízes genealógicas.

Sabe-se o que traduzia o título do primeiro para não ser preciso interpretá-lo agora mais desenvolvidamente e com um alcance que é supérfluo pôr em evidência.

Quanto ao segundo: «*O Registo das cidades, vilas e logares da comarca da Estramadura*», publicado no *Archivo Historico Portuguez*, espécie de censo em 1527, designa como vigorante na Murtosa uma «juradia». Isto significava que nesta localidade havia a sede duma jurisdição local e secundária que então se estabelecia nos concelhos demasiado extensos ou populosos, para facilitar a administração da justiça.

Esclarece Alexandre Herculano que os indivíduos que exerciam jurisdição nestas delegações se chamavam *jurados* e também *aportelados*, cujo vocábulo vai

buscar o seu étimo a *portelo*, nome do tribunal jurisdicional. Tais magistrados transformaram-se depois nos juízes pedâneos. Eram eleitos, umas vezes, pelos colonos rurais, outras nomeados pelos juízes municipais, sendo neste caso considerados, talvez, como seus assessores.

A este respeito será prudente não entrar na eventualidade de uma contenda histórica sobre a significação e amplitude do episódio jurisdicional da referida magistratura, estabelecida na Murtosa nos primórdios do século XVI. Por tudo bem creio que se deva tratar de uma função *judicandi* com limitadíssima alçada concedida a parte do povo murtoseiro por virtude da insularidade manifesta da sua terra no conjunto do alfoz antuano. Só a árdua dificuldade de comunicar com a sede concelhia por maus caminhos, poderá lógica e plenamente justificá-la, que não a distância que era mínima. No entanto, é já de impressionar a iniciativa então tomada cuja forma e duração fogem ao meu conhecimento, na luz baça da sua nebulosidade...

Na demarcação entre as terras inquietas e sujeitas, respectivamente, ao senhorio dos cláustros de Arouca e de S. Bento da Avé-Maria, no Porto, feita em 18 de Maio de 1564 segundo o tombo 335 do *Arquivo Distrital do Porto*, actuam como louvados «estes vizinhos» moradores em Caneira e em Pardelhas: Francisco André, Domingos André, João Anes, Afonso Alvarez, António Alvarez e Roque Anes.

Recorde-se que o facto da sua intervenção nesta deslinça que já não era a primeira, como «vizinhos e omees-boos», bem conhecedores dos extremos em litígio das suas áreas, comprova só por si o disfrute de certas qualidades morais a impor-lhes personalidade e destaque social entre os seus patrícios. Todos os representantes das duas partes escolheram «as casas de Domingos Gonçalves Omagro» para redigir o termo das suas conclusões e para serem recebidos pela autoridade competente o juramento e as declarações dos restantes foreiros. Assim o dono da moradia preferida deveria ser *alguém* por seu respeito e consideração entre os lavradores com «asentos de morada», no lugar de Pardelhas.

Este tombo aprovado por todos os «omees-boos» da Caneira, Ribeiro e Pardelhas e por todos os foreiros intervinientes, era precisamente o tombo de 24 de Dezembro de 1516 feito por Suzarte Lobo por «mandado de Sua Alteza e redigido pelo tabelião Martim Lopez».

Alinham-se agora alguns dos nomes de outras figuras dos nossos maiores, extraídos dos acórdãos camarários de Estarreja cujos livros de registo a soldadesca ignara e mal-fazeja instalada por grave incompreensão no edifício dos Paços do Concelho por ocasião da veleidade monárquica de 1919, poupou por mero acaso a uma sanha feroz de destruição e de queima. É de inteira justiça não desprezar estas manifestações de relevo que vão aflorando da penumbra dos tempos como vitais subscientes, às camadas exteriores do corpo social, político e histórico da quase incomunicável terra da Murtosa.

Em 1748 desempenhava as funções de juiz ordinário e presidente da Câmara de Estarreja, *António André Marrinhas*, que foi quem deu posse ao juiz de vintena do Bunheiro — Manuel da Silva — que por sinal não sabia escrever.

Notas

Omees-Boos na versão portuguesa do século XIII do *Fuero Real*, de Afonso X, o Sábio, Livro IV, 137, ou «boni homines» no latim clássico dos séculos XII e XIII, eram os indivíduos mais ricos das povoações, os mais notáveis por qualquer título e os chefes de família mais respeitáveis. Chegaram a intervir em certos pleitos, mas não eram investidos do carácter de magistrados permanentes. No regime municipal eram os homens livres, não nobres, e com capacidade política para exercer magistraturas. Era a classe mais elevada da população.

Vizinhos do concelho. Para serem considerados como tais era necessário que esses indivíduos constassem dum recenseamento ou registo geral feito por paróquias — registo em que eram incluídos também os habitantes das aldeias do termo. Deviam ter residência fixa e casa permanentemente estabelecida, sujeitos a todos os encargos e deveres próprios da organização municipal. Possuíam carta de vizinhança ou documentação ao efeito. Havia-os *arreigados* e *não arreigados*. Aqueles podiam ter terras e herdades, e estes eram simples moradores sem fixação de residência e sem interesses ligados à terra. Eram os *vizinhos arreigados* que se exigiam nas paróquias para se responsabilizarem pelas despesas com o sacrário e outras com ele relacionadas.

Estes elementos de informação colheram-se na lição do grande e douto investigador Alexandre Herculano no vol. VIII da sua *História de Portugal*, que se acham esclarecidos com a menção dos privilégios, imunidades e prerrogativas concedidos aos vizinhos, respectiva e comumente em todos os concelhos.

Em 1749, foi nomeado juiz de vintena na Murtosa, pelos oficiais da Câmara de Estarreja de ordem do corregedor, António Tavares.

Em 1768, Francisco Tavares de Sousa era o procurador do concelho de Estarreja e em 1779 foi nomeado fiscal dos cabeceis das rendas eclesiásticas em todo o concelho.

Em 1770 Manuel Francisco de Andrade, era vereador da Câmara de Estarreja.

Em 1770 Manuel Vaz de Oliveira, era também vereador da Câmara de Estarreja.

Em 1774 foram nomeados para louvados pelo senado municipal de Estarreja para as Décimas de todo o concelho Manuel Vaz, Manuel Antão Melo, Domingos Fernandes Boticário e para sacador Gonçalo António do Aneco, este na Murtosa.

Em 1774 o capitão dr. Gonçalo António Pereira da Silva foi nomeado depositário dos bens de Raiz em todo o concelho de Estarreja, tendo como tabelião seu irmão Salvador José Pereira da Silva. Assinou em 1771 com a Nobreza, Clero e Povo do concelho a petição ao Rei para ser criado com residência fixa na vila de Estarreja e com auxílio financeiro do Estado, o lugar de mestre de gramática, assinando-a também o advogado dr. Manuel Joaquim Vaz.

Em 1779 Manuel Tavares de Sousa era vereador da Murtosa na Câmara de Estarreja.

Nota:

Vintenas. Diz Viterbo, s. v., que no tempo das nossas conquistas se formou uma *Vintena da Marinha* que consistia no arrolamento da lista dos mancebos capazes de tomar as armas e servirem a bordo, tirados dos homens do mar, pescadores e barqueiros. Destes quando eram precisos, se tomavam de cada vinte homens, um, depois de postos em ala. É daqui lhes veio o nome de *vintaneiros da Marinha, do mar ou das galés*. Por «juiz de vintena» deve entender-se a autoridade que nos concelhos ou nas freguesias superintendia na formação de tais listas donde deveriam sair os referidos *vintaneiros*. Era de muita opressão esta lei a obrigar os marceantes a formar a chusma das galés e baixéis de guerra, e por isso, segundo diz Severino de Faria nas suas *Notícias de Portugal*, representaram a D. João I para aceitar novo imposto do pescado além do que já pagavam, para com esse dinheiro prover as galés de remeiros, desobrigando-os, assim, de tal encargo.

Em 1779 e em 1785, o advogado dr. Manuel Joaquim Vaz exercia o cargo de fiscal das sisas e dos cabeceis das rendas eclesiásticas em todo o concelho.

O dr. Manuel José da Silva Roxo, tio-avô do falecido padre Francisco da Silva Valente, exercia clínica em Pardelhas donde era natural.

João Guedes Ruela Valente, Capitão Guedes, foi Capitão de ordenanças e paladino das causas justas. Precursor do inicial engrandecimento da Murtosa, foi defensor dos pescadores na mudança do mercado de Veiros para Pardelhas e das unhas aduncas antuanas. Morreu velho sem recursos, por seu desprendimento de interesses.

O dr. Gaspar José da Silva Valente, natural de Pardelhas, foi em 1815 advogado muito culto.

José Joaquim da Silva foi Alferes de Ordenanças.

Reatando o fio da exposição inicial, convirá esclarecer alguns dos meus leitores de que a partir do liberalismo se produziram profundas reformas nas instituições judiciais do país e nas suas próprias instituições políticas e administrativas. Publicaram-se ao efeito: o decreto de 6 de Novembro de 1830 e a lei da reformação das Justiças; os decretos de 16 de Maio de 1832 e 28 de Junho de 1833, postos em prática em 1834. A reforma da Justiça só começou a observar-se em Setembro de 1835 que foi quando se ordenou que os Juizes de Direito entrassem no exercício das suas funções. Enquanto não vieram estes juizes, cumpriu-se a legislação anterior ao decreto de 16 de Maio de 1832 como estava declarado nas portarias de 27 de Setembro e 8 de Novembro de 1834. E assim, os Juizes de Paz criados pela referida lei de 1832, só começaram a ser eleitos em 1835. O Supremo Tribunal de Justiça foi criado por decreto de 14 de Setembro de 1833. O código comercial foi posto em vigor pelo decreto de 18 de Setembro de 1832, cessando toda a legislação judicial contenciosa pertencente ao tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, conselho do Almirantado, Juízo da Índia e Ouvidorias da Alfândega.

A carta de lei de 25 de Abril de 1835 reformou a divisão administrativa do reino e alterou os nomes das autoridades. O reino foi dividido em 17 distritos administrativos e em cada um deles, um magistrado de nomeação régia, e havendo neles uma Junta de Distrito electiva. Os distritos foram divididos em concelhos. As Juntas de Distrito substituíam os Conselhos das Prefeituras, excepto nas questões puramente de carácter contencioso que foram devolvidas ao poder judicial. Em cada concelho havia um administrador de concelho. Em cada freguesia uma Junta de Paróquia, eleita pelos seus habitantes para administrar os interesses particulares da freguesia.

Toda esta nossa região pertenceu à comarca e correição da Estremadura até ao primeiro quartel do século XVI. Em 1610 era da comarca de Aveiro, segundo Duarte Nunes de Leão.

Antes das reformas liberais as freguesias eram representadas no foro civil e no foro eclesiástico pelo Juiz do Subsino a que sucederam as Juntas de Paróquia até 1910. Quando se fazia a eleição da Junta fazia-se também a do Juiz Eleito para cada freguesia com atribuições e alçada marcadas no artigo 6.º do decreto de 29 de Dezembro de 1835. Esta magistratura foi extinta em 1874, permanecendo a dos Juizes de Paz que a princípio eram de eleição popular.

As irmandades e confrarias locais tinham estatutos aprovados pelo Provedor da Comarca de Esgueira a que pertencia o concelho de Estarreja e cujas funções de carácter administrativo já se fixaram. A sede da nossa Provedoria passou de Esgueira para Aveiro em 1759, sendo os seus serviços repartidos entre os governadores civis e os provedores do concelho que em 1836 tomaram o nome de administradores.

Os cartórios dos Orfãos foram igualmente extintos pela portaria de 17 de Março de 1835. Os processos findos foram mandados arquivar nas Câmaras e os pendentes, entregues aos Juizes de Paz. As congruas foram criadas pelos decretos de 20 de Julho de 1839 e 8 de Novembro de 1841, ficando a cargo não do Estado, mas da freguesia.

Durante e após este ciclo reformador com seus elementos de choque e dominado por tantas paixões cuja síntese de leis publicadas procuro determinar, plasmam-se e destacam-se, afora as demais que já revestem, com maior ou menor brilho, os muros da galeria ao longo das laudas deste livro,

as figuras destoutros artífices murtoseiros, postados em concorrer com as suas actividades para tornar mais rumorosa e sonora a história da sua terra. Dando-se união, culto e renome. Vincando-lhe carácter e personalidade. E sobretudo, individualizando-a nas formas robustas da sua expressão étnica e psicológica. Recortam-se estas, entre tantas ignoradas pelos registos oficiais:

Como Juizes de Paz — dr. Ildefonso António Henriques que foi o primeiro a exercer esta magistratura na Murtosa; Francisco Marques Cazalinho; José Maria Valente de Almeida; Tomás Maria da Silva que, além deste cargo, desempenhou o de vereador da Câmara de Estarreja, e foi um aprimorado criador de cavalos e negociante de cereais que exportava em larga escala.

Em meados do século XVII começa a raiar-se em Portugal o nacionalismo no quadro das indústrias têxteis, promovendo-se a sua actividade em função das possibilidades das nossas matérias primas. A indústria das sedas tem tradições no nosso país. O notável homem de Estado conde da Ericeira fomentou o seu renascimento, publicando uma série de providências. Porém, as vantagens deste esforço não foram compreendidas por todos!

D. João V procurou modificar esta indústria em decadência, mas não logrou conseguí-lo. O marquês de Pombal tomou a sério a resolução do problema pendente, desde 1749. Concede grandes privilégios em 1757 aos criadores dos bichos de sedá e lança as bases da aprendizagem doméstica deste fabrico, dando financiamentos e mandando vir do estrangeiro operários especializados. E publicou o conhecido decreto de 20 de Fevereiro de 1752.

Entre nós estas providências tiveram repercussão e apoio, bem ligeiros:

Nota:

Para consulta regista-se toda a legislação publicada sobre o plantio das amoreiras: *Carta Régia* de 31 de Outubro de 1636; *Resolução* de 6 de Set. e *Provisões* de 6 de Out. de 1676 e 1678, e 15 de Junho de 1679; *Edital* de 15 de Fev. de 1802; *Lei* de 20 de Fev. de 1752; *Aviso* de 21 de Agosto de 1802; e *Ordem* de 20 de Janeiro de 1802.

Da estatística de 1774 verifica-se que existiam em todo o concelho 8.902 pés de amoreira, cabendo à Murtosa o diminuto número de 617 pés, distribuídos pela quinta da Caneira, casa da Agra, propriedades do dr. Gonçalo António, dos padres Gaspar Gonçalves, Manuel Valente, padre Luís, padre Domingos — estes últimos sem qualquer indicação dos seus respectivos apelidos. Era Intendente deste officio o dr. Manuel José Vaz, advogado em Veiros, por comissão do corregedor de Aveiro. Em 1774 foram nomeados para a Murtosa como juiz-inspector do referido plantio Francisco Tavares da Fonseca e como seus informadores Manuel da Cunha e Silva e Manuel Tavares da Fonseca e Cunha — todos eles murtoseiros.

bibRIA

bibRIA

MESTEIRAIS DA INSTRUÇÃO — PÚBLICA MURTOSEIRA—

II

S seja-me permitido anotar o contexto deste capítulo com uma prévia e ligeira digressão retrospectiva sobre a história e evolução das matérias, métodos e cursos didáticos da instrução pública, oficial ou livre, principalmente nos primórdios da vida educativa e cultural dos nossos estabelecimentos de ensino — digressão que se não faz — escusado seria dizê-lo! — para o leitor esclarecido em tais conhecimentos, de segura erudição e saber documentado. Que destes só terão que receber lições e aprendizagem as desajeitadas páginas deste livresco, atenta a minha ousada insuficiência...

Assim, segundo se alcança de vários autores dados à evocação de motivos do passado, a missão de instruir em tempos remotos pertencia à classe eclesiástica. Até D. Diniz não houve escolas em Portugal, senão as eclesiásticas com o fim de instruir o clero, mas às suas lições podiam também assistir todos quantos as quizessem aproveitar.

A *Monarquia Lusitana* e a *História Eclesiástica de Portugal* do padre Miguel de Oliveira informam que nos fins do século XI se estabeleceu na Sé de Coimbra uma escola com este fim, criada pelo bispo D. Paterno, já existente em 1086 e à qual se referem também Frei Luís de Sousa e o doc. 657 dos *Dipl. et Chartre* no P. M. Histórica. Sabe-se ainda através da citação por Fortunato de Almeida da *Vida de S. Geraldo* nos *Scriptores* do referido P. Mon. Histórica, que este prelado (1096-1108) instruiu o clero de Braga nas disciplinas eclesiásticas, estendendo este ensino até os párocos de outras freguesias. E acrescenta que talvez fosse o iniciador

das escolas públicas, que já floresciaam no tempo do Papa Inocência III (1179-1180 e 1198-1216) e que na de Lisboa fez Santo António os seus primeiros estudos. É tradição corrente que nas outras sés ou pelo menos na sua maior parte, existiram escolas semelhantes. Foi nestas, nas colegiadas e nos mosteiros que mais intensamente se ministrava a instrução das disciplinas eclesiásticas mas também das outras ciências, como medicina e direito. No século XIII, propriamente em 1269, o mosteiro de Alcobaça por ordem do seu abade D. Frei Estevão Martins determinou que nele se ensinasse gramática, lógica e teologia e que as lições fossem públicas, o mesmo sucedendo em Lisboa no ano de 1286 com a fundação do Colégio dos Santos Paulo, Eloi e Clemente, talvez mais ampliadas neste e no de Santa Cruz, em Coimbra. Mas os estudantes portugueses que se propunham seguir os cursos universitários, preferiam, no geral, os estrangeiros, entre os quais avultavam as universidades de Salamanca, Bolonha, Paris, Montpellier e outras.

Até que o rei D. Diniz, esse subtil trovador das *cantigas de amigo e de amor*, cedendo às tendências artísticas e culturais do seu formoso espírito, fundou e solicitou simultaneamente a costumada confirmação ao Papa Nicolau IV, um *Estudo Geral* ou universidade no trato vulgar, por diploma de 1 de Março de 1290, instalando-o no bairro de Alfama em Lisboa, no sítio da Pedreira à Porta da Cruz que «dotou com doutores de todas as artes». Por este Estatuto, Provisão ou Carta de Privilégios se vê que foram criadas as cadeiras de Direito Canónico, Leis, Medicina, Dialéctica, Gramática e Música, mas não a de Ciências teológicas que D. Diniz determinou continuassem a cargo dos freires de S. Domingos e de S. Francisco. A teologia, portanto, não fez parte das matérias ensinadas, tanto no *Estudo Geral* em Lisboa, como quando este se transferiu para Coimbra.

Aquele pontífice concedeu aos estudantes o foro eclesiástico e vários outros privilégios, por forma que se tornaram audaciosos com a outorga de tais imunidades, mas o rei fundador, para evitar desmandos e perturbações com a população lisboeta, transferiu a universidade para Coimbra em 1308, autorizado pelo Papa Clemente V, instalando-a na rua da Sofia, no palácio real, que depois se transformou no tribunal da inquisição, e a seguir no próprio convento de Santa Cruz e na Alcaçova.

Esta universidade foi deslocada por mais outras vezes: no reinado de D. Afonso IV em 1338 para Lisboa e depois novamente para Coimbra em 1354; D. Fernando voltou a transferi-la para Lisboa em 1377, instalando-a no sítio ainda hoje conhecido por *Escolas Gerais*, em Alfama.

Diz-nos o «Esboço Histórico Literário» publicado em 1872 pelo dr. Mota Veiga, professor de hermenêutica sagrada e exegese bíblica em Coimbra, que só pela Carta de D. João I de 25 de Outubro de 1400 é que aparece pela primeira vez na universidade uma cadeira de Teologia, subsidiada pelo Infante D. Henrique com doze marcos de prata anuais, consignados nos dízimos da ilha da Madeira para salário da cadeira de «prima» de Teologia. D. Manuel dando-lhe os terceiros estatutos, acrescentou a segunda cadeira de «Vésperas».

Com D. João I avigora-se o antigo *Estudo Geral* ao qual confirma todos os antigos privilégios. Promete-lhe a permanência em Lisboa, dá-lhe o monopólio do ensino, estabelecendo que ninguém o possa exercer sem prévio exame feito perante algum mestre ou tutor da respectiva Faculdade. Toma outras providências sobretudo canónicas, quanto aos recursos dos estudantes. Os estudos alargaram-se quanto ao número de professores e do quadro das disciplinas. Em vez de um só por cada Faculdade, aparecem três doutores de leis, três de Canones, quatro de Gramática, dois de Lógica e apenas um em Medicina e entra no plano das Faculdades a Teologia. É nomeado um *director* de estudos, cujo cargo é entregue a D. João das Regras que viera da Universidade de Bolonha. É eleito o primeiro Protector, depois do Infante D. Henrique que valiosos auxílios materiais prestou ao desenvolvimento das Artes menores e à introdução dos *estudos matemáticos* como Aritmética, Geometria, e Astrologia. A Carta de privilégios de 15 de Fevereiro de 1309 assinada por D. Diniz e considerada como *Primeiros Estatutos*, promulga e são jurados na Sé de Lisboa a 16 de Julho de 1431 os *Segundos Estatutos*, contendo interessantes disposições sobre frequência, exames, graus, propinas e os trajos académicos. Por estes Estatutos o curso de um estudante até ao grau de *bacharel* em qualquer Faculdade compreendia os preparatórios da Gramática e da Lógica, e três anos lectivos da Faculdade maior, a que se dedicasse, tendo no fim destes de defender teses ou conclusões públicas. *Licenciados* podiam sê-lo os bachareis com frequência, não de três, mas de quatro anos lectivos na Faculdade respectiva

e que no fim repetissem por *conclusões* em todas as disciplinas da mesma. Com a morte do Infante D. Henrique em 1460, a Universidade entra numa forte decadência com o abandono dos seus estudos, até que D. Manuel é eleito o sétimo *Protector* na ordem cronológica. Decreta os *terceiros Estatutos* e promulga-os à volta de 1500. Cria as Escolas Gerais e beneficia a acção da Universidade com o concurso de mestres e de homens de ciência. Tais *Estatutos* ampliam o quadro das cadeiras que além das existentes se acresce da cadeira de *véspera* de Teologia e da de *Filosofia Natural*, das do *sexto* de Decretas e da de Astronomia. Os cursos até o bacharelato ficavam a compreender cinco anos para Teologia, Canones, Leis e Medicina, e três em Artes. Os teólogos e os médicos tinham de ser bacharéis em Artes, quer dizer, tinham que provar a frequência de cinco anos nas suas Faculdades e de três anos na de Artes. O curso desta também se desenvolveu. A Universidade, porém, começava a sentir dificuldades, pois a minavam velhos vícios na sua administração e nas próprias actividades, tanto de professores como de escolares, não lhe valendo na passagem do reinado de D. Manuel para D. João III, o grupo de professores distintos que tanto a enobreceram como estes, além dos a indicar a seguir: Baltazar Limpo, Pedro Margalho, Francisco de Maçon, Garcia da Horta que regeu a cadeira de Filosofia natural até 1534, o astrónomo Tomaz de Torres que regeu a cadeira de Astronomia até 1535, o grande matemático Pedro Nunes, doutor em Medicina pela Universidade de Lisboa onde regeu a cadeira de Lógica, passando para a de Coimbra onde regeu também as cadeiras de Matemática e Astronomia até 1562.

D. João III (1521-1557) transferiu a Universidade para Coimbra em 1539 e mandou vir do estrangeiro professores conceituados. E como nesta cidade não houvesse edifício adequado, adoptou-se o expediente de dividir as faculdades por diversos locais. Ficaram nos paços do rei as cadeiras de Direito Civil (Leis), de Canones, de Matemática, de Retórica e de Música; e nos colégios de Santa Cruz — a Teologia, as línguas Latina e Grega, a Medicina e as Artes. Em 1544 todas as faculdades foram reunidas nos Paços reais, na primitiva Alcáçova como sua instalação privativa, situada no alto da cidade onde hoje se encontra.

Depois desta união D. João III reconheceu em 1548 a necessidade de criar o *Collegio das Artes*, destinado ao ensino das Artes e Humanidades, isto é, ministrando pouco

mais ou menos o que hoje chamaríamos o curso de instrução secundária ou preparatórios, até então leccionados com as faculdades e destringendo, assim, as Escolas Maiores ou faculdades, das Menores ou Artes que formaram umas e outras um todo moral, o chamado corpo universitário. Estabeleceu-se este colégio junto a Santa Cruz, nas casas dos de S. Miguel e de Todos-os-Santos. Mais tarde transferido à volta do ano de 1558 para o edifício próprio, onde é hoje o hospital da Universidade—fundação que se realizou apesar de existirem já outros colégios de ensino e até vários colégios-pensões.

Neste *Collegio das Artes* notabilizaram-se pelo alto e superior valor da sua cultura o primeiro Reitor dr. André de Gouveia e o grupo de professores vindos com ele de Paris: João da Costa, Diogo de Teive, André de Rezende, Jorge e Orlando Buchanan, Elie e Jacques e muitos outros. Nas Faculdades Maiores não era menos brilhante o concurso de doutores e professores, seus mestres de ensino. Em Teologia avultavam: o dr. Afonso do Prado, frei João Pedro, Martinho de Ledesma, António d'Affonseca, Marcos Romeiro. Em Canones: o famoso dr. Apilcueta e o dr. Morgovejo, vindos de Salamanca por muito empenho, Luiz de Alarcão. Em Leis: entre os seus dezoito professores destacavam-se o dr. Gonçalo Vaz Pinto, o subtil Manuel da Costa, vindo de Salamanca, Fabio Arcas Armanio, vindo de Roma. Em Medicina: Henrique de Cuellar, Tomás da Veiga, António Barbosa, Rodrigo Reymoso.

A estes informes extraídos, em grande parte, do magnífico estudo de Silva Gayo, se acrescentam estas suas judiciosas palavras: «Dentro de pouco tempo a Universidade de Coimbra attrahia tamanha concorrência que nem o tempo nem o espaço chegavam para dar entrada a quantos queriam ouvir mestres tão conhecidos. Tornou-se necessário que, além dos professores effectivos, viessem reger cursos extraordinários, outros doutores...; para a época das férias de verão, foram criadas duas cadeiras em cada faculdade com salário especial...». Era, pois, grande o brilho da nossa Universidade no século XVI e tão numeroso o grupo de professores habilitados ao ensino que os vamos encontrar a reger cátedras nas de Salamanca, Paris, Bolonha, Pisa, Louvain e outras, a convite dos governos das suas respectivas nações.

Brilhante e gloriosa época!

Porém, a Inquisição introduzida em Portugal segundo testemunha A. Herculano, pela bula de 23 de Maio de 1536 de Paulo III e a Companhia de Jesus, igualmente estabelecida no país em 1540, ambas a pedido de D. João III a quem aquele erudito historiador chama «fanático», hão concorrido além das causas gerais da decadência nacional, principalmente os jesuitas, para o afrouxamento do brilho da nossa Universidade naquele tempo, não obstante os talentos de muitos que pertenceram ao seu conjunto de mestres abalizados. O plano de ataque foi bem concebido e assentou como meios de acção, na conquista dos elementos existentes de ensino e na criação de instituições concorrentes. O *Collegio das Artes* é entregue a estes por mão de Diogo de Teire em virtude da carta régia de 1555 em 10 de Setembro, que lhes deu a posse do ensino secundário, antecâmara do ensino superior. Obtido este monopólio, conseguem a admissão dos seus alunos por si examinados aos graus universitários sem juramento nem propinas. Em seguida, ordena-se a equiparação entre os membros da Companhia, embora graduados fora da Universidade, aos graduados nesta e impõe-se aos estudantes de Canones e Leis a condição de, para se matricularem nessas faculdades, ter que apresentar sempre uma certidão passada pelo *Collegio das Artes*.

Estas e outras medidas régias, as reformas da Universidade pelos Estatutos de 1559, 1565, 1592, 1597, 1612, todas elas inspiradas pelos jesuitas, a separação das Artes menores das Maiores e depois a sua união como estavam antes da campanha de infiltração e conquista, a criação da Universidade de Évora na regência da rainha D. Catarina, as ameaças e perseguições do Santo Ofício com todo o macabro cortejo de *autos de fé*, crueldades e vítimas, tudo isto abalou o prestígio e a força cultural do nosso primeiro Instituto. Os seus mestres retiravam-se uns, os mais fortes e altivos, os de mais vincada independência de espírito. Outros abafavam a voz da sua dignidade, por medo das severidades a aplicar — cárcere e fogueira, se não a ruína e a exautoração como processos de mais brandura.

Alongou-se este desmorronar desde D. João III até D. João V, abrangendo, assim, as regências de D. Catarina e de D. Henrique, os reinados de D. Sebastião, do Cardeal, dos Filipes e dos três primeiros Braganças — nefasto período em que a Universidade de Coimbra teve que submeter-se ao domínio e aos fins da Companhia, enfraquecendo-se e adulterando-se até.

Eu bem sei que há quem tenha opinião divergente quanto à influência dos jesuitas no regime mental de educação dos espíritos e na estrutura pedagógica e moral do ensino, da Universidade de Coimbra e do Collegio das Artes, opondo ao conceito expresso outros modos de ver e diferentes exames de apreciação. Não comporta a escassez destas impressões maior desenvolvimento do assunto nem aqui há lugar para outra exposição que não seja a de traçar ligeirado esboço na tela do frondoso roble que era a Companhia de Jesus. Não teve nem tem este capítulo outro menos claro desígnio...

Mas convirá acentuar que, embora a medula do Instituto inaciano, a essência da sua ética, estivessem no caso emergente, fora e acima do alcance de críticas insinuosamente perfurantes, há que considerá-las também nos seus efeitos, nos contactos com o seu mundo exterior e com a rugosa e superficial casca envolvente, pois é axiomática a proposição dialética: — *causa causas, causa causati*. A acção criadora mediu-se sempre pelos efeitos criados, como as «consequentes» definiram sempre os «antecedentes». Se é certo que o produto da execução participa da natureza da causa causante não lhe sendo esta estranha nem indiferente, porque se há-de considerar higienizado o salobro da corrente só porque o seu veio deriva e emerge de fonte a escorrer águas límpidas e puras? A crítica histórica para ser justa e ilustrar-se de probidade honesta e exacta, tem de ser serena, despida sempre de paixões e de proselitismos de classe ou individuais que tanto a corrompem e adulteram em suas conclusões. Doutra sorte o juízo e o testemunho dela emanados só conseguem enformar-se de viciações alteradoras — névoa deformante na visão do historiador que lhe reflecte apenas a miragem das realidades objectivas e dos conceitos justos, enfim o reverso dos acontecimentos.

Por meados do século XVII os *oratonianos* que tãa larga influência, antes das reformas pombalinas, vieram o exercer no domínio do ensino público, instalaram-se no país encerrado como se viu, dentro de uma muralha de impenetrável acesso ao *perigo* das ideias novas. Esta Congregação do Oratório formada por sacerdotes seculares estabeleceu a contar de 1668 várias agremiações conventuais e colégios onde leccionavam, além das primeiras letras, latim, retórica, filosofia e ciências naturais. No reinado de D. João V (1706-1750) que a acolheu, a acção destes padre^s foi o primeiro passo para as reformas depois efectuadas pelo

marquês de Pombal. À sua intervenção se deve a influência exercida na orgânica do ensino. Sem ela, este ministro não poderia levar a cabo o plano do *Collegio dos Nobres* que foi um esboço da posterior reforma universitária pombalina. É seguro que o ensino *oratoriano* quebrou o monopólio da leccionação jesuítica por haver conseguido do rei magnânimo, entre outros benefícios, a equiparação dos seus estudos em privilégios aos ministrados no *Collegio das Artes*, feudo da Companhia de Jesus, e pelo influxo de salutar elevação e progresso dados aos seus estudos.

Depois de extinta a Universidade de Évora, incorporados os seus bens na de Coimbra, anexado também o Colégio das Artes, o Marquês lançou-se na reforma do ensino público e promulgou os novos *Estatutos da Universidade* em 28 de Agosto de 1772, ficando esta a constituir-se de seis Faculdades: Canones, Filosofia, Leis, Matemática, Medicina e Teologia. Esta reforma começou segundo a carta de lei de 23 de Dezembro de 1770 por criação da *Junta da Providência Literária* que sob a inspecção do Cardeal da Cunha e do ministro de D. José (1750-1777), havia de elaborar um relatório sobre o estado da Universidade, causas da sua decadência, e remédios a propor para a salvar e engrandecer, relatório esse apresentado com a denominação de *Compêndio Histórico*.

Em face das suas conclusões, foi a mesma Junta encarregada de apresentar o novo plano da reforma e o projecto dos novos Estatutos, os novos em ordenação cronológica, que foram sancionados e roborados, como se disse, pela carta régia de 1772.

A propósito destas modificações, tenho ouvido dizer que a reforma pombalina produzira nos espíritos, apenas uma construção abstracta da nossa civilização, esquecendo as condições históricas do país e a substância viva da nação. Será exacta esta afirmativa?... No entanto, tal obra — preciso é dizê-lo a esses — foi muito útil, fecunda e oportuna e, apesar de hirta e tão rígida, austera mesmo, nas suas peças e processos, não deixou de servir as necessidades fundamentais do ensino público, alargando os limites bem estreitos da vida mental portuguesa.

Não me proponho agora esmiuçar a legislação publicada, posteriormente às reformas da instrução de 1772 que tão profundamente modificaram os regulamentos e a estrutura do nosso ensino público. Apontarei, apenas, mais esta

colecção averbada a tal respeito no *Reportório das Leis*, de Fernandes Tomás, cujas cotas remissivas e de referências se indicam para melhor achega dos elementos a carrear e das fontes de elucidação: Escolas públicas da Congregação de S. Filipe Neri — os seus estudantes eram aprovados na Universidade sem exame, Provisão régia de 15 de Março de 1755; Escolas públicas de ensinar foram tiradas aos jesuítas e mandaram-se estabelecer de Gramática latina, Retórica e Grego, — Alvará de 28 de Junho de 1759; Escolas públicas com fundamentos sólidos fazem resplandecer com luzes mais claras as artes e ciências — Carta régia de 23 de Dezembro de 1770; Escolas menores — a direcção delas e de todos os colégios e magistérios criados para as primeiras idades foi cometida à Mesa Censoria, Aviso de 4 de Junho de 1771; Escolas menores são os berços em que se nutrem e criam as artes e as ciências — Lei de 6 de Novembro de 1772 — mandaram-se estabelecer e todos os mestres delas, Vd. § 1.º, — nelas se deve ensinar um ano Filosofia aos estudantes que quizerem ir para as Universidades, e nas de ler a ortografia e syntaxe da língua, a aritmética simples, catecismo, as regras de civilidade, etc., §§ 4.º e 5.º, da mesma Lei; — foi aumentado o número delas pelo Aviso de 11 de Novembro de 1773.

Considere-se, agora, a nossa cultura geral até os primórdios do século XX, embora tal recorte, apenas sintetizador por carência documental como venho anotando, tenha de ficar incompleto à intuição e dedução alheias, e vagamente testemunhado por singela escassez de elementos de apoio. Faltaria então uma rudimentar base à formação mental da nossa gente e ela se afundaria em tão baixos declínios, que o monumento ou a tradição a ignoraram? Seria uma dispersão ruínosa das suas fontes ou um desgaste na transmissão dos seus veios de geração para geração, a causa de não podermos hoje dessedentar a nossa ansiedade, mitigando a insofrida sede da inquietude espiritual? A reconstituição deste tema, quer duma forma quer doutra, é sempre um rememorar desagradável para os brios ostentosos de hoje, dir-se-ia como ainda feridos pela negridão de uma longa noite que, talvez aparentemente, ocultasse à nossa visão histórica claros lucilares, apagando-nos os fulgores do espírito recondito e esmagando-o até sob a tirania daquela trágica angústia de Nietzsche...

Porém, não tenhamos pejo em dar resposta a estas interrogativas: — A Murtosa, desperta para os anseios de

uma melhor estrutura cultural e sempre rica de ancestrais qualidades, só começou, pròpriamente, a madrugar com a música das manhãs radiosas do seu insofrido espírito a contar da fremente palpitação do último quartel do século XIX, culminando-se a seguir por todo o actual, nas altas excelsitudes da intelligência, inquieta sempre por alcançar mais subidos níveis de perfeição mental. É certo que antes, embora menos luzidamente, já se nos mostrava anelante em perscrutar mais dilatados horizontes, outras mais fecundas posições de relêvo, com mais profunda sensibilidade a todos os movimentos espirituais, e até já pronta a despojar-se daquela milenária capa supersticiosa tecida nas raízes célticas, de um morbidismo ilaqueador e modorrento que tanto a atrofiou e por tanto tempo a privou dos contactos benéficos do mundo exterior. Acrescente-se, assim, que já a contar do setecentos, os documentos nos revelam uma Murtosa mais típica, talvez já individualizada por uma fieira de vidas de característico destino e nítidas presenças. Mas este material histórico, então, não lhe chegou a imprimir um vinco de excepção e de relêvo. Presa a um destino quase extático, ela não divisava dos charcos e lamas em que tinha de viver o seu sedentarismo, outros caminhos abertos à sua redenção e à sua renovação. Era, apenas, uma curiosidade histórica que foi preciso descobrir em sua incompreensão, na teia de olvidos em que jazia rodeada de elementos aparentemente amortecidos e infecundantes, isolada dentro da sua própria alma.

As puras essências inatas do espírito murtoseiro brotaram, assim, à flor dos subjacentes morais em que se fundamentava, e os factores que no-lo encobriam no interior, vieram à luz de uma quase entronização histórica, como a de um povo com sentido definido de aspirações e realizações. Iria dominá-lo, portanto, a forte vertebração de todos aqueles atributos étnicos que foram os criadores da magnificência actual da sua grei...: — edificio majestoso, argamassado pelo labor honrado e árduo do seu povo, e erguido para glória como um monumento de arte requintada a que não faltassem os ornamentos das ogivas, rosáceas, naves, absides, altas janelas e nervuras, de embelezamento, de supremo encanto e fascinação!

Com base nas escolas menores dos jesuitas anteriores a 1759, ou nas que posteriormente foram estabelecidas de gramática latina, retórica e língua grega, por disposição régia, deve deduzir-se dos livros dos Acordãos camarários

de Estarreja que antes da reforma pombalina de 1772 já havia neste concelho o partido de mestre de gramática com a subvenção anual de cem mil réis cedida por provisão à Câmara. Feita essa reforma do ensino com início em 1770, logo na sessão de 13 de Julho de 1771 se reuniram os membros do Clero, Nobreza e Povo de todo o concelho para darem o seu parecer e aprovação a um requerimento a enviar a Sua Majestade, impetrando o mesmo partido de um ou dois mestres de gramática com a mesma subvenção cada um para a referida zona, mas já dentro das formas indicadas nessa reforma, porque «na mesma terra nam ha pessoa repta e em circunstancias necessárias para se lhe conferir o mesmo partido e persizamente se ha de procurar pessoa de fora...». Era, pois, o estabelecimento na vila de Estarreja de uma escola pública para estudantes, muito diferente das escolas de ensino primário, também públicas, só criadas pela referida Carta de Lei de 1772, sendo seu relator nesta parte o frade Luiz António Verney.

Tendo esta escola a amplitude de servir a instrução pública de todo o concelho e por sua vez, esta representação camarária a solicitá-la ao rei, a assinatura de várias individualidades proeminentes da Murtosa, de concluir é que neste grande aglomerado do termo concelhio ainda não houvesse ao tempo qualquer estabelecimento de ensino que a substituisse oficialmente. Assim, não haveria nele, então, mestre que difundisse a luz das letras do curso preparatório aos seus minguados estudantes. Estes tinham, portanto, de abandonar o lar paterno se queriam prosseguir nos seus estudos. Por tudo se mostra que o faziam, geralmente para as instituições conventuais por estímulo da educação recebida, onde tomavam o hábito fradesco de clérigos regulares da sua Ordem, sendo muito poucos os que conseguiam ir até Coimbra. Podem contar-se hoje pelos dedos!

O padre-mestre Rodrigo Luiz Marrinhas deve ter aparecido com a sua aula, bem afamada e benéfica, só depois de 1810 e muito provavelmente pelos fins do primeiro quartel deste século, pois o seu nome não aparece no registo de qualquer acto público assinalado em que pela sua posição deveria incontestadamente figurar e intervir. Era da família dos Marrinhas, opulentos lavradores locais com largos bens espalhados por toda a paróquia. Habitava a sua casa de espaçoso rez-fundeiro, largas salas de tecto apainelado que eu ainda conheci, à entrada do Monte, com ornatos de

esgrafitos a fresco no alto das paredes sob o friso das cornijas — que os beirais de longa telha mourisca poupavam ao acoite dos ventos e das chuvas, — vivenda que ainda hoje subsiste, mas adulterada por modernizações que a abastardam e lhe tiram aquele vinco e cheiro à antiga patina do tempo. Havia na nossa terra três exemplares destas velhas construções que denotavam a todos a opulência dos donos e a abastança do viver antigo. Só mostra ainda a sua traça esta que foi do padre-mestre Rodrigo, embora muito alterada e quase desconhecida. As outras sumiram-se...

A's lições de retórica, gramática e lógica, ministradas com muita erudição e saber na sua escola, acudiam alunos de fora e de longe, ávidos da proficiência e da ilustração de que eram impregnadas sempre pelo atento mestre. As notas biográficas que dele possuo, são muito precárias. Pouco sei da projecção deste preclaro espírito que tanto brilho e renome deu à Murtosa, chamando sobre ela largas famas. Mas a monografia da sua vida intelectual, essa veio até nós e revive ainda hoje, trazida pelo testemunho seguro da tradição que se mantém vigorante, como o de um afamado professor de humanidades a quem as gerações que imediatamente nos antecederam devem eternecida gratidão pelo largo influxo de ilustração legado. Foi, na verdade, um curioso motivo que iluminou uma sábia página da história intelectual da Murtosa, a obra pedagógica deste bom padre-mestre Rodrigo! Vivia ainda em 1837, pois neste ano testemunhou um contrato de arrendamento de marinhas ao José de Freitas Guimarães, pai do benemérito instituidor do Asilo-Hospital de S. Lourenço, em Pardelhas. Mas, essa assinatura acusava já a debilidade da sua velhice que de perto o espreitava e o ia corroendo: indecisas, quase trémulas, as linhas do desenho ortográfico que a compunham. Depois desta data, não me aparece qualquer outro documento que o rememore e é pena que este sacerdote não nos deixasse elementos a reconstruir toda a sua vida pública, bem ilustre e de forte inteligência de mestre abalizado. Apenas sabemos que leccionou entre outros, os d^{rs}. João Agostinho da Cunha, João Carlos Assis Pereira de Melo, Manuel José Lopes da Cunha e certamente muitos outros nomes conhecidos de que não restam apontamentos seguros.

António Maria Pereira — Era um homem de pequeno corpo, um tanto sobre o baixo e com poucas carnes a revestir-lhe a ossatura e os músculos. Cheio de exteriorizante

irascibilidade, de génio fogoso e assomadiço, por qualquer nada erguia-se um conflito aberto com o opositor interveniente, fosse ele o mais pintado dos seus amigos. Vestia sempre de fraque com chapéu de coco a cobrir-lhe a pequenina cabeça, dir-se-ia um galispo atiradiço e repontão. E punha-se retezado nos bicos dos pés, quando a modos de parecer muito avantajado, assumia atitudes e posições pernósticas e um pouco soberanas. Dava mostras de ser criatura com ridículos bem pronunciados e tantos que lhe apertaram na gíria local, generalizada por toda a povoação, o apodo depreciativo de *garrano*. Veio das Ilhas donde era oriundo, trazido pela protecção do bispo portuense D. Jerónimo José da Costa Rebelo que esteve à frente da diocese desde 1843 a 1854. Este prelado e o pároco da Murtosa Manuel Joaquim Valente de Almeida que compoz e assinou as informações da Estatística de 1858 guardada no Arquivo da Câmara Eclesiástica do Porto, foram os que desenvolveram esforços para ser criada uma escola oficial de ensino primário no antigo lugar da igreja matriz, sendo nela provido como seu professor, à volta dos anos de 1855-1860. Não consta da sua biografia em parte debuxada pelas vozes do povo, ter grandes méritos de ilustração e grandes conhecimentos didáticos como educador de rapazes! O que manejava magistralmente, era a férula...

Deveria ser da craveira mental dos outros mestres primários de ensino livre, ou antes mestres livres de ensino que nesse tempo tanto proliferavam na nossa terra à cata do *tostãozinho* e do *cartucho de açúcar*, espalhadores da pegada sementeira de erros ortográficos e de outras asneiras pedagógicas, filtrados de continuo na incipiente cultura dos cérebros infantis das pobres crianças que os pais, na sua mediana ilustração geral, confiavam à incapacidade e incompetência de tais professorecos.

Fundou em 1870, segundo informa o dr. Zagalo dos Santos, erudito investigador vareiro, a segunda filarmónica local com os elementos deixados pelo regente Agostinho António Leite, quando em 1869 se ausentou para Estarreja, abandonando tal cargo em substituição de seu pai o boticário Francisco Leite de Sousa, de Óvar, organizador entre nós do primeiro grupo musical, depois de haver estabelecido residência na Murtosa. Não consta que os primores da sua arte musical excedessem em brilho as actividades pedagógicas da profissão de mestre régio! Equivaliam-se pelos vistos...

Francisco António Vieira — É o segundo professor oficial de ensino primário que regeu escola pública, estabelecida em Pardelhas e criada por influência política de João José Conde.

Filho de Manuel José Vieira e Silva e de Joana Valente de Almeida, nasceu em Pardelhas, sendo o mais novo de seus irmãos. Foi depois nomeado para Massarelos, onde leccionou até à data da sua aposentação, após a qual foi viver para a Rua de Cedofeita, no Porto, onde faleceu em 1937. Foi casado com Emília Teixeira, filha do médico Teixeira e irmã do Rodrigo Teixeira, muito conhecido no seu tempo pelos conhecimentos de medicina. Do seu matrimónio nasceram 22 filhos. Era irmão de Manuel José Vieira, que durante alguns anos esteve à frente do pôsto fiscal da Torreira. O seu nome ligado à respeitada família Vieira, de Pardelhas, a que pertenceu o Capitão André Vieira, ficou na tradição pela sua inteligência e probidade.

Bernardo Maria da Silva — Foi professor oficial durante 47 anos de várias gerações na escola de ensino primário de Pardelhas, dedicando-lhe uma incansável actividade e um zelo de verdadeiro apóstolo da instrução. Tinha pelos seus alunos, mormente os que revelavam aptidão, um especial carinho, de que em todos ficou uma perdurável recordação. De uma rigorosa pontualidade no exercício da sua missão de mestre régio, como era de todos conhecido, envelheceu a acompanhar sempre, mesmo depois de aposentado, a marcha da escola que ele criou, a maior preocupação da sua vida depois dos cuidados que lhe merecia a sua família, da qual as suas quatro filhas seguiriam a carreira do professorado.

Foi casado com D. Maria Custódia Rezende de Almeida Maia, aparentada com as melhores famílias de Avanca, donde era natural, e que foi também professora do sexo feminino no lugar do Monte, cargo que exerceu com manifesta competência, durante 38 anos.

Bem merecem os seus nomes o registo, embora ligeiro, que aqui fica, como justo reconhecimento do que a Murtosa lhes ficou devendo.

CASA DA AGRA

III

Os «Fragosos» com bens, talvez, vinculados à «Casa do Paço», em Estarreja, de que eram também senhores, e com raízes no fundo agrícola do concelho da Bemposta, tinham a sua habitação residencial no sítio da Agra, do antigo lugar de Pardelhas. Esta moradia, um pouco afidalgada e solarenga que ainda se vê no primitivo estado da sua traça, distribui-se por um espaçoso rez-fundei-ro com salas amplas e capela a que dava ingresso uma simples galilé a servir de alpendre aberto, sobrepujado por águas-furtadas com ar e luz, por seguidas abegoarias, currais e estábulos. Tal conjunto urbanístico abria-se para um eirado a todo o lés que um sol benéfico e criador inundava de calor para a secagem das espigas, fartas e abundantes, da sua larga colheita. Fechava-o pelo sul o pátio de serviço dos criados e um cómodo a tapar os *aidos* e quinteiros, emaranhado na espessura de silvas, loureiros, tamargueiras e outras espécies silvestres a caírem sobre as opacas sombras do caminho areento que durante os invernos chuvosos, continuava a ribeira conhecida pelo seu epónimo. Por que ergueriam ali a sua mansão, no extremo-poente do antigo reguengo de Pardelhas, batida pelos ventos mareiros impetuosos e debruçada sobre regueiras, canais e paúes encharcados, estes senhores de bom sangue com tantas figuras assinaladas na galeria da sua linhagem? E quando? E qual a sua ascendência?

Confesso que, documentalmente, não me eram desconhecidas estas fontes. Cheguei a ter todas as rancas da sua árvore genealógica na plena posse das minhas mãos, mas por deferência imprudente abri os dedos que as pren-

diam, e elas soltaram-se em seu movimento de retorsão para nunca mais as segurar e puxar a mim, pois levaram sumiço imprevisto. Hoje, por esta falta, só poderemos contar com ligeiros elementos de informação e de prova. E foi pena...

O sítio da *Agra de Pardelhas* e o do *Agro do Ribeiro* constituem ambos a continuidade de um dos mais antigos emergimentos lagunais na vasta zona-baixa da Ria. Di-lo o seu próprio onomástico e o *Tombo Demarqvacã do Mosteiro de Sambento do Porto do sev lugvar de Pardelhas*, distinguindo-os bem diferentemente no seu diverso processo de povoamento e cultivo. Este códice de 1564, decalcado precisamente no de 1516 feito pelo tabelião Martim Lopez segundo ordem de «Sua Alteza», denuncia-nos além daquela destrinça que o *Agro* já estava habitado: «*das cancellas adentro de Jorge Mateus*» e que a «*agra de pardelhas que chamão aa Rea*» era ainda um ermo e amontoado de areias e pinheiros, despoçados, cujos foros para o convento referido eram de «cinco um e de sete um», respectivamente para as terras com lavoura de «*marge*», isto é, de cultivo de centeio e trigo, e de «*vesadouro*», isto é, de cultivo de milho.

O documento quinhentista retrata com nitidez todos os detalhes da paisagem agrícola do reguengo de Pardelhas. À face dele aprende-se a interpretá-la melhor sem ter que entrar nos lares dos seus lavradores mais velhos para lhes fixarmos os traços da fisionomia. O locativo *Mamoa* indicava e indica ainda, um trato de terreno de sedimentação arenacea com o subsolo assente em andares estratificados por concreções ferrotizadas. Hoje é conhecido por Mamaparda ou seja a nossa solheira e rica Insua cuja natureza de solo está a causar certas inquietudes arqueológicas à investigação dos geólogos e historiadores com o difícil problema de ser ou não ser um afloramento ou emergência, já coevas da transgressão flandriana. De muito poderá influir na sua solução a provada carência de mínimos espólios megalíticos, pois nem sempre o onomástico, só por si, pode oferecer à dúvida ocorrente firmes conclusões. Enfim, não será vago nem artificioso deduzir-se que por aquela época as actividades e persistência do labor murtoseiro nas suas leivas, ora irruptas, de barros e crostas aluvianares, ora invadidas pelas dunas e medões oscilantes, se mostrassem vivas, tão dominadoras nas chãs ásperas e duras *de roer*, embora o vizinho mar, generoso e fecundo, lhes tocasse por vezes com o frescor das suas brisas benfazejas.

Até onde alcançam os documentos da minha colecção, a linha da ascendência dos Fragosos como senhores da Casa da Agra, viveiro de bacharéis, padres, advogados, magistrados, ilustres donas e grandes proprietários, não vai além dos meados do século XVIII. Reconheço que é pouco... Mas sem documentação segura será temerário avançar! Em 1750 aparece-nos já a advogar um membro ilustre desta família — o *dr. Agostinho António Fragoso de Carvalho* que testemunha em letra do seu próprio punho, ser «natural da Agra de Pardelhas, freguesia da Murtosa, concelho de Bemposta». Em 1802 faz ele na qualidade de tesoureiro da confraria do Santíssimo Sacramento, o termo de demarcação do adro da Igreja da Murtosa, na presença de toda a Mesa constituída pelo cura paroquial, Francisco José Manso Preto, juiz da Igreja e Eleitos. Deve ter falecido entre 1800 e 1809. Antigamente eram as contas das igrejas, administradas pelo *Juiz da Igreja* que com os *Eleitos* e o *Pároco* formava uma corporação a prover às necessidades do culto. As suas atribuições passaram depois para a Junta de Paróquia, após o estabelecimento do constitucionalismo. Assinam esse termo ou auto, ainda vigorante por transcrição nos livros da actual Junta de Freguesia, além daquele advogado e cura, os louvados nomeados, mordomos da confraria, o bacharel Manuel Joaquim Fragoso de Carvalho, os padres Manuel Caetano Afonso Barbosa, José António da Silva Valente, Manuel Lourenço da Cunha e Silva e muitos outros com voto, membros do «clero, nobreza e povo» da freguesia. O teor deste auto foi copiado do original em 1877 pelo secretário da Junta da Paróquia padre Manuel Caetano Afonso Tavares de Sousa, com a maior fidelidade, e assinado pelo presidente e vogais do referido corpo administrativo.

O *dr. Agostinho António* casou com *D. Joana Rosa de Rezende Valente e Oliveira*, filha de *D. Maria Caetano de Rezende, de Avanca*, casada com o *dr. Manuel Lourenço de Sá Pereira*. Foram aqueles os progenitores de *D. Inocência Antónia de Rezende Fragoso*, casada com o *dr. Fernando Tudela de Sousa Lemos e Nápoles*, de *Santa Eulália de Águeda*, e de *D. Maria José Fragoso de Rezende*, casada com o médico municipal de Estarreja, *dr. Manuel Maria Ribeiro*. Ambas estas damas eram naturais da Murtosa e realizaram as suas cerimónias nupciais no oratório de sua casa de habitação na Agra de Pardelhas, estabelecendo, em seguida, a sua residência em Estarreja. A casa deste último matrimónio chegou a ser o centro da vida mundana e aris-

tocrática da vila e do concelho com as suas festas e recepções sumptuosas, de alegre e fidalgo convívio, considerando-se ela por a sua linha materna, descendente de nobres famílias de linhagem e cota d'armas.

Usava por brazão um escudo esquartelado. No primeiro quartel, em campo d'oiro, cinco estrelas vermelhas e com seis raios cada uma. No segundo, também em campo d'oiro, duas cabras de negro passantes. No terceiro, em campo vermelho, três faixas azúis. No quarto, em campo d'oiro, cinco estrelas de cinco raios colocadas em fantor. Elmo de prata, aberto e guarnecido de oiro. Paquife do metal e cor das armas. Como timbre, um cavalo de vermelho nascente, com freio e rédeas de oiro, e por diferença, uma brica de azul com um farpão de prata.

Esta distinta dama de tamanhas virtudes morais e de tão requintados méritos de sociabilidade, a viver últimamente da saudade e das reminiscências antigas, sem o amparo dos filhos, faleceu a 26 de Fevereiro de 1904. Filhos do grande proprietário José Joaquim Fragoso, irmão do dr. Agostinho António, no referido solar da Agra onde também nasceram, viviam ainda os irmãos padre Agostinho António Fragoso de Carvalho e dr. *Manuel Joaquim Fragoso de Carvalho*. Este último foi um advogado distintíssimo, muito culto, e um jurisconsulto de nomeada, a quem o afamado Correia Teles bastante considerava pelo seu saber e ilustração. Encheu a Murtosa, dominadoramente, de brilhos e prestígio. A sua influência jurídica irradiou por longe, criando amigos e admiradores, que o consultavam nos casos difíceis e cuja opinião era sempre útil e respeitada. Foi, na verdade, uma das mais prestigiosas e marcantes individualidades do seu tempo na nossa região. A 28 de Novembro de 1811 ingressou na magistratura por despacho assinado pela Junta Governativa que dirigia os negócios públicos na ausência do Príncipe Regente D. João, embarcado com a Corte para o Brasil, conforme consta do seu original no arquivo dos documentos da minha colecção. Em 1825 era juiz de fora em Oliveira do Bairro e na vila do Vouga, sua anexa. Pretendendo subir a desembargador da Mesa do Paço, pelo corregedor de Ourém dr. Manuel da Fonseca Coelho foi tomado termo de residência ou devassa, que o mesmo era que uns autos de investigação ou inquérito aos seus actos profissionais durante o tempo de exercício do seu cargo naqueles julgados. Possui a minha colecção documental esse processo, seguro por fitas vermelhas segun-

do o uso corrente. Foram inquiridos as individualidades mais notáveis das duas vilas cujos depoimentos constituíram a mais lisongeira prova da sua competência, honestidade e inteligente administração de justiça. Não há uma única voz em discordância sobre a capacidade e méritos do magistrado... Vale a pena transcrever o relatório do syndicante a marcar-lhe tão bem os traços da sua personalidade:

«Procedendo a tirar... a Residência ao bacharel Manuel Joaquim Fragoso de Carvalho que serviu de juiz de fora na vila de Oliveira do Bairro e Vouga, sua anexa... achei que o dito bacharel serviu o dito lugar com a maior inteireza e limpeza de mãos, despaxava bem e brevemente as Partes que tratava com a maior afabilidade, foi zeloso em fiscalizar e arrecadar a fazenda de V. Majestade...; era finalmente de vida exemplar e bons costumes, odiando as associações secretas, era porisso bem quisto de todos pelo pronto expediente e por ser muito bom letrado: Por isso se faz aigno de V. Majestade o atender e promover aos lugares do accesso...».

Desistiu da promoção e fez-se novamente advogado. Tenho documentos de que ainda dava consultas no seu escritório da Agra em 1837-1850-1852. Depois deste último ano, não mais aparecem minutas de consulta. É possível que o seu falecimento se não tenha feito demorar, pois a idade já era grande.

O padre António José Fragoso de Carvalho, irmão do mencionado dr. Agostinho António, quando apenas investido no sacramento de *oraens-menores*, foi quem estabeleceu a bastardia na descendência dos Fragosos, por haver de Joana Marques da Fonte uma filha com o nome de Francisca Marques, nascida em Centeais de Beduido a 14 de Fevereiro de 1803, e que veio a casar-se na Murtosa com Domingos Gonçalves Louvado. Deste matrimónio nasceram três filhos: Agostinho António, Manuel Joaquim e Maria Ana. O segundo filho nado em 16 de Fevereiro de 1840 veio a ser o *padre Manuel Joaquim Marques Fragoso* que resou no Oratório da casa, a sua primeira missa em 20 de Abril de 1863. No ramo bastardo avultam e destacam-se dois ele-

mentos de maior prestígio e ilustração com perfis fortemente acentuados, cada qual finamente sensível às grandes forças atractivas do seu mundo interior. Um individualizou-se já *quand mème*, em capítulo à-parte, revestido do seu impressionante mérito, na palpitação da sua inteligência forte e dotada de carácter próprio. Ao outro cumpre traçar-se-lhe agora o estilo da sua architectura moral em ligeira síntese, simbólica evocação duma vida e de uma obra, fulgentes, merecidamente grandes e, talvez, únicas. Bem valem este esquemático apontamento de linhas e detalhes: é que o padre Manuel Joaquim Fragoso foi alguém na Murtosa.

Sobretudo, é encantador entrever-lhe a imagem aliciante, afastado e distante do tempo presente, o iconoclasmo irreverente e demolidor da minha mocidade, a animar com galhardia o ritmo dinâmico das fervenças pelas cerimónias litúrgicas da igreja. Consola até desenhá-la em sua vertebração elegante, enlaçando-a nessa límpida atmosfera da mais pura moral antiga. Pois que era um místico de iluminação religiosa, influenciada sempre pela sonoridade musical dos ritos e dos cultos, ele passou a vida sacerdotal no confessional e nas rezas entoadas — devoto quase cego como era no seu peregrinar pelos caminhos purificadores, enlouvando-se nas harmonias celestiais, na ante-visão quente da luz divina. Realizou entre os seus patrícios uma cruzada de fé cristã como poucos lhes legaram, embora alguns considerem excessivamente exaltada a chama que ardia na espiral das suas orações, nas suas meditações de concentração íntima, nos tímidos extases do seu misticismo. Sem querer aprofundar a monografia psicológica e religiosa deste servo do Senhor, apraz-me, no entanto, plasmar com fidelidade e honesta exacção o ambiente e a jetatura da premunicação com que lhe foi possível desenvolver o estímulo e a posição da sua ética, refinadamente limpa e cristã.

O padre Fragoso foi um capelão permanente na primitiva ermida de S. Lourenço de Pardelhas, situada no seu largo, mesmo defronte da casa que foi do velho padre Gravato. Esta capela com os seus muros esburcinados pela acção do tempo e ruídos pela erosão das humidades e dos temporais com rampa de acesso à porta lateral da sacristia, patina de encaracterística cor a manchar os exteriores como nódoas da derme enrugada, é anotada pelo *Catálogo dos Bispos do Porto* como já existente. Deveria ser a primeira que se ergueu à devoção cristã dos caseiros, lavradores e demais habitantes do antigo *loco*, sede da terra

reguengueira doada às freiras de Vila Cova das Donas, em Sandim, onde se chegaram a estabelecer rudimentares magistraturas de autonomia com jurisdição administrativa e judicial para todo o seu alfoz. Era um humílimo templozinho de Deus, sem qualquer traçado nobre, antes muito pobre de linhas e arquitectura.

Demolida esta, continuou ele, o bom sacerdote, a dar assistência religiosa à sua sucessora que se alevantou um pouco mais ampla entre foguetes e embandeiramentos festivos, no recanto norte da mesma praça.

Todos os dias, sem uma falha com saúde, à volta das cinco horas, era rente a dobrar a sineta da capela, anunciando, assim, pelo cantar dos galos com o seu som de reconhecido timbre, o apelo madrugador das beatas às *matinas* das rezas e da missa. Quer de inverno, se desabavam cordas de chuvas, frias, fustigantes, puxadas por ventos desabridos ou se a noite ia opaca, escura como breu, sem o fogo aceso duma estrela a lucilar tremidas faisquinhas na concha azulina do céu, lá vinha de tamancos atanados, lampião de torcida e azeite, salta que salta, a desviar-se para as não atolar, das lamacheias empapadas no mau caminho empedrado de grossos seixos rolados que se estendia de Agra à Praça. Quer de verão afadigoso com os centeaes maduros e os milhais a começarem de aloirar o gume das folhas na planície de verde esmeralda, pelas suas primaveras de subtil magia de cores com as alvoradas repassadas da fluidez dos primeiros maceiros a fraldejarem sobre o escuro dos cômodos, sinfonias pelos caminhos, vida nas leiras e nos margidos, aquela orquestração estrídula da passarada nas sebes dos silvaredos, ele lá nos aparecia sempre em sua encantadora simplicidade, rizonho e acolhedor: — «bons dias lhe dê Deus, sr. padre Frágoso... Muito bons dias, Manuel Zé» — respondia logo de sorriso aberto e franco!

Na capela acendia ele por suas mãos, as velas do altar com laivos de oiro velho, ainda com o rescendor das flores e dos cravos amarelos, brancos, sangue. Dizia a sua missinha e começava as suas litanias, rezas e outras vezes, as novenas do ritual. Depois aliviava o peso dos pecados às devotas que lhe cercavam o confessionário e só ia almoçar, nem sempre à Agra, muito depois do meio dia, satisfeito da sua vida e de haver cumprido o dever de evangelizador dos bons costumes e das práticas religiosas.

Era este todos os dias o uso que fazia do seu sacerdócio eclesiástico o bom padre, que foi alguém na terra da Murtosa, evolando-se da sua obra uma doce poesia de consolações e de esperanças a subirem às celestiais alturas como sucedia àquele monge galego a erguer a oração da «Salvé Rainha» no eremitério de Mesonzo... Que funda mágua e cruciante arrependimento, peias verrumosas e doridas, me não torturam hoje a sensibilidade da consciência por nem sempre o haver compreendido bem a minha mocidade tão irrequieta e iconoclasta!

bibRIA

SENHORES DA CANEIRA

IV

De certo modo reveste-se de amaranhadas dúvidas a formação da Quinta da Caneira por se sentir que ela obedeceu à aquisição distinta e separada de leiras a construir todo o conjunto rústico. Os documentos que poderiam com segurança inventariá-lo e informá-lo, sumiram-se na voragem dispersadora do tempo e dos nossos mal cuidados arquivos, por forma a ser hoje muito difícil reconstituir a sua trama. Mas eu tenho como presumível à face de uns fólios com lições alusivas, que o fundo inicial onde mergulham as raízes da grande propriedade murtoseira, é o que se entrevê do complexo de bens mencionados no *Tombo dos Foros* devidos ao mosteiro beneditino da Avé-Maria, no Porto, no qual se incorporou o de Vila Cova das Donas, em Sandim, na Terra de Santa Maria, hoje da Feira. Esse Tombo em meu poder, abrange as rendas taxadas e a cobrar durante o período de 1816-1819 inclusivé, como foros, dos lavradores-caseiros que moravam no antiquíssimo reguengo de Pardelhas senhoriado àquelas freiras e referido em vários passos deste trabalho. É uma reprodução tal in-fólio manuscrito do anterior «*Tombo do Fouseca*» que certamente se inutilizaria, e este, retransmitindo as taxas e os assentos, nominativos e descritivos, das propriedades referidas nos velhos «*Roes*» como nele se informa.

A rubrica dele constante é a seguinte: «O capitão Manuel José Henriques, da Caneira, paga do *assento de seus l'ues*...». A seguir, nela se aduz este fundamental esclarecimento no texto da nota acrescida cujo teor se transcreve:—

«Explicação da verba assima para o sabido da quinta como consta do Rol do Fonseca. 1 alqueire de milho grosso e huma gallinha ou 100 rs. por ella pellas casas, eira, pomares, vinha e hortas que forão do capitão Manoel Henriques e trez quartas de milho groço, por huma tapada de areta que fica pegada para a parte do nascente que foi do mesmo hum frango ou 20 rs. pella areia que foi do Arraiolo meia gallinha pello assento das casas, eira, logradouros e pinhal que forão de Bernardo da Cruz hum frango ou 20 rs. por ele pello assento das casas, eira e logradouros que forão de Manoel Fernandes hum frango ou 20 rs. por ele pello aido que foi de António Migueis meio selamim de centeio e 10 rs. em dinheiro pellas Leirinhas de pinhal junto à caneira que forão de Maria dos Santos da Murtosa hum selamim de centeio pello pinhal das cavadas que foi de Manoel Fernandes Gabriel da Murtosa. Este selamim de centeio não se acha no Tombo, mas costumasse pagar por constar dos Roes velhos. Pagava de ração esta propriedade 27 alqueires de milho e pagava mais um alqueire de milho por Feliciano Henriques, pela metade da «leira das hortas da Saldida» que foi de Francisco da Silva, conforme apontamento à margem.

Num termo de prestação de contas respeitante aos foros devidos pelo reguengo de Pardelhas ao mosteiro da Avé-Maria, do Porto, datado da Quinta da Caneira em 11 de Dezembro de 1819 e constante do referido Tombo de 1816, Manuel José Henriques de Oliveira assina-o com este seu nome, juntamente com o sócio nesta cobrança José Francisco Fernandes Sandim, declarando nada deverem um ao outro do produto de tais vendas durante o período de 1816-1819. Mostra-se do L.^o 173, a fls., 272, dos Foros, guardado no Arquivo Distrital do Porto e fazendo parte da colectânea dos fólhos das rendas do mesmo mosteiro, que um tal alferes Feliciano Henriques de Oliveira, viúvo de Maria Angélica da Silva, fez em 1761 um contrato de praso fateusim com as mesmas freiras sobre uma terra situada no Ribeiro de Pardelhas onde antigamente esteve o «celeiro da sua renda, por 2.400 reis em dinheiro e o domínio de 5-1». Seria irmão do capitão Manuel Henriques ou Manuel Gonçalves de Oliveira?

Em confirmação do meu considerado acerto, de elementos transcritos e doutros congéneres testemunhos documentais, descobertos através das pesquisas feitas, alcança-se sem restrições de dúvida que a unidade deste latifundio agrícola estava já feita em vida do capitão Manuel Henriques, pai do também capitão Manuel José Henriques, ante-

riormente a 1816, ambos senhores da Caneira. Este capitão em cujo nome a quinta estava inscrita neste referido ano, é o mesmo Manuel José Henriques de Oliveira do Termo de 1819 e o mesmo bacharel Manuel José Henriques de Oliveira que em 1810, formado em leis, era Juiz da Igreja e Tesoureiro da Confraria do Santíssimo Sacramento na Murtosa. Bacharelou-se a 9 de Julho de 1798 e formou-se com o 5.º ano de direito em 16 de Julho de 1799, obtendo a sua carta a 17 deste mês e ano. Nas suas matrículas nos registos da Universidade de Coimbra vem indicado como filho de Manuel Gonçalves de Oliveira, mas no Tombo dos Foros este nome é simplesmente Manuel Henriques como certamente seria mais conhecido. Era irmão de Mariana Leonarda Henriques de Oliveira, casada com Domingos Luiz Marques, pai do chamado dr. Ildefonso António Henriques já indicado como primeiro Juiz de Paz da Murtosa. Este magistrado judicial não era formado, havendo feito apenas os dois primeiros anos de direito na Universidade em 1814 e 1815, não chegando a frequentar os restantes. Há documentos que não examinei, mas considerados com autenticidade, que o mencionam também capitão de Ordenanças.

Ao segundo capitão Manuel José Henriques de Oliveira sucederam na posse dos seus bens os seus três filhos: capitão Gonçalo António Henriques em nome de quem se inscreveu para efeito de foros, a Quinta da Caneira; frei Possidónio José Henriques, egresso; e o bacharel Filipe Henriques que os arquivos paroquiais não assinalam nem acusam o falecimento. Certamente este «senhor da Caneira» ou morreu logo após a sua formatura e a omissão explica-se pela dispersão dos registos, ou se ausentou para fora da sua terra, ignorando-se, portanto, o seu último paradeiro. O frade egresso faleceu em 1845 e o irmão capitão já tinha morrido antes (1837-1844), pois aquele requereu, ele só, em 1844 ao Juiz de Direito em Estarreja umas execuções por dívidas feitas a seu irmão contra Manuel José da Cunha Pereira e o arrais da «Retirada».

Porque transitou a Quinta da Caneira para as mãos da família Veloso da Cruz, de Gaia?

Conta-se que, por morte do egresso frei Possidónio, surgiram nos tribunais vários processos de habilitação à herança daquela bela vivenda, entre os quais se destacam o intentado pela esposa do benemérito Freitas Guimarães e

um outro, por uma presumida filha bastarda de um dos seus capitães, contra os herdeiros legítimos dos senhores da Caneira.

A parte que afinal veio a vencer a demorada demanda, foi protegida, auxiliada e abonada nas despesas inerentes por José Veloso da Cruz, opulento proprietário em Gaia, pessoa de muito destaque na sociedade do Porto e Gaia e de quem era procurador na Murtosa, António José da Silva Homem. Disto resultou este membro da família Veloso da Cruz ficar na posse do rico latifúndio que avulta com a sua moradia solarenga e dependências, como uma das melhores quintas da nossa região.

Deve acrescentar-se aqui que não é fácil buscar hoje o conspecto deste assunto em fontes documentais, pois a dispersão processual da comarca judicial de Estarreja como das demais, por arquivos quase inacessíveis e desordenados, sem qualquer sistematização cronológica a catalogar ao seu manejo, impossibilita a busca. Temos de nos contentar com o que corre pelas bocas do povo que, bem joeiradinho é voz de Deus e sem peneiras é muitas vezes «voz do Diabo». Mas mesmo neste caso é sempre uma voz, um fio da meada e um veio de fonte.

A IGREJA DA MURTOSA

— SUA LOCALIZAÇÃO —

V

Segundo acordãos do senado de Estarreja referentes aos anos de 1752, 1768-1772, ventilou-se durante eles um renhido pleito de demarcação quanto à amplitude dos termos concelhios deste julgado e do da Bemposta, nomeadamente do caminho público de serventia da igreja matriz e do seu adro. As vistorias tiveram a assistência das autoridades e os louvados nomeados «embandeyraram os marcos de pedra louza» nos limites-fronteira dos dois concelhos, para utilizar a exacta expressão vocabular dos documentos oficiais.

Nestas diligências ficou estabelecida a fronteira entre os dois concelhos numa linha a nascente do adro contra a lagoa dos Grulhas, determinada por pontos de referência, seguros e inamovíveis que ficavam a uma distância medida em varas, a contar do meio das cancelinhas, e consignada nos respectivos autos, continuando tal alinhamento para o sul pelo referido caminho de serventia da igreja até ao cruzamento do caminho transversal que levava e ainda hoje leva, para o antigo Adro-Velho e para o local vazio onde esteve o segundo avatar da Igreja-velha, pois o primeiro segundo a tradição ainda vigorante, foi uma capelinha modesta de tábuas, nas proximidades do mesmo sítio.

Conjugando estes textos com o da acta de demarcação dos terrenos do adro da igreja feita em 1802, alcança-se que a colocação de dois dos seis marcos divisórios «pelo nascente do canto que faz o adro para o norte e junto à lagoa dos Grulhas» no alinhamento do «padrão», comprovava do-

cumentalmente que o adro com a respectiva igreja se localizava inteiramente dentro do termo concelhio da Bemposta e, portanto, dentro da zona reguenga de Pardelhas. Não há que fugir desta ilação, assente em segurança documental insofismável.

Do referido cruzamento a linha de fronteira ora delimitante, seguiria para o sul por caminhos vicinais indeterminados até alcançar o «Rio Salgado», em cuja praia da Caneira se mostrava um marco posto «entre a carvalheira e o sobreiro», conforme os autos das demarcações de 1516, 1564 e 1696 denunciavam.

bibRIA

O MERCADO DE PARDELHAS

— INÍCIO DO SEU COMÉRCIO —

VI

Este mercado de Pardelhas que é muito conhecido em todo o país, sobretudo pelos seus largos abastecimentos em pescaria e onde vinham outrora os almocreves de afastadas regiões fazer as suas cargas do saborosíssimo peixe da ria de Aveiro, fora transferido em 1785 por uma provisão do Desembargo do Paço, de Veiros para o largo de S. Lourenço, na freguesia da Murtosa. Esta deslocação dos seus caminhos arenosos, lamacentos nos dias de chuva ou de brumas, foi devida à rebeldia dos pescadores murtoseiros, talvez incubada na insubordinação da sua consciência histórica contra os excessos tributários e jurisdicionais dos senhores de Estarreja, e à astúcia interesseira do arrematante dos impostos, um tal *realeiro* Camossa — que incarnava em si *aquele tipo do despotismo e da vexação nas costas marítimas*, como dizia José Estevão em uma das sessões parlamentares de 1843.

Até então era quase um descampado este sítio. Alcança-se ainda hoje, pela sua fisionomia topográfica e pelos elementos da composição geológica do terreno em que ele assenta, que seria em tempos idos um oiteiro insulado e perdido no vasto meandro lagunar da Ria, por ventura uma ilha projectada de norte a sul sem quaisquer comunicações fáceis. É tradição local ainda em vida dos meus próximos avós, que Ovar fazia o seu *interland* com a Murtosa através de um canal marítimo a continuar para a Saldida a ribeira do Mancão e por onde os barcos moliceiros seguiam a transportar os adubos para as terras desta zona murtoseira e os

mercanteis, a levar pessoas e mercadorias entre os dois centros urbanos. A mudança do mercado veio, portanto, modificar o aspecto urbanístico do agregado sob o triplo ponto de vista sociológico, comercial e económico, acrescentando a todo o núcleo dêmico uma mais activa vida em harmonia com o índice sempre crescente da sua população. A contar daquele ano é que o Largo de S. Lourenço — largo bem pequeno, por sinal! — começou a orlar-se de modestas construções adequadas à função comercialista, incipiente e rudimentar ainda. Mas bem depressa a metamorfose operou-se e surgiu nele um labor intenso de actividades comerciais transformando-o e fazendo-o ingressar no âmbito dos centros mais movimentados da região com retirá-lo da insularidade estática que de início o dominou na sua rotina de limitado vegetal, quase denunciando-nos a afirmação segura de uma súbita gesta de milagre e enigmático mistério.

A escassez de fontes e a sua incerteza impõem cautelas na declinação da história desta página local em que palpita todo o tema essencial da vida murtoseira com maior intensidade e fulgor. Em Pardelhas, na praça de S. Lourenço, se concentra o período mais criador da clã e da grei, à volta da ermida com legendas escuras, mas com a cruz alçada da sua fé cristã sobre os muros argamassados com o humilde barro dos *solões*... É, pois, na tradição que é preciso procurar o melhor testemunho de informação para o caso.

ASILO-HOSPITAL

de S. Lourenço de Pardelhas

VII

António José de Freitas Guimarães, pensando no alívio dos pobres da sua terra, lançou as bases, a fim de minorar a miséria dos desprotegidos, da construção e fundação do primeiro instituto hospitalar público e de uma obra de assistência caritativa em prol do comum.

Na marca da rua mais central e movimentada da localidade — artéria que mais tarde viria a ter a consagração evocativa do seu nome — adquiriu as dependências urbanas e rústicas de João Custódio Netto Conde e as de Mariana da Cunha, herdeira do irmão do padre João de Oliveira, por agnome popular *O Calças*, do Monte da Murtosa. Nesse terreno que se estendia entre os casais de João Ferreira Baptista e Gonçalo Soares Belo, depois de liberto das irregulares construções inadaptáveis, viria a erguer à sua custa, sob projecto e planos adequados, o edifício com capela que marcaria entre nós o mais elevado padrão de infinita benevolência a acalmar injustiças e olvidos, e a distribuir esperanças e consolos à indigência de tantos dos seus patrícios, com um refinamento moral de sentido cristão e social, digno de figurar entre as mais emotivas perspectivas da paisagem ética murtoseira, atijando a labareda já viva do bem formado coração da sua Terra.

A 15 de Março de 1899, Freitas Guimarães, sela para sempre o seu desígnio altruista por escritura, em que por formalidade legal, também outorga sua esposa, fundando e dotando um estabelecimento de caridade, «por ser de suas vontades e devoção, para os desvalidos e entrevados, pobres miseráveis e doentes das freguesias da

Murtosa, Bunheiro e Veiros, com a denominação de *Asilo-Hospital de S. Lourenço*, com sede perpétua em Pardelhas». Esse instrumento notarial, feito nas notas privativas da Secretaria da Câmara Municipal de Estarreja de que era presidente o seu conterrâneo Manuel Maria Tavares de Sousa, contém as condições impostas pelos seus fundadores, já aceites pela referida Câmara em sua sessão de 22 de Fevereiro deste ano, e aprovadas por acordão da Comissão Distrital de Aveiro em sua sessão de 10 de Março, e dela também fica expressa a dotação com que, ao doá-lo à Câmara, o cumulam dos rendimentos à sua sustentação: 62 inscrições da Junta do Crédito Público no valor de trinta contos e mais a propriedade de três juncais.

A 3 de Dezembro de 1903 procede-se à sagração da referida capela pelo pároco encomendado da freguesia reverendo Manuel Caetano Tavares de Sousa, sendo celebrante da primeira missa o abade da Sé do Porto dr. Joaquim José de Oliveira e Cunha. Houve recepção dos convidados que o benfeitor distinguiu com um copo de água na sala do refeitório, franqueando ao público a visita às instalações do Asilo-Hospital que estava dado por definitivamente concluído e apto a cumprir a sua missão de caridade numa alvorada magnífica de bem-fazer, tal o humus da Terra a sonhar com novas colheitas.

Mas só em fins de Agosto de 1906 é que a Câmara de Estarreja, sua administradora, lhe abriu as portas, inter-nando algumas velhinhas que entregues aos cuidados das irmãs franciscanas ainda hoje, felizmente, lá existentes com a sua desvelada assistência.

Como cuidou esta Câmara da referida instituição de caridade, a primeira a valorizar a precária obra de assistência pública em todo o concelho?

Merece ligeira síntese tal relato para sucinta compreensão, ao menos, do facto anómalo:

Obrigada a prover à sua sustentação e conservação, desviou para outros fins os rendimentos privativos do Asilo-Hospital e deixou cair em ruínas o seu edifício. Como considerar a intenção sistematizadora deste acto em si? Não tenemos dúvidas quanto ao objectivo subterrâneo de tão volumoso desprezo pelo provado altruísmo: a subversão criminosa dos altos desígnios dos fundadores impunha-a uma política já oficializada de baixos egoísmos e de torva emulação. Os interesses sociais da comunidade, do povo anónimo e inerte, prestigiados assim pelos instituidores da

filantrópica organização, era mister que fossem diminuídos, senão obliterados de vez. Era preciso, enfim, que continuassem a desabar sobre a Murtosa as tradicionais desditas e infortúnios com o sequente desdém odiento, poderosamente individualizado e angustioso, como aquelas celebradas pragas bíblicas de tão contrastantes matizações psicológicas que alastravam sobre a terra maldita e aleivosamente inferior.

Na **Associação de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas**, fundada em fins do século XIX e inaugurada no 1.º de Janeiro de 1901 por entre uma exaltada efervescência de regozijos festivos da tuna, com baile e recepção de carinho em casa de um dos seus promotores Luiz Carneiro da Silva, que havia de ser um filho amoroso da Murtosa, sempre na vanguarda das suas iniciativas e empreendimentos, — reúne-se em sessão tumultuosa e quente de entusiasmos patrióticos, antes um comício de verberações cáuticas contra a incúria tão condenável de Estarreja. Nela se decide levar á Câmara nas próximas eleições uma delegação activa, porfiada, enérgica, de representantes murtuseiros que foram eleitos como vereadores: dr. João Carlos Henriques Tavares de Sousa, Joaquim Manuel Gravato Júnior e Júlio Baptista.

Com decisão e calor levantaram em sessão, logo de entrada, a discussão do litígio que se debatia, arrastadamente, há muito, apresentando a proposta de os rendimentos do Asilo-Hospital serem aplicados, apenas, em seu benefício. Tal proposta não foi aprovada com surpresa geral e, por causa disto, os representantes da Murtosa retiraram-se das funções dos seus respectivos pelouros, levando recurso para a Auditoria Administrativa, da ilegal e impressionante, tendenciosa até, decisão camarária, o qual este tribunal recebeu e atendeu, anulando-a.

Tudo, porém, ficou a correr na mesma: a mesma significativa incúria, a mesma pétrea indiferença da oligarquia municipal pelos interesses caritativos e sociológicos da benemerente instituição por cujo cumprimento ela, de boa-vontade e espontâneamente, se havia responsabilizado por instrumento público como sua administradora. Passaram-se, assim, largos anos, bem dolorosos, por sinal, para os bríos da gente murtoseira: período calado, como que morto, esquecido das fortes virtualidades de um povo que quer caminhar para a luz e justa compreensão de amor ao próximo, de de-

voção pelo mal alheio, de mais amplos horizontes de solidariedade humana, de melhores formas de individualização evangélica e cristã, enfim.

A reacção rumorosa, porém, contra os artífices do malefício apaixonado, virulento e penoso, tinha que vir e veio... Veio pela mão do dr. Carlos Barbosa em 1910. O terceiro semanário local *O Povo da Murtosa* que ele sabia dirigir «a bem do commum e aproveitança da terra», respeitador e de orientação rica em traços dignos, fidalgo em seus processos verbais, com colaboração escolhida, sem subalteridades e despido das jactâncias estonteantes com erudição artificiosa de «cola e tesoura», — abriu uma violenta campanha com a certeza de culminar o desejo de todos, veemente e alevantada, — campanha em que ressoariam os ecos ancestrais duma voz ingénita nos fundos da consciência histórica dum povo que não quiz ser oprimido nem vexado, para ser livre em seus anseios e aspirações de progresso.

E acordou a grei ou a clã dos devotos da sagrada religião à terra-mater...

Em 1925 um escol de *Omees-Boos*, devotados continuadores da obra formosíssima de Freitas Guimarães, amantes dinâmicos do engrandecimento e progresso do seu torrão natal, procuram salvá-la da trágica perdição ou da preocupação de um destino incerto e pesaroso. Lançam mãos à sua restauração e ressurgimento, num labor porfiado à base da fundação de uma «Misericórdia» que administrasse o *Asilo-Hospital de S. Lourenço* com honestidade e pundonor, servindo os intuitos dos seus instituidores e doadores. Depois de libertada a Câmara de Estarreja dos encargos inerentes que precariamente cumpria, os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa foram aprovados por alvará de 15 de Fevereiro de 1926, sendo eleita a sua primeira Mesa em 19 de Abril deste ano que começou a administrá-lo em 1 de Julho e ainda no seu governo se conserva a Santa Casa da Misericórdia. Essa Mesa Administrativa era composta dos seguintes nomes: — António Vieira Pinto, provedor; e Joaquim Manuel da Silva Gravato, dr. João Carlos Vaz da Cunha, António Augusto Valente d'Almeida, dr. Joaquim José Ferreira Baptista, padre Miguel Henriques e padre Adelino d'Almeida Paiva.

Sem delinear o elenco de todos quantos deram suores à insipiente Irmandade — feixe luminoso de energias de raça — seja-me permitido afirmar que esta e a segunda Mesa da provedoria do abade aposentado dr. Oliveira e Cunha,

a administrá-la em suas gerências de 1926-1928, 1929-1931, foram as que realizaram maior trabalho, vendo-se envolvidas, logo de início, numa teia erizada de dificuldades quase insuperáveis, ambas vítimas inocentes, talvez, de antigas incompreensões políticas e de opostas correntes ascensionais de vida. É preciso deixar saliente o esforço de todos estes homens a viver, iluminados, na doce atmosfera de comunhão das almas suas irmãs, propensos ao culto do bem comum, em que um suave calor de humanidade os aquece e neles fortemente lateja. Compraz-se o meu coração em louvar-lhes o sentimento do seu expressivo ideal, a função meritória da sua marcha por tão ásperos caminhos, levando aos ombros o peso duma cruz. Evola-se da sua gesta uma emoção sentida... porque o não hei-de proclamar?

Neste período de formação, «desajudada de subsídios oficiais», o recrutamento de Irmãos atingiu a elevada cifra de perto de oitocentos. «O edifício social estava muito danificado pela ação do tempo e por falta de qualquer reparação» — está a seguir-se o teor do Relatório apresentado em 20 de Dezembro de 1931. «O pequeno quintal anexo mais parecia um chiqueiro do que a cerca de um asilo hospitalar. A caixilharia do edifício estava podre; o estuque tinha caído, o soalho abatido nos corredores e as tintas haviam desaparecido. O quintal, então, com as suas primitivas retretes e currais era um verdadeiro lamaçal onde se acumulavam matérias nauseabundas, constituindo um sério perigo para a saúde dos asilados e respectivo pessoal».

Este, o estado deveras calamitoso a que havia chegado o *Asilo-Hospital de S. Lourenço de Paraelhas*!

Tudo, porém, se foi remediando na medida do possível e a tudo se deram eficazes providências, devido à benemercência do povo murtoseiro, e à honesta gerência das mesas administrativas da Santa Casa da Misericórdia a que estavam e estão ainda, confiados os seus destinos. Deve avultar-se, também, que tendo esta instituição começado com um rendimento, apenas, de dois mil e quinhentos escudos referente aos juros das inscrições e juncais doados pelos seus fundadores, arrecadou de 1 de Julho de 1926 a 31 de Dezembro de 1928 escudos 113.449\$48 e desde 1 de Janeiro de 1929 a 31 de Dezembro de 1931 escudos 141.292\$28, gastando desde 1 de Julho de 1926 a 30 de Julho de 1929 escudos 49.105\$95 e desde 1 de Julho de 1929 a 1 de Novembro de 1931 escudos 120.843\$50. Às gerências posteriores, assim carriladas por normas de impulso dinâmico e honesto que

as primeiras lhes legaram, não foi custoso prosseguir a senda já simplificada do bom caminho administrativo, assente em bases sólidas para as possibilidades da Instituição nascente. A sede social ampliou-se com novas aquisições, abasteceram-se de melhores materiais as enfermarias, criou-se o Banco hospitalar para melhor benefício da população pobre disseminada pela vasta área da sua caritativa influência, estabeleceu-se o louvável uso, quando preciso, das Consultas Externas e do fornecimento de medicamentos ao domicílio, instalaram-se os serviços da Sopa dos Pobres e construiu-se um pavilhão especial e privativo para nele ser acomodada a Consulta Externa e instalados os aparelhos e utensílios de Raios X — Fluoroscopia.

É de justiça enlaçar, por sua vez, na genuína essência deste labor, a elegância filantrópica que aflora da saudade e bairrismo da colônia murtoseira tanto em Lisboa, promovendo récitas de caridade em benefício do Asilo-Hospital, como em terras da América, oferecendo a dádiva de uma custosa aparelhagem à obra assistencial do seu berço nativo. E é, igualmente, de elementar dever evitar-se sempre que um obscuro e condenável olvido venha a marcar com o ferrete de uma hedionda ingratidão, este gesto tão alto e transcendente daqueles emigrantes, sempre com a alma enlevada na doce névoa da paisagem da sua terra...

Assim, a obra tão auspiciosamente encetada pelos fundadores do Asilo-Hospital, que esteve à beira da perdição e da morte vergonhosa para os brios da Murtosa, continua e continuará por Deus, com brilho, cada vez com maior estímulo, âmbito e eficácia, a minorar as dores dos pobres, sempre sob um irreprimível fluir da bondade e magnânima ética do nosso povo.

O benemérito António José de Freitas Guimarães, após cruciante penar, faleceu no ano de 1906 a 6 de Dezembro, mas com ele não morreu a sua obra de tão significativa beleza moral e tocada pela unção carinhosa dos seus conterrâneos. Foi ungida, também, por um halo de fulgurantes brilhos que toda a grei murtoseira, agradecida e enternecidamente penhorada, tributou ao seu generoso rasgo de humanidade bem compreendida, embora se reconheça que, por aqueles tempos e passada a efervescência patriótica de 1899, o élan tão prometededor de sua gente haja sofrido como que um espasmo de abatimento ascensional ou até colapsos fortes de inação paralizadora. Essa obra que foi de um suave sentido compassivo pelos pobres da sua terra e de

apaixonada concepção ética pelo infortúnio dos desválidos, constituiu um legado sem par que ele, obsequiosamente, ofertou ao edifício social do seu torrão natal, que precisa muito de contínuas renovações e de constantes arejamentos, para que a erosão de certos agentes deformadores lhe não cave nem mine a sua ainda instável estrutura...

Todos reconheceram que a sua gesta se animou de significativa e religiosa profundidade, tamanha que o próprio governo presidido por José Luciano de Castro o quiz condecorar, cuja venera oferecida por intermédio do deputado do círculo, Francisco Barbosa, ele recusou com estas palavras:

«Se o acto em si vale alguma coisa, eu e minha mulher bem remunerados nos consideramos com o reconhecimento de que os desgraçados hão-de encontrar no aludido estabelecimento algum alívio para o seu infortúnio. Não desejamos nem ambicionamos distinção alguma; os pobres não nos regatearão as suas benções».

Em 1903 segundo informou o *Jornal da Murtosa* de 26 de Dezembro, foi-lhe oferecido o título de *Conde de S. Lourenço de Paradelhas*, que ele igualmente recusou, alegando o seu precário estado de saúde. E a gazeta local muito lamentou esta não concordância, pois dizia que a «concessão de tal mercê muito bem assentava no homem que tem passado o melhor da sua vida em socorrer os que precisam». Também o consagrado académico sr. Joaquim Leitão tem mostrado ser um amoroso pela nossa paisagem, etnografia e folclore. A luz nacarada da nossa terra, os oiros dos seus poentes, aquela música inebriante das alvoradas e dos entardeceres, recantos meditativos, multiformidade dos aspectos ribeirinhos, ele se compraz em cantar por bem o conhecer, no refinamento da sua prosa maravilhosa. É-lhe tudo familiar: os nossos trajos e usanças, a meiga garridice e esbelteza das nossas tanágras em carne e osso, verdadeiras divas de Boticelli. Porisso ele sabe dedilhar na sua lira de Orfeu acordes ricos de exaltação viril às suas graças e dons. Bastará para tanto e para o demais, ouvir a sinfonia da sua *Canção do Regresso* — capitel historiado que ele bizarramente ergueu sobre o colonelo dórico que é ornamento e sustenta, o *atrium* alpendrado e aconchegadinho da antiga casa dos nossos avós. Com o que eu quero, de certo modo, fechar este apon-

tamento da vida e obra de uma das nossas maiores figuras de eleição. Assim, numa série de artigos com o título *Fidalgos não, mas nobres*, que publicou na imprensa diária do Porto, este erudito homem de letras e profundo escritor inseriu, como nimbada por similes vozes de «canção da gesta», a lista de muitos dos actuais valores mentais da Murtosa, moldurando-a em palavras de muito apreço, carinho e admiração pela sua cultura e méritos. Dela não quiz excluir pela sua paralela convergência de posição moral e vértice espiritual, a obra de Freitas Guimarães, a cujo perfil de tão sugestiva elegância ética como paladino do bem e romeiro da beleza ele se referiu deste modo:

«Só o nome de António José de Freitas Guimarães vale pelo brazonário de uma geração. Não se ficou pelo mister de compra e venda. Dispunha de faculdades excepcionais que pareciam absorvidas em grande meio comercial, quando sem tal traquejo, não poucas vezes surpreendeu a praça do Porto, com os seus golpes e decisões, capaz de fechar negócios de vulto que improvistamente lhe propunham.

.....

O que ganhou deixou aos pobres!»

A TORREIRA E OS SEUS HOMENS DO MAR E DA RIA

VIII

A duna ajusante da actual praia do Furadouro, em Ovar, por onde hoje vicejam e crescem a bordar a laguna como florações de alacres tons, promissoras culturas agrícolas e instalações de pastonifícia, fortes núcleos de populações ribeirinhas, vivendas confortáveis de recreio, tantos recantos de distracção desportiva ou de repouso, foi noutros tempos de uma extensão muito incerta até a primeira comunicação, registada, entre as duas massas líquidas do Mar e da Ria, chamada barra no uso popular.

Desta, tanto no ciclo proto-histórico ou mesmo já nos inícios do histórico, nenhum monumento escrito denuncia o poiso certo da sua existência, a qual só veio a fixar-se pelas cercanias da Torreira no século XIII, segundo o estudo cartográfico de Choffat e um documento provindo do mosteiro de Lorvão, espécie hoje em poder da Biblioteca Municipal de Aveiro (1).

O seu processo morfológico deveria trabalhá-la em crescente prolongamento a causas de eventualidade mesológica, sem qualquer descontinuidade ao norte com a demais

(1) O recheio da Alfândega de Aveiro foi, meritòriamente, recolhido na sua Biblioteca Pública. De um dos valiosos códices membranáceos de tal espólio, consta o documento provativo.

terra firme, a não ser que o estivesse ainda a solucionar a emersão do rosário de baixios e restingas em forma de elos arenáceos aflorantes com que andava a urdir e a fazer res-pontar as plataformas, quase contínuas, do terceiro cabedelo.

A sua área periférica era, pois, ainda muito irregular, estendendo-se sempre para o sul...

À medida que a língua de areias sedimentares, tão limpas de poalhas, descaía em sua andadeira ciranda, o espaço sobrenadante que ia construindo e deixava atrás de si, aumentava, em consequência, o termo concelhio de Cabanões mais tarde de Ovar a que viera a pertencer.

Tal movimento tão perturbador de areias, fazia-se por ondulações oscilantes, dir-se-ia, através como de um oceano picado pela fúria dos ciclones. Como erguessem a espaços medões nunca estáveis. Como afundissem nos permeios, covachos de abaixamento que os limos das poças e alagoa-ceiros, por ali a boiarem durante os invernos pluviosos, reco-bríam nas doces primaveras de bom sol criador com ervagens e arbustos indígenas, rasteiros e héticos, mal bastantes para um fraco pascigo de gados. E o que os nossos olhos viam à flor desta superfície tão descolada, era bem um manto de paratudo, tecido com as fibrinhas dessas exóticas plantas, urze marinha, líquenes de caule viscoso e tantas outras criptogâmicas sem definição na botânica local, antes uma túnica de sergüilha urdida em lactescentes tons ou um robe, que lhe encobrissem a nudez da derme, manchada apenas pelo esmaecido azul das estrelinhas lucilantes dos *cordeirinhos*, a avoejar sobre o pano das tímidas ervagens.

A notícia mais antiga que se conhece deste árido trato de terreno areento, é a referência que lhe faz o documento de 1283 (*Doações de D. Diniz*, liv. I, 64) a que chama *gelfa*, pelo qual este rei aforou, vitaliciamente, por cinco libras anuais a Pedro Bermudes esta sua propriedade realenga: «...meuns montem qui jacer in termino de Cabanoes qui nocaterá, Guelfa...». A libra tinha por estas alturas o valor de 1,550 réis fortes da nossa moeda antes da sua actualização.

Veio a seguir o mosteiro de Grijó e tomou-a pelo mesmo foro anual de cinco libras, mandando para as suas pastagens e montados numerosas cabeças de gado, éguas, vacas, bois e porcos que a epidemia de 1348 dizimou e ceifou, sem qualquer piedade.

Este mosteiro — diga-se de passagem — era um verdadeiro potentado, senhoreando três coutos e colocando curas nas igrejas de Grijó, Argoncilhe, Perosinho, Serzedo, S. Martinho de Travanca, Travassô e Eirol, sobre as quais exercia todo o poder eclesiástico. A sua origem perde-se na noite escura dos séculos. A administração da sua justiça secular era exercida através de um Ouvidor, Juiz dos Coutos, Jurados, almotaceis, porteiro e quadrilheiros. Havia casa do Tribunal e cadeia que ainda vigoram no terreiro, junto à fachada principal da igreja, como ainda existe a cadeia do Juiz, construída de castanho e em cima de um pedestal. Nos mercados e nas feiras eram os seus almotaceis que estabeleciam os preços dos géneros expostos. E no eclesiástico tinha quase jurisdição episcopal que lhe havia sido concedida, de *pleno jure*, pelo bispo de Coimbra D. Bernardo em 1132. Enfim, este mosteiro era um dos mais ricos do país.

Apesar desta opulência, deixou de pagar foros, desde o tempo da pestelensa, sendo demandado em 1355 pelo atrazo de 35 libras.

Mas já os vareiros haviam começado a fazer logradouro comum e público destas paragens, pelo que nos surge um arranjo ou composição entre o mosteiro e um tal Rui Coelho, escudeiro e morador em Rolães da Feira, cujo topónimo ainda subsistia vigorante há pouco na chamada «Viela de Rolães». Não sei a que título nos aparece este feirense a outorgar na escritura do acordo em 1354, pois estas terras ainda não tinham sido senhoreadas pelos Condes da Feira e seus antecessores, continuando sujeitas ao poder do rei como realengas que eram, no documentar do *Foral de Ovar* (no Livro de Forais Novos da Estremadura). Se tal se não alcançasse pelas cartas de aforamento anteriormente feitas.

A notícia mais antiga da subordinação destas dunas, quase desérticas, com seus pobres montados e pastagens,

Nota :

Escudeiro era uma honraria ou dignidade, de feição talvez militar, quase igual em fidalguia à dos nobres Cavaleiros das nossas decantadas *Cavallerias*. Começava por ser *donzel* que podemos considerar diminutivo directo do *dominus* que significa, como se sabe, *senhor*. Esta classe de fidalguinhos no expressivo dizer de Alfredo Pimenta tinham um chefe, ou instrutor ou preceptor que se chamava Alcaide dos Donzeis. Vê-se isto nas Cortes de Évora em 1481-82.

havidas como pertença do património real, a um domínio senhorial estranho, é a doação outorgada em 1383 por D. Fernando em benefício do seu cunhado D. João Afonso Tello de Menezes, conde de Barcelos.

Este rei que a literatura de trânsito histórico, ao cronicar-lhe os feitos e o temperamento formativo, acoima sem qualquer fim obscuro e vindicatório antes ajustado à sua fisionomia moral e exterior, de inconstante e formoso, talvez piegas e efeminado, foi nocivo ao interesse nacional. Embora houvesse publicado nas cortes de Santarém (1375) a célebre *lei das sesmarias* de tamanho alcance social, por três vezes nos envolveu em guerras com Castela, de que saímos tão malferidos.

Mas o seu pior mal foi deixar-se embebedar pelos filtros voluptuosos e eróticos da carne magnífica da mulher sensual e voluntariosa que no registo amoroso dos escritores dessas narrativas ficou conhecida por *Flor de altura*. Para contentá-la, não fosse a «víbora» esfriar em seus ímpetos libidinosos e deixasse de enrolar-se no seu corpo já combalido e em ruínas, tão chupado de seivas que tombou aos 38 anos pela precocidade de uma hética imperdoável, premiou o irmão por aquele instrumento régio, com o senhorio também destas terras, desoladas então, mas que viriam a ser o solo germinal de tão largas possibilidades económicas, frondes altas em troncos de viço a projectarem sombras protectoras no futuro próximo, hoje tão cerca de nós e bem presente.

A concessão munificente foi larga: «*Terras de Santa Maria da Feira, com seus julgados e termos de Cabanoens de Ovar e da Terra de Cambra com seus julgados e termos, direitos e pertenças dos ditos julgados e lugares e terras(...) com todas as suas jurisdições (...) assim nas pessoas, como nos bens e todas as rendas. Outrosim queremos, e otorgamos que seja firme, e estável e valedoura para todo o sempre. Undeo al nom façades...*»

Este titular seguiu o partido de Castela quando esta cozinhou as suas desmedidas e injustas pretensões à coroa de Portugal. Por esta defecção, foi-lhe confiscado o senhorio com todos os privilégios, jurisdições e direitos, concedidos por aquele instrumento régio de 1383.

Dois dias depois da sua aclamação em 6 de Abril de 1385, o Mestre de Avis fez doação ao seu marechal Álvaro Pereira

da Terra de Santa Maria da Feira, Cambra e Refoyos, para elle e todos os seus successores, (...) todos três com seus julgados e direitos, rendas e fructos novos, foros e com toaas as suas jurisdições crimes e cíveis e senhorio, pela guisa e condiçam (...) que as Dom Joham Afonso conde que foi de Barcellos, irmão da Raynha tinha delrrey Dom Fernando nosso irmão a quem Deus perdoe. Esta carta régia de galardão àquele seu marechal da hoste, registada a fls. 128 do Livro I da Chancelaria de D. João I, não menciona expresamente o *julgado de Cabanões de Ovar*. Bem entendeu o escriba do instrumento joanico não o referir entre os bens senhoriados, pois é sabido que os limites da Terra de Santa Maria iam até o Vouga e que o termo do *julgado de Cabanões* abrangia toda a duna até à barra. Seria, sobretudo, uma redundância desnecessária indicá-lo, quando é certo que a doação destas terras se fez «pela guisa e condiçam» que as tinha do rei D. Fernando o referido conde de Barcelos. E neste diploma a sua menção é clara, não sendo lícito assacar-lhe quaisquer dúvidas sérias, pois assenta na segurança e força probativa de documentos autênticos. Assim praticou o escrivão Gomes Eannes com a omissão dos coutos de Sam Doado, em Cabanões, e de Cortegaça, junto de Esmeriz, que se confinam dentro dos mesmos limites. E esta interpretação, quiçá aparente a deduições menos eruditas, não é caprichosa nem temerária. Converge com o sentido meramente entremostrado do texto diplomático, dado pelo seu autor ao monumento de 1385. Na verdade, nós vamos encontrar mais tarde, claríssima, esta referência obliterada e omissa, na carta régia de confirmação outorgada por D. Afonso V, de 5 de Abril de 1453, a Fernão Pereira, neto de Alvaro Pereira: «...todallas dictas terras e lugares — a saber — terras de Sancta Maria da Feira com seus julgados eternos de Cabanões de Ovar e da terra de Cambra com seus julgados e termos e da Terra de Refoyos com seus julgados e termos...».

Morto em Julho do ano seguinte por uma lançada que lhe deram em Corria, a Álvaro Pereira succedeu seu filho João Alvares Pereira no senhorio das mesmas terras cuja doação lhe foi confirmada por carta de 19 de Agosto de 1386.

O condado da Feira foi instituído em 12 de Janeiro de 1472 na pessoa de Rui Pereira, seu primeiro titular com o nome de D. Rodrigo Pereira que mais tarde usou, filho de Fernão Pereira. Este Rui Pereira foi aquele célebre conde da Feira que as crónicas dizem ter sido expulso do Porto

em Junho de 1474, por suas tropelias e arrogâncias que os burgueses portuenses não toleraram por ofensivas das suas prerrogativas e liberdades.

A 7 de Dezembro de 1486 foram confirmadas as suas terras ao filho D. Diogo, 2.º conde da Feira.

Depois de remida a posse do castelo da Feira ao senhorio das terras por carta de 19 de Novembro de 1448 passada por D. Afonso V ao mesmo Fernão Pereira, voltou aos descendentes de Ero e dos Moniz o domínio com as inerentes jurisdições, sobre todo o território doado e a alcaidaria do referido solar acastelado, de jure e herdade. As do condado de Barcelos foram para o grande Condestável D. Nuno Alvares Pereira, por mercê de 8 de Outubro de 1385, em prémio dos seus relevantes serviços.

A referida doação conservou-se desde então, na nobre família dos Pereiras até à morte do 8.º conde da Feira D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Menezes e Silva, senhor do morgado da vila de Pereira Jusão e couto de Cortegaça, das coutadas e jurisdições da vila de Ovar, das vilas de Macieira de Cambra e Castanheira, do morgado de Vagos com seus padroados, comendador de S. Pedro de Torrados ou Ordem de Cristo, etc.. Falecido sem descendência legítima este conde da Feira em 1700 a 15 de Dezembro, D. Miguel Pereira Coutinho, representante de D. João Pereira, filho bastardo legítimado do 1.º conde, meteu-se na posse dos bens do condado, tomando deles conta.

Mas D. Pedro II considerou para a Coroa a Casa da Feira e dela dispôs em seu testamento a favor de seu filho o infante D. Francisco, integrando-a na do *Infantado*. D. João V confirmou a seu irmão o disposto por seu pai, relativamente à Casa da Feira, por carta de 10 de Fevereiro do 1708, depois de largo litígio judicial entre o procurador da Coroa e do *Infantado*.

O decreto de 18 de Março de 1834, em aditamento ao de 8 de Agosto de 1833 extinguiu a Casa e Estado do *Infantado* com todas as suas dependências que ficaram pertencendo à Fazenda Nacional e incorporados nos *Próprios Nacionais*, com excepção de certos palácios e bens que enumeram.

Como esclarecimento convirá dizer-se que a Casa do *Infantado* foi instituída por D. João IV para assegurar melhor a sucessão da Coroa na família de Bragança, dando-lhe,

assim, mais um fiador e mais uma linha no segundo génito; para tanto entendeu que devia constituir um património digno dela, como informa o relatório que precede aquele decreto.

Estes orgulhosos donatários, infanções ou Ricos-homens, fidalgos de linhagem ou fidalgos de solar, oneravam com o peso excessivo de encargos, por vezes incomportáveis, os povos nas áreas da sua jurisdição, sobre os proventos que estes auferiam da terra e da água, por seu trabalho, suores e canseiras. Na verdade, embora viessem já de longe as tributações impostas, a sua opulência e ostentação, liberalidades e outros aspectos da sua vida faustosa, quando não exigências militares, impunham e agravavam o crescer constante e volume da extensão tributária anterior. Nas *Inquisições* mandadas tirar por D. Afonso III em 1251, as quais codificam o canon dos direitos e deveres, advindos, no geral, de consuetudinários e ancestrais hábitos, a regular a jurisdição e administração sobre estes terrenos senhoriados, chamado *Foral Velho da Terra de Santa Maria*, há certas disposições, já então impostas como obrigações foreiras e encargos tributários: ... *os pescadores e lavradores, tanto de Cabanões como de Ovar, deviam dar das suas marinhas, cento e cinquenta e cinco milheiros de sal e todo o pescado que sair no dia em que o senhor rei estiver na feira, conduzi-lo ao castelo e ao palácio, fazer os carretos, recebendo da mão do juiz da terra, «caldo e vinho».*

Era, nem mais nem menos, que a oficialização de uma décima sobre o pescado, com suas multas em morabitinos para os faltosos e outras cominações obrigadas que enumera com vários esclarecimentos. Toda a terra senhoriada, incluindo a *gelta*, com seus frutos e rendas e pescarias estava, assim, presa ao domínio dos senhores, já de antigo uso e costume a constituir lei: sal das marinhas, pescado dos rios e do mar, proventos dos campos e dos montados.

Faz-se uma clara noção destes onus e foros que tanto molestavam a economia e amarguravam a vida dos seus naturais, lendo-se a sentença régia de D. Manuel de 1 de Setembro de 1501 que se guarda na Gav. 10, Maço 12, núm. 16 (Doc. das Gavetas) na Torre do Tombo, sobre a representação feita a este rei pelos moradores da Terra de Santa Maria, Aveiro, concelhos de Pereira de Jusão, Cabeções, Cambra e Castanheira, contra os abusos e prepotências do conde da Feira D. Diogo Pereira. Reclamavam e diziam

estes queixosos que este titular, esquecendo as disposições da carta régia de 21 de Julho de 1500 a ordenar a cobrança de foros de portagem «segundo ora se leva em a Villa de Aveiro», praticava desmandos excessivos quanto aos impostos que *filhava*, utilizando o vocábulo arcaico coevo.

Assim, de direitos de *portagem* sobre todas as mercadorias: «de dez hum e de vinte hum»; por cada cambio de peixe: «um ceitil e dois» e ho que queria...»; e «de cada carregio de marisquo ou de sal trez reis brancos e mais um ceitil de cada alqueire»; e «quasi levava ametade de toda a sardinha que os moradores e quaisquer outras pessoas de suas terras matavam ou achavam morta pela Costa do Mar e lha mandava tomar pera as cazas, depois que a tinham recolhida e salgada». De *matagem*: direitos de todas as madeiras que se cortavam nas matas das suas terras, levando um cruzado pela madeira de um navio e «por cada pessoa que apanhasse o ~~estrupe~~ para cobrir as suas casas, o qual esturpe era uma erva que nacia na Costa do Mar, hum alqueire de trigo». De *ancoragem*: trinta e seis réis de cada navio, barca, batel ou caravela que ancorassem em os «Portos de Ovaar».

Este donatário fazia *coutadas* de porcos, coelhos, e veados onde estes animais se multiplicavam incessantemente sob as vistas e fiscalização do senhor violento, carácter cheio de grandeza e orgulho, e dali infestavam os agros, destruindo as culturas e as vinhas de seus donos que pagariam a multa de dois mil réis, se porventura ousassem matar qualquer peça. O mesmo sucedia em certas extensões dos rios *a'águas doces* onde ninguém podia pescar e se o fizesse, eram-lhe confiscadas as velas pelos ousios dum plano sinistro de tudo se apropriar e absorver, até obrigava os *seus servos da gleba*, verdadeiros párias, a levar-lhe ao seu Castelo da Feira, às costas, em carros ou em bestas, as lãs dos carneiros, vinho, pão, cereais, ovelhas, o terço da erva dos seus campos de regadio, os frutos dos seus ciclos, etc., onde teriam, que servir um dia a tratar do pomar na cava e poda da vinha.

D. Manuel ouviu os gravames, e sentenciou por forma a calar os queixumes e cercar estes desmandos, no referido diploma de transcendente alcance social para os humildes povoamentos da nossa região.

Embora em singelo processo para a inquieta curiosidade dos desprovidos, fica esclarecido, desta maneira, a genealogia esquemática dos fundamentos e raízes históricas por que os condes da Feira, os seus ascendentes ou sucessores, auferiam direitos e foros em todas as terras de Santa Maria, sujeitos ao seu domínio, até à sua extinção no período liberal, a que se seguiu um acordo entre todos, arquivado nos livros do Juizado de Paz da Murtosa.

Por toda a Beira-Litoral o mais afamado e activo centro de pesca de arrasto era, naqueles tempos, na costa da Torreira, e o seu peixe, mórmente as sardinhas, desfrutava as merecidas auras de celebridade retumbante, de saboroso que ele era!... Com localização mais cerca e directa, tal entrepósito achava-se ao alcance menos tormentoso e árduo, das isoladas povoações serranas, perdidas pelas vertentes das montanhas circundantes que só eram atingidas com suado custo e trabalhadeira pertinaz. Modo de vida sacrificante, quer o suão encardisse os ossos ou as frigideiras dum verão tórrido assassem as carnes dos azemeis em recovas, palheiros, arrastando sapatorras a chiar no trato quase diário de seus machos de cabrestos e cilhões tachados, guiseiras e chocalhos de cobre soantes. Elas, ajoujadas sob as canastras cheinhas, bufarrinhavam pelos cerros ínvios aqueles clúpeos de gordos lombos — presigo maior, então, do pobre! — a parecerem retraços dos esmaltes verdes de Palissy, tantas vezes versicolores nos montes das lotas, ainda *vivinhas a salvar*, sempre que um gume de sol a poalhar vivo, lhes chapava sobre as escamas da farpela, embebida da salsugem da água, os raios irizados da sua luz, como reflexos de toda a gama dum espectro.

Assoberba-se, igualmente, com seus *ares e tomares*, fumos ostentosos de praia aristocrática, certo que, pelos meados do século passado, aos seus banhos de fundo e limpo mergulho com pimponices sobre as cristas farfalhantes das ondas, e aos bailes escolhidos do «palheirão» forrado no seu interior pelos brocados das esteiras de bunho, a fidalgaria de muitas léguas em redor, pressurosa e folgazã, acudia a recrear-se aos seus passatempos de alacridade e devaneios, embora muito comedidos e sornos, entregando-se à regalice daquelas areias fulvas e tão empachadas de um salutar

iodo. Os rios Vouga e Águeda carreavam-lhe às barcadas ruidantes e de penachos coloridos com bandeiras festivas nos mastros e à proa, o melhor e empavesado gentio das terras que banhavam, e as raparigas morenas embiocadas nos capuchos lá das bandas do Caramulo, pegureiras bonitas, esmoleres tantas vezes, sempre a alegrar com a sua presença, mesmo no sorumbático do seu burel, as danças-de-roda das varinas pé-leve.

Por lá se divertiram morgados estroinas e pimpões, gentes das cortes amesendadas em altas cavalaria, titulares e políticos de nomeada, burgueses remediados e pobretes em ruínas. José Luciano de Castro que veio a ser um árbitro da vida política nacional, era o frequentador dos seus banhos higienizados, passando nesta praia as suas férias de estudante buliçoso, e até nela publicou o *Boletim da Torreira*, gazeta de humorismos e tentativa de literatices etnográficas locais, publicada em 1853 e impresso na tipografia do *Campeão do Vouga*, em Aveiro. É pena que os nossos arquivos, mórmente os da nossa região sempre preguiçosos em resguardar dos estragos do tempo e de uma criminosa dispersão estas preciosidades, não possam conter no fundo das suas estantes os cinco números do jornalzinho que tão grande celeuma e intrigas de salão chegou a levantar, entre as donas banhistas do tempo na praia escolhida de sua assídua preferência.

Perdura ainda hoje, entre os mais velhos murtoseiros, a forma da sumptuosidade das festas em que foi recebido o duque de Loulé na sua visita à Torreira, em 1867. Este venerando ancião era filho do também duque de Loulé, velho Mendonça, descendente da estirpe dos senhores de Biscaia, ligados aos Vale de Reis e ao Rolim que tinha sido condenado à morte por ser um dos que invadiram Portugal com as hostes de Massena e a quem D. João VI, em 1821, perdoou no Brasil quando ele pessoalmente o procurou para tal fim, conforme pormenores manuscritos num diário cuja cópia coeva o registo do meu arquivo avaramente guarda. Havia sido o chefe do chamado partido *histórico*, o qual em 1856 fora incumbido de presidir a um governo moderador sem qualquer inspiração *setembrista*, erguido perante o grupo de políticos audazes da Regeneração em seus planos de fomento e de economia, aos quais a mocidade ardente de Fontes dava alentos impulsivos, agitando doutrinas renovadoras.

Acompanharam-no nessa diversão e passeio à linda praia que toda ela se movimentava então nas estúrdias sono-

rosas da romaria de S. Paio, — festa do melhor cunho e feição folclóricos da região marinhola — seu filho o conde de Vale dos Reis, o ministro de Estado honorário Matias de Carvalho, o par do reino José da Costa Pinto Basto, D. Luís da Cunha, Figueira Freire, Francisco Ribeiro da Cunha e outras individualidades de relevo. O trajecto fluvial fez-se, ilustrado de grande animação e calor eufórico de vibratidades emocionais, saído do cais da Ribeira, em Ovar, num cortejo inicial de 14 barcos que depois engrossou e se converteu numa flotilha embandeirada passante de 40 embarcações. Os edis camarários de Estarreja e Sever do Vouga apareceram a fazer os seus cumprimentos com bandas de música, assistidos pelas pessoas mais gradas das suas vilas. Os ares atroavam-se com o estampido dos foguetes e dos vivas. A certa altura desta grande manifestação de simpatia acorreram também em mercanteis adornados com festões de flores os arraiais da Torreira e «era digno de ver-se a alegria que respiravam aqueles rostos crestados pelo sol de Agosto, aquelas expansões de entusiasmo de almas singelas»..., no dizer do cronista do *Campeão das Províncias*. Nunca, nos factos históricos desta costa se viu uma coisa assim!...

Então, pelas tardes serenas, já de luz baixa dos crepúsculos bem serenos e varridos de pesadelos, que o mar, sortilogo aqlutinador, tanta vez, dos maus humores, das tristezas mofinas e sem conto, ia mergulhando nos fundos glaucos do insondável pélagos, a empertigada gente d'algo, flamante de chanças, estadeava-se pela praia, descalça, no costume obrigado de tolos os dias, amparando-se ao seu cacetinho de brunido marmeleiro ou de cana da Índia, no jeito daqueles janotas e faias dos tempos faustosos do Império.

Bem depressa, os pares sequiosos se perdiam, em andanças e contrações, por entre a neblina das moiteiras misteriosas, passarinhando até encontrá-las, àquelas apetecidas corcovas de afundimento abertas pelo vento mareiro, a concitá-los a inscrever na areia alisada dos seus terraços, as garatujas de um gorjeio de amor. Como a enfiar-lhes a cor, era lá que se encolhiam sobre os caules veludosos ou rastejavam nas brandas monticulações, as gotas azuis dos «*cordeirinhos*», pequeninas lágrimas presumidas, dir-se-ia antes pingos do azul-claro de Signarelli que um romântico artista, amante dos silêncios e dos ermos nostálgicos, por

aquí e por ali, deixasse cair da sua paleta distraída, ao pintar uma das suas maravilhosas telas com a luz divina desses entardeceres.

De passo, as donas a quem o Diabo nada quiz pedir, destacadas em vigiar ao rondó vespertino, as ondas, pertinho, a delir murmúrios e cícios de leves sonidos embaladores como canções do berço, toda a beleza de tons sanguíneos do sol a deitar-se nas lantejoulas das águas, deixaram-se ficar para trás, embevecidas de tantas maravilhas e a simular que entretidas no arregaçar tímido das saias compridas de folhos e rendas, quando a mareta sem a menor pudicícia e recato, vinha espreitar-lhes os segredos e tocar com os salpicos das espumas, os artelhos finos, de pele macia, mais alva que o luar...

O regresso fazia demorado, pelo lusco-fusco dentro, já a entenebrecer com a volta, coisas e pessoas numa fusão indecisa de tons, e começavam também a espreitar, rebitados na umbela azul dos céus um nada encandescidos, os cravos das primeiras estrelas, enquanto as ondulações mansas das vagas dobravam sobre o lençol das areias, empenchadas as suas cristas pela ardência de miríades de seres que entornavam, à doida, incontáveis, infinitos cântaros de leite luminoso.

Vinha depois a ceia, succulenta, que os arraís das companhias, às famílias eleitas por seu trato e méritos, haviam antes amimado com as espécies finas, abocadas às redes dos últimos lanços. Após o prândio tradicional, as matronas sem mester de vigiar encolhiam-se ao canto aconchegadinho da sala ainda tépida das quenturas dos últimos raios do sol. Sentavam-se que nem mours acoradas sobre esteiras a rezar o terço *pelos seus mortos*, para que Deus os aliviasse depressa das penas do Purgatório. Nesse comenos, as *julietas*, essas, porque o folgar e divertir era atributo funcional de seu veraneio e da sua mocidade, iam-se para o «palheiro» assim popularizado, mais tarde substituído pela «assembleia» chique dos Sebolões. Urdiam logo uma roda de jogo de prendas, chegadas aos toques das pernas dos *romeus*, beliscões inocentes ou à surrelfa, de permeio, ais e soluços, desejos e anseios. Erguiam-se a jeitos de melopêa arrastada e plangente de «amentar as almas» no ermo profundo da noite, as estrofes mirradas do *Noivado do Sepulcro*, em que um sadismo em voga, romântico e piegas, tangem emotivamente as cordas dos alaúdes

nacionais. Tal uma nódoa de azeite, tanto alastrou pelos salões perfumados a incenso, da gente de prol, ouro-velho e sanefas de secular brocado, ora até pelas alcovas pintalgadas a ocre das marafonas. Foi uma praga como as do Egipto!...

Naqueles bons tempos passados, esta praia aliciava, assim, sem esforço, a especial atracção dos paroquianos das redondezas que nela vinham divertir-se a seu modo e gozar horas bonançosas, fora das agruras do dia-a-dia trabalhoso e cruciante. Depois, as modinhas do antigo curso foram obliteradas como velhas usanças *botas-de-elástico*, por anacrónicas e até risoteiras ridículas mesmo na opinião de muitos fabianos. E a afamada estância perdeu os seus créditos de rejuvenescimento de físico em ruínas, sendo desprezada pelo seu exotismo de patina, palmar, à margem das modernidades espampanantes que outras mais audazes e aventureiras ultrapassaram por seu mais fácil acesso, melhores cómodos, vida mais alegre, luxuosa, com regalos de prazeres, jogo e sensualidades..., que não nos mimos da Madre-Natureza tão pródiga, ar aberto, paisagens de fascinação, encantos múltiplos e seus primores de recato — complexo de jucundidade e abonos morais, muito de atender e preferir, se este mundo não andasse do avesso.

E porque os olhos, tocados e encandescidos de alumbamentos e de falsas miragens, já não vêem a nitidez dos melhores e mais elevados lances a alcançar, há que fornecer-lhes a visão doutras perspectivas mais rúbidas, doutra ética com aparências mais aliciatórias, ainda que seja de conturbado regabofe para presigo do corpo, que a alma, ilaqueada pelo efémero, já não conta...

Para nem tudo ser de lastimar e carpir em desalentos, esta estância de veraneio marítimo com seus reconhecidos logradouros de *muito à-vontade* sem ostentações falsas de luxuosas indumentárias, está hoje num crescendo de realidades progressivas que a transformarão, muito em breve, em um dos mais aprazíveis recantos de toda a costa portuguesa, pela variedade múltipla dos aspectos paizagísticos que oferta dadivosamente. Está já concluída a paralelepípedos e com boa largura, a estrada sem desníveis a marginar a Ria, ligando-a à praia de S. Jacinto e à Barra. Pouco viverá quem não percorrer até ao Carregal no extremo norte da sortílega laguna, a sua continuação já autorizada, sempre embevecido pelos enlevos do mais perturbante percurso turístico nacional com que a Natureza a engrinaldou em

sua pródiga trilogia: — água, terra e céu. São 30 quilómetros de ofuscante beleza e prodígios naturais. Dispõe já de telefone e luz eléctrica. E não levará muitos anos que se não veja, na Varela, uma ponte a estabelecer-lhe rápidas comunicações com a sede do seu concelho e com o resto do país. A zona das *Quintas do Sul*, até há pouco inhóspitas plagas dunares, oferece-nos já um mosaico de manchas verdes de arvoredos e leivas de cultivo de onde emergem construções modernas a formar próximos aldeamentos urbanos, por onde se entreabrem nesgas de batatais e clareiras a produzir milho, feijoad e melancias de refrescantes sumos, centeais e belgas de várias ferrãs rasteiras que a calhandra, nas manhãs esplendorosas, alegre empinada, entoando o seu *quites* de aleluias. E se a prometida pousada se fixar no Muranzel, atraíndo os devotos dos desportos náuticos, cinegéticos e de pesca, então a Torreira converter-se-á na mais ridente e preferida estância de repouso e veraneio de todo o país.

HOMENS DO MAR. Heróis sem registo na história. Capitães da linha avançada dos combatentes de peito descoberto à fúria das ondas. Companheiros leais de coragem indómita dos lutadores enegrecidos pelo sol e pelas maresias das manhãs nubladas de iodo. Arrais Albino na proa a dar sinal de confiança para a arremetida vitoriosa e seu irmão arrais Manuel na ré, seguro da sua perícia no manejo da corda que é leme e garantia do arribar na crista das ondas. Dois irmãos símbolos duma raça que é glória nossa e tantos outros cuja memória vive, como se as suas figuras hieráticas ainda andassem de pés descalços a calcar a areia branca da nossa costa, contemplando o mar que tantas vezes sentiu a bravura da sua audácia.

Sejam evocados alguns nomes, por mera lembrança do que foram :

António Rebelo Sebolão — Possuidor dos melhores edifícios da Torreira no chamado fato da «Carneira», nome porque era conhecida a sua companha, uma das mais bem apetrechadas de toda a costa de Mira a Espinho. Alto, espadado, tipo nórdico, de boas maneiras, popular e muito estimado. Influente político do partido progressista, mantinha com o Conselheiro José Luciano de Castro, relações

que vinham do tempo em que este chefe político frequentou na sua mocidade a Torreira, o mesmo sucedendo com o Conselheiro Albano de Melo e outros homens de alta posição.

Deixou descendentes, como Venâncio, Albino e Manuel, que honraram a sua profissão, muito respeitados por toda a colónia balnear do seu tempo e por todos os homens do mar.

Filipe José Tavares — Homem muito considerado, principalmente no meio piscatório em que exerceu a sua actividade com a sua companha chamada «Sardôa».

Conseguiu avultados meios de fortuna, que applicou em propriedades na Torreira e no Monte da Murtosa.

No naufrágio da sua companha, em tempos ocorrido, perdeu seus dois filhos — Rodrigo e Manuel.

Continuadores da sua profissão e do seu bom nome, foram seus outros filhos — Francisco, João e Henrique.

Seus irmãos Valentim, de feitiço recatado, mas bem conhecido pela sua coragem e Manuel Maria, contribuíram com a correcção do seu porte para o prestígio de que sempre gosou a família Tavares.

Francisco da Silva Conde — Homem sociável, de maneiras respeitadoras, procurando sempre a convivência de pessoas da sua consideração e que muito o estimavam.

Dirigiu empresas de pesca principalmente em S. Jacinto e Furadouro, sendo figura que se distinguia na classe piscatória pela sua competência e delicadeza de trato.

Foi dos nossos últimos homens do mar que até à sua morte manteve com a sua linha de conduta, a tradição de que gosaram os nossos antigos arraís.

Deixou família numerosa que honra o seu nome de bom murtoseiro que sempre foi.

HOMENS DA RIA. Sirgadores e barqueiros de maneios a bamboar, escravos presos à vara calejante que lhes roi o peito.

O inferno da Ria quando o vendaval que nem um castigo de Deus, a encrespa e torna doida, de águas iguais às do mar e vidas jogadas sem destino...

Pescadores presos à dura lida de tirar da Ria o pão amargurado dos seus. Noites de tormenta a impedir a luta. Remos com músculos retesados a aguentar o embate, a vencer a fúria, ameaça de morte a espreitar as almas boas.

Os esforçados mesteirais da laguna que se espraia na concha da paisagem marinhoa, quando o vento suão *aperta o canelo* a fustigá-los e o temporal cabriola aos empuxões doidos de todo, passam as penas-do-purgatório para levarem a triste e amargurada vida... Troncos vergados, queimados pelo iodo das salsugens agrestes e já feridos pelos gumes daquele nordeste que lhes brita as carnes, é dor d'alma vê-los assim à sirga, arrasta que arrasta, a conduzir o mercantel ajojado sob o peso da carga, corda enlaçada à cinta ou a tiracolo pelo dorso, pé na água, pé na areia. À frente ou ao lado, conforme calha, vai o moço, quase nú, sem forças e a arfar, esboço d'homem enigma de um sonho de esperança ou ferido já pelo pesadelo de uma tragédia. A cada passo sente como a vergastar-lhe o lombo, os golpes deste cruel açoite: — «Finca-me bem esses pés, meu stupor! Reteza as pernas que és tão madraço como teu avô Bitáholra, grande cão...».

Pela orla de linhas onduladas que a maré desenha na areia recalçada pela babugem, eles lá vão, autómatos, meras coisas, umas vezes impelidos ao ritmo duma cadência dolente e triste, tais esfarrapados barqueiros do Volga, outras vezes amassada em lágrimas, sempre levedada em suores que pingam lamentos e pragas...

Ainda distantes do Muranzel onde o vento enfunaria a vela guardada no pique da proa para os momentos de perigo, os nazarenos da sirga continuavam a faina amargurada de puxar o barco que o Badé, musculoso e rente, desviava com a vara fincada ao calo do peito, de encalhar na areia da praia, ora amiga, ora traiçoeira e malsã. Baixava p'ra tarde. As penumbras crepusculares andavam a opalisdecer a luz sobre as coisas envolventes e sobre o silêncio dos ermos. Não se lorigava viv'alma de pescador pelas imediações do contorno. Só a intermitências luminosas acertadas, o farol começava já a relampaguear fogaços. Até à orla fronteira do mar-alto em cujo corpo amassado com poalhos

esmeraldinos, o alfange de sol enterrava o gume percuciente da sua lâmina, chegava a escorrência sanguínea da ferida aberta, tremulinas de fosforescências rubras, donde gorgolavam golfadas purpúreas que, depois de tingirem as fimbrias das núvens à volta, iam picar de estrias de zarcão a umbela dos céus.

Pescadores, com noites frias a enrijar-lhes as carnes, com desabrigo em que a simples esteira de bunho serve de leito sobre o fundo das bateiras cobertas com toldos mal vedados. No dealbar das manhãs por vezes invernosas, lá vêm eles com os gabões atados por corda a cinta, com as canastras do pescado ao ombro de dois camaradas, para venda no mercado de Pardelhas. Feita esta, com o mata-bicho para aquecer e enganar o estômago vazio, lá voltam a subir o calvário... até que chegue a aleluia do domingo, dia de passageiro regresso ao lar, onde na cozinha cheia de sombras da sua arreceleta, por entre cujas palafitas o vento zune sons cavos, apenas alumiada pelo ténue fogacho de uma candeia de azeite e pelo lumaréu frouxo das achas a rechinar na lareira, a mulher aguarda o seu rico homem, guardando-lhe os restos da fornada para o mimo da rasulha que o aquecerá dos frios e das fomes. Na esteira desdobrada a todo o léis, brincam os filhos, luz suprema da sua vida, em bamboleios e cantatas em surdina, contentes com o regresso do pai.

bibRIA

Homens que ilustraram a sua terra
Beneméritos que se enobreceram com
gestos de altruismo
Bairristas de apego amoroso à terra-mater
Comerciantes para quem a probidade e
honra foram o lema da sua vida

IX

D **r. Américo de Assunção** — Abre-se a magestosa galeria que guarda ressuscitadas para a veneração do homem multitudinário murtoseiro, as telas dos mais devotados, não direi símbolos de certa curiosidade épica, *omees-boos* da nossa terra, com a desta figura sobrelevada em méritos intelectuais e requintes do coração. Talvez seja a última em sua ordenação cronológica, sendo a primeira no seguimento da linha alfabética, — sucessão de etapas do nosso ciclo histórico que reputo mais colorido de sóis e de luz com brilhos predominantes. Abre e abre bem!... essa fieira de quadros, embora esquematizados sem nada perderem da sua encantadora simplicidade, o deste médico culto e bondoso a notar-se em seu esplendor e a reflectir-se nas folhas luzidias do livro-itinerário que a alma do nosso povo anda a escrever amorosamente. Como se fosse um guia ou uma *tenda dourada* que ele anima para que reverdeça em feitos da «Gesta Dei», numa rica tessitura de evocações queridas do romance maravilhoso com seus cantos alados e aventuras altas do nosso destino.

António Joaquim Marques — Bem merece figurar na galeria dos homens bons da nossa terra, quem como ele tanto orgulho tinha do seu sangue de murtoseiro.

Muito novo começou a sua vida comercial em Lisboa, no estabelecimento de seu cunhado José Maria Soares. Mais tarde, com estabelecimento próprio em uma das principais avenidas da capital, conseguiu lugar de distinção entre os seus colegas.

Com grande tendência para se ilustrar, que começou na sua convivência com Joaquim Soares, dedicou-se nas horas vagas da sua actividade ao jornalismo regional, com colaboração interessante no «Concelho da Murtosa», onde deixou produção de merecimento.

Bairrista de acendrada dedicação, esteve sempre presente em todas as manifestações do progresso da nossa terra, deixando nos seus descendentes a continuação do seu amor por ela.

António Joaquim Tavares Rebimbas — Era um homem sã da nossa terra: bondoso, cheio de prestígio e consideração geral. De larga influência política, tão grande e firme que a freguesia inteira lhe obedecia cegamente e em qualquer eleição, a um simples aceno seu votava com ele sem a menor opposição. Lavrador opulento, de abastados teres e extensos prédios rústicos em terrenos de lavradio e juncaís, dispunha sempre de meios e de recursos para valer à probreza necessitada com quem distribuía indiscriminadamente o conforto do seu bem-estar.

Poucos *omees-hoos* passaram pela nossa terra, melhor dotados em atributos morais, de mais radiante formação e compreensão social, e de mais afincado zelo pelo bem público.

Sendo o mentor das actividades da Junta da Paróquia, fez executar por esta entidade administrativa, o empedramento do largo da Praça de Pardelhas, com a construção dos respectivos passeios laterais — calcetamento que a seguir foi continuado até à ribeira que modificou e beneficiou, alargando-a e dando-lhe um cais de acesso, utilíssimo para as cabotagens da Ria e para os transportes dos seus adubos. Foi vereador da Câmara de Estarreja e nesta função conseguiu alguns melhoramentos para a sua terra. Estava sempre disposto a engrandecer o seu berço natal e a derramar o bem pela colectividade murtoseira. Dessa sua inclinação e índole é prova o grande litígio judicial que sustentou à sua custa nos tribunais em defesa de direitos de posse de uma ilha

que lhe não pertencia, mas sim ao património da freguesia. Foi, efectivamente, uma figura de grande destaque local, merecida e justamente respeitado até à sua velhice. Deixou uma obra pública de grande apreço e alto valor.

António José de Freitas Guimarães — Nasceu em Pardelhas a 30 de Abril de 1824. Seu pai — José de Freitas Guimarães — era oriundo da freguesia de Santa Comba de Fornelos, concelho de Fafe. Muito novo ainda, veio estabelecer-se nesta localidade com loja de fazendas de lã, mercearia, ferragens, etc., situada no antigo arruamento vicinal, ainda de pavimento solto de areias, que dava ligação para os lugares do Ribeiro e da Murtosa, em prédio ainda hoje vigorante nas suas modificações de construção. O filho seguiu a ocupação do pai, ajudando-o e auxiliando-o no árduo mister do seu labutar. Até que em 1851 fundou uma casa de comércio no extremo sul da praça de Pardelhas que ainda vemos hoje — estabelecimento amplo, de duplo balcão e estanteado ao longo de todo ele, pavimento de seixos rolados, apenas com debrum de madeira no sopé dos mostradores. Velha loja de negócios. Antigo ponto de reunião dos *faias* daquele tempo e dos *brasileiros* de chaile-manta que nos invernos desabridos vinham acolher-se às suas tertúlias, à quentura risoteira das conversas e a matar o seu tempo fastidioso, de ócio e de férias bem merecidas...

Bem depressa, a sua casa se tornou, indiscutivelmente, a mais afreguesada das redondezas. Fazia os fornecimentos dos materiais para as companhias e empresas de pesca, artesanatos têxteis domésticos e indústrias rudimentares caseiras: linhos, cânhamos, breu, ferragens, algodões, lãs churras, etc.. Tudo o necessário para a construção de barcos. Tudo o preciso para alimentar os teares de primitiva e ingénua técnica fabril. Nestes se tecia a sarguilha que tanto se exportava lá para as bandas de Leiria e da Nazaré. Era tecido também muito usado pelas mulheres murtoseiras e por toda a beira-marinha. O seu uso tornou-se quase geral no vestuário feminino exterior por se adaptar melhor aos rigores do tempo e das inverneiras pegadas com ventos rijos do norte. Ensacadas por cima das ancas opulentas com saias rodadas de muitos panos do habitual *paratudo* tão niveladas das linhas esbeltas do corpo, as marinheiras nos dias pardos de céu plúmbeo e viscoso embiocavam-se, no geral, com outras saias da mesma anchura e qualidade. Ao passarem

nos caminhos sombreados pelas tamargueiras, lembravam duendes e trasgos nocturnos, de augurais preságios. Pois esse improvisado capuz não deixava que uma réstea de sol alumiador fosse brincar as suas alegrias naqueles rostos morenos. Antes lhes evocaria motivos de sentimentos taciturnos e misteriosos do passado, talvez a prender-se em acentuações celtas ou fenícias... Por aqueles tempos, ainda as cachopas da Murtosa iam, nas madrugadas do S. João, colher na água das pias perfumadas dos poços quintaleiros que as mães haviam deixado cheios ao relento das orvalhadas, a flor simbólica da sua virgindade, ou já de noite, na penumbra de sombras míticas, a credice casamenteira de um banho nas ondas cálidas do mar que pertinho murmurava a puríssima beleza do seu anseio, e das quais haviam recebido, primeiro, a ressonância do marulhar pelos búzios descobertos nas marés-baixas da praia de tão douradas areias...

É de notar que a economia acertadamente dirigida do movimento crescente dos seus negócios dava ao moço comerciante lucros remuneradores, criando-lhe bases de prosperidade e riqueza que aumentavam, cada vez mais, a amplitude das operações mercantis. Muito dinâmico e empreendedor, com qualidades vincantes de porfia no trabalho diário que o absorvia, acrescente-se que nunca o perturbou a temeridade de jogar com afoiteza nos riscos dos negócios incertos. Foi notória no meio local e afamou-se até nas tubas do mundo dos negócios de grosso tomo, aquela falada operação de compra de todo o linho cânhamo chegado ao Porto, quando a guerra da Crimeia esboçou prolongar-se. Homem de cálculo e perspicaz, despresando os risinhos dos colegas medrosos, afoitou-se á aquisição de várias centenas de fardos com muitos milhares de quintais do referido artigo que, por virtude do bloqueio dos portos de exportação, em breve atingiu um preço tão compensador que foi o melhor factor da sua grande fortuna.

O seu balcão e processos honestos de comerciar serviram para a aprendizagem de muitos negociantes que brilharam entre nós como os *Vicentes*, fundadores da grande casa deste nome no largo da Praça. Entre outros passou pelo seu estabelecimento como caixeiro, *António Ferreira da Cunha*, falecido em Estarreja como secretário aposentado da sua Câmara Municipal. Lá ganhou o dinheiro para ir estudar para professor de ensino primário que exerceu na freguesia

de Pardilhó, sucedendo ao farmacêutico José Inácio, avô do quase paralítico Manuel Saavedra Guedes, professor que foi também, mas de ensino livre.

Por mera curiosidade deve acrescentar-se que então os professores primários régios ganhavam apenas o ordenado anual de 90\$00 e que as Câmaras Municipais aumentavam uma gratificação de 30\$00 àqueles que tivessem para cima de 30 alunos nas suas respectivas escolas. De Pardilhó este Ferreira da Cunha pediu transferência para Vila-Real, sua terra natal. Diz-se que numas eleições em Pardilhó, o secretário da Câmara de Estarreja — João António de Abreu Freire, irmão do abade da freguesia, — tendo admirado a sua bela caligrafia, o convidara para amanuense da Secretaria que aceitou. De amanuense transitou para seu chefe — cargo em que se aposentou.

É muito significativo e de realçar, o papel de Freitas Guimarães como educador de futuros comerciantes com nome. Todos os que com ele aprenderam a arte, talvez antes ciência, do mercadejo e normas de balcão, ficaram a dever-lhe a fina originalidade da percepção e instintivo faro da sua política e processos mercantilistas. Amante dos riscos e de um virtuosismo de lutador, insuflava nos discípulos o sentido das suas atitudes rectilíneas assentes num forte fundo de carácter e honestidade. A sua intuição era, na verdade, genial. Inculcando personalidade à acção ministrada, tinha o orgulho de os seus ensinamentos serem transmitidos e seguidos pelos caixeiros, arcaboçados, assim, para as realidades dum mundo trabalhoso e erigido de dificuldades a marcarem os ásperos caminhos da vida, com segurança e decisão, sempre de consciência firme no futuro.

Casado com D. Josefa Alves Moreira de Freitas Guimarães, vinda do governo administrativo do grande latifúndio agrícola da Caneira, lá para os confins do Ribeiro de Pardelhas, empossado à família Henriques de Oliveira em que se enlaçavam vergönteos ilustres de frades, capitães e alferes, bacharéis em leis e opulentos lavradores, — bem cedo atingiu o nível financeiro que considerou suficiente à mediania do seu viver no quadro da economia doméstica e das necessidades familiares. Aposentou-se, portanto, largando mão das actividades comerciais com transferência para uma vida de tarefas menos culminantes e celebradas, menos clamorosas embora, mas adequadas melhor à sua

índole já gasta e amortecida das seivas que até ali avultaram o traço do seu interior moral, a estrutura da sua directa observação e experiência. E passou o seu estabelecimento a *Manuel Maria Barbosa*, educando-o no seu provado sentido construtivo e na sua concepção ética, — essenciais provas da energia e acerto que tanto lhe dominaram os caminhos percorridos de um trabalho afanoso.

António José da Silva Homem veio muito novo de Cambra para ser caixeiro na loja de *João José Conde*, chegado pouco antes do Brasil com fortuna, cuja vida e obra se recorda em outro capítulo deste trabalho. Casou-se com uma das sobrinhas e afastou-se, estabelecendo-se separadamente. A este negociante que grande entusiasmo votava à causa da emancipação murtoseira, se referem *Os Sucessos de Aveiro* por motivo do seu falecimento em 1899, tendo sido levantada por esse motivo a sessão que se estava a realizar no antigo Colégio de Pardelhas, depois de ter sido lida a representação a pedir a elevação a concelho das freguesias da Murtosa e Bunheiro.

Padre António Nunes — Nascido no Monte da Murtosa, filho do velho professor Nunes, de ensino particular, veio depois de ordenado para a Murtosa, salientando-se pela sua cultura humanista. Foi orador sagrado de certo nome e o maior do seu tempo na Murtosa.

Da sua geração murtoseira foi o mais distinto aluno, anunciador de grandes esperanças no alcance do seu talento. Paroquiou durante anos a freguesia de Arrifana. Morreu novo, vítima da sua fraca compleição.

António Vieira Pinto e seu irmão Alfredo — Conheci muito de perto a ambos e com eles convivi até à morte. O António foi destinado pela família a seguir a carreira eclesiástica ao sair da escola do velho mestre Bernardo, e com esse fim se encontrava em 1903 a frequentar os estudos preparatórios no Seminário dos Carvalhos. De lá saiu pouco depois, devido a doença que o impossibilitou de continuar naquela casa de instrução. Os pais colocaram-no mais tarde e já refeito da sua abalada saúde, na casa lisboeta de câmbios Primavera & C.^a L.da. Vivo e inteligente, bem depressa se adaptou ao novo ambiente e com facilidade assimilou os meandros e segredos dos intrincados movimentos da

alta finança, em cujos conhecimentos revelou desde logo pronunciada agudeza, começando cedo a ser um funcionário distinto, pressuroso e apto.

Sabe-se de fonte segura que, tendo o dr. Cândido Sotto Mayor concluído a sua formatura em Direito pela Universidade de Coimbra, o dr. Carlos Barbosa que com ele privou de perto em Coimbra, lembrou-lhe que o ramo bancário poderia ofertar-lhe firme trajectória na vida e indicou-lhe seu cunhado António Vieira Pinto como um auxiliar prestimoso, criador e de largos vãos de iniciativa, refinado architecto de ousados rasgos, sabedor do seu ofício e prudentemente seguro. Sem se dispor de oráculos com as suas pitonisas, nem de sibilas com os seus augúrios, os factos deram razão à profecia que, não revestindo foros de adivinhação como Cassandra a predizer o assassínio de Agamemnon, se cumpriu inteiramente. Dessa convivência de rapazes em Coimbra, com a cabeça cheia de sonhos, saíu qualquer coisa de indiscutível certeza: a ligação do dr. Cândido Sotto Mayor com António Vieira Pinto, fundadores em 1914 da firma Pinto & Sotto Mayor que em poucos anos conseguiram elevar à categoria de uma das mais conceituadas e poderosas organizações bancárias do país, hoje transformada no Banco Pinto & Sotto Mayor. Da sua iniciativa revestida por invulgar inteligência, resultou a fundação de sociedades que ainda hoje prestigiam o seu nome, entre outras, a União Eléctrica Portuguesa, a Companhia de Seguros Sagres, o Banco Português do Brasil, a Empresa de Pesca de Viana, etc.

Onde não chegaria este murtoseiro se a morte o não roubasse tão cedo, e com ele, um tesouro tão opulento de possibilidades e realizações?

Cumpre a todos nós não esquecer que este belo manco de tão atraente fisionomia foi o símbolo mais representativo dos frémios psicológicos da alma da grei, a mais viva palpação da consciência colectiva da raça, pois veio a encarnar em si como numa síntese de retumbantes predomínios, todos os impulsos herdados do longínquo e vago transmundo fenício — aquele mundo de arroçadas concepções a influir na trajectória do povo murtoseiro. Palpando-o bem, sente-se nele, segundo venho informando, a vibração da pujante ética dos semitas: — aventura, ousadia, tráfico comercialista, ânsia de percorrer o ignoto mar. Não escapa, por isso, a um simples exame a ilacção de que há no fundo

dos naturais da sua terra como sopro de vegetação, um *tonus* especial de anelo aventureiro que muito se rege por leis interiores, pela presença de surdos poderes que os seguem em todo o trânsito da sua vida. Eles ressentem-se, assim, desse poderoso elemento que deu ser ao seu carácter, influenciando-o na sua própria formação e étnia.

Nas vezes que me debruço a observar a imagem desta tela na galeria dos nossos maiores, eu não sei se o faço por mera curiosidade amiga, se pelo interesse de um egotismo mórbido que traiçoeiramente me haja dominado o ânimo, se ao desenhar-lhe o traçado da sua arquitectura psíquica com os reflexos da minha admiração e do meu carinho, eu não estarei, por ventura, a querer nobilitar e prestigiar em tumefacções exarcebadas o plasma germinativo da clã donde também procedo — clã essa, embora, sem nome de linhagem ilustre e repousada na gleba, misteriosa e anónima. É que eu já li algures que o interesse em observar os outros, apreciando-lhes os méritos e os desméritos, é um disfarce tonso: provém do interesse por nós próprios e pela nossa própria exaltação.

Seja, porém, como for! Sei com certeza que a rasoira por mim aplicada nivela sempre a messe às limitações da medida: nem cereal a mais nem cereal a menos. É um justo e equilibrado assento diz-me que o cântico à beleza ornamental dessa tela não obedeceu a mero capricho individual, antes flui das estilizações que rebrilham no quadro que é o dum elegante, fidalgo e prestigioso vulto murtoseiro.

Tendo nascido em 2 de Julho de 1888, faleceu em Lisboa a 19 de Março de 1927 apenas com 37 anos de idade, mas não foi sepultada no olvido esta irradiante figura da nossa terra! Após a sua morte, três dos seus mais fervorosos amigos fizeram erguer, em homenagem à sua memória e para prestígio do seu nome, uma escola e uma cantina, na praia da Torreira, mesmo defronte do belo edifício, de grande majestade que ali construiu. Ali a fizeram erguer como um padrão e monumento imorredouro, duma vida célebre! Pois no terno carinho pelas fulvas areias dessa duna inundada de tão suave luz que vacila antes de poisar, e com tão ricos esplendores, ele quiz ilustrar por este modo no seu dom de bem-querer, a infância já lideira que por lá viveu e por onde a sua vibrante fantasia havia também erguido tantos castelos de sonhos com suas torres de menagem cravejadas de conchas, lapas e tridacnas, tendo as mais delas

nos topos cimeiros como coruchéus vigilantes quatro búzios que na lenda popular e sempre celebrada lhe traziam ecos das remotas águas do velho Oceano, então a ressoar albas de doces esperanças, baila que baila em torno do medão amontoado, enquanto o sol brincava com os oiros do poente faiscando lâminas incendidas, e as ondas estavam de mansôro a deixar folgar os meninos!

Não se esqueceu nem o esqueceram.

Ainda ultimamente, as empresas por ele fundadas ou em que cooperou, ao apelo daquele seu cunhado, contribuíram todas com avultados donativos para as obras da igreja da Torreira — homenagem que o reconhecimento pelo benefício recebido anotou, colocando o seu retrato na sacristia da linda matriz e uma placa de prata com seu registo alusivo ao consolador acontecimento. E todos os anos pelo aniversário da sua morte, a saudade da família e dos seus mais dedicados amigos e admiradores, evocando emotivamente a presença querida, vai acender depois de renovado, o lume da lâmpada votiva que arde e nunca se apagou, no altar do seu coração humedecido pelas lágrimas dos seus recordares e dos seus afectos.

Que assim seja sempre e que se não interrompa este sugestivo e merecido tributo de gratidão geral, não deixando obliterar o nome que tanto honrou a Murtosa e que personifica uma das maiores revelações surgidas na vida bancária portuguesa!

Alfredo Vieira Pinto — Nasceu a 28 de Maio de 1882 na Murtosa, no antigo lugar do Monte, donde cedo foi para Lisboa, abraçando as vicissitudes da vida dos jornais.

Por iniciativa do irmão, foi chamado a fazer parte do corpo directivo da Renascença Gráfica, editora e proprietária do «Diário de Lisboa», achando-se ligado à existência deste vespertino lisboeta desde as primeiras horas da sua fundação. O banqueiro seu irmão António Vieira Pinto havia proporcionado meios e condições materiais de viabilidade ao empreendimento da gazeta que é hoje, indiscutivelmente, um dos jornais mais bem feitos do país e um dos mais respeitados órgãos da imprensa portuguesa. Desde o seu início o Alfredo Vieira Pinto, ao lado do dr. Joaquim Manso e de Pedro Bordalo Pinheiro, com o seu espírito administrativo, dedicação inexcedível, energia e vincada

têmpera de trabalho, não regateou esforços e sacrifícios à construção de uma obra que representa entre nós um valor e uma posição na opinião pública. Conhecia como poucos, a emaranhada engrenagem da vida de um órgão da imprensa, desde a casa das máquinas aos complicados movimentos da sua administração, atendendo aos mínimos detalhes e nunca desviando para outras actividades, a sua prestimosa e eficaz cooperação ao «Diário de Lisboa» que para ele era tudo.

Depois da morte de Pedro Bordalo Pinheiro teve de assumir a direcção do «Sempre Fixe», edição semanal da Renascença Gráfica onde pôs também toda a acção do seu infatigável trabalho de todas as horas.

Desde há tempos que andava adoentado, sentindo a sua falta de saúde provocada por violentas crises bronquíticas a que a morte veio pôr termo, quase inesperadamente, a 5 de Setembro de 1952. E assim desapareceu outro murtoseiro que à sua terra ofereceu provada dedicação e amor, e aos pobres grande carinho e protecção.

Avelino Belo — Murtoseiro que nasceu para artista e que um acaso fez desviar da encetada vida de pescador.

Conta-se que estando com seu pai a pescar na lagoa de Óbidos, se abeirou de Rafael Bordalo Pinheiro que estava fazendo qualquer croquis para um seu trabalho e, com arrojo, afirmou-lhe que também era capaz de fazer idêntico desenho, ao que Rafael acedeu, verificando com certo espanto que o rapazinho mostrava grande habilidade. Interessando-se por ele, conseguiu que o pai consentisse na ida do filho para a fábrica de cerâmica artística das Caldas, já então de grande nomeada.

Embora o seu talento artístico, se fosse evidenciando dia a dia, não podia no entanto firmar o seu nome porque a isso obstava, de certo modo, a sombra do mestre de que chegou a ser um dos melhores colaboradores nas obras de escultura de maior responsabilidade.

Criador de novas modalidades de arte, quiz emancipar-se da categoria de mero auxiliar, montando oficina própria nas Caldas da Rainha, onde produziu trabalhos que lhe

deram nome, como foram a jarra Boer, o esplêndido busto de Rafael Bordalo e tantas outras peças de requintado gosto.

Alcançada assim a sua categoria de mestre, quiz concorrer à exposição de arte a realizar no Rio de Janeiro, não se sabendo se chegou a realizar tal intento, dada a sua falta de meios.

Nosso pelo sangue, bem digno é de figurar na galeria dos homens que enobreceram a nossa grei.

Cirurgião Dr. João Agostinho da Cunha e seus sobrinhos Drs. Alberto e Joaquim José, de Oliveira e Cunha — Ainda convivi com ele na antiga loja dos Vicentes. Era um homem mais baixo que alto, sempre vestido de preto e enfiado no seu casaco tridentino que lhe roçava quase nos joelhos, conversador e de índole prazenteira. Nas tardes pastosas e húmidas dos invernos enfiados e com morrinha de molha-parvos, quando eu vinha às férias do Natal, não deixava de assistir às tertúlias que o bom do médico diariamente animava com o brasileiro Nunes e o miguelista Joaquim Clemente. Aparecia sempre, menos quando o dilúvio das chuvas o não impedisse de fazer a viagem, embrulhado no chaile-manta do costume...

Encostado ao balcão das vezes que se não sentava, entretinha a conversa sobre certos episódios da sua vida. Quando eu estava, referia para eu aprender e saber, antiqualhas locais ignoradas, recortes da história da nossa região, ou então minúcias e novidades gerais dos acontecimentos no país. Eu tomava de tudo notas com grande aprazimento seu que depois vinha completar e esclarecer em casa. Foi assim que no ante-rosto de um dos meus livros escolares, lancei estes apontamentos por ele enunciados e que agora reproduzo:

A primeira ponte com carácter provisório lançada sobre o rio Douro, vem de 1369. O nosso rei D. Fernando estava em Coimbra quando teve conhecimento que D. Henrique II, de Castela, havia cercado Guimarães. Para acudir ao assédio, os habitantes da cidade-invicta montaram rapidamente uma ponte que desse passagem aos reforços militares defen-

sivos. Essa ponte, no entanto, não se conservou por muito tempo e foi levantada em breve por causa do tráfego fluvial, entre as duas margens.

A segunda ponte já com carácter permanente, mas ainda flutuante, foi a que se denominou ponte das barcas, aberta ao público no dia 15 de Agosto de 1806. Era desmontável. Sobre ela ocorreu aquela catástrofe de 29 de Março de 1809, quando as tropas francesas de Soult entraram no Porto — tragédia que um retábulo afixado nos muros do cais da Ribeira, ainda hoje memora com devoção.

A terceira foi a ponte pensil cujos pilares em que se apoiavam os cabos de suspensão ainda se podem ver do lado da cidade, aberta ao público em 1843 e por onde eu cheguei a transitar apenas uma vez. A ponte de D. Luís com dois tabuleiros e que se seguiu a esta, dando a actual passagem a tudo entre o norte e o sul do país foi inaugurada em 1888. A ponte ferroviária de um grande arco metálico cujo projecto se deve ao engenheiro T. Seyrig da Casa Eiffel, foi iniciada em 1876 e inaugurada a 4 de Novembro de 1877 com a passagem do comboio real em que viajavam o rei D. Luís e a rainha D. Maria Pia.

Da folha do mesmo livro mostra-se um apontamento, referenciado pela mesma origem, a indicar o caminho para o Porto que tomavam os viajantes saídos das nossas terras, antes do estabelecimento do caminho de ferro: Aveiro ou Murtosa pela ria até o Carregal. Daqui pela duna até a Barrinha que era atravessada, ou de barco ou a pé com passagem por uma ponte sobre o canal comunicante com o mar, Anta, Corvo, Chamorra, Porto.

Era este médico oriundo de uma das mais conhecidas famílias murtoseiras entre cujos membros avultavam figuras de grande relevo militar como seus dois tios-avós que seguiram, respectivamente, nos postos de capitão e alferes da Legião Portuguesa, incorporada nos exércitos franceses para a malograda invasão da Rússia em 1812. Este corpo de *élite* havia sido formado com cerca de seis mil homens de infantaria, caçadores e cavalaria, sob a direcção, entre outros, dos marqueses d'Alorna e de Loulé, generais franceses La Roche e Duverger. Os seus soldados que eram dos mais fortes e válidos, foram comandados pelos coronéis Francisco Pego, C. J. Xavier, M. de Castro Pereira. Nas

margens do Dnieper, cuja defesa foi entregue aos portugueses por ordem de Napoleão que os destacava por sua bravura, enquanto os pontoneiros estabeleciam as pontes de barcas para a sua travessia, o batalhão do chefe Moniz cobriu-se de glória. Os anais desta empresa militar registam que a nossa Legião teve um comportamento exemplaríssimo na batalha de Moskawa, mas perdeu quase metade dos seus homens. Todos sabem o trágico desta malograda aventura que o frio, a fome, as doenças e as agruras das estepes russas tornaram verdadeiramente catastrófica no regresso através da massa negra das suas florestas e da desolação das aldeias famintas, que os próprios campônios celebrizaram com massacres hediondos dos pobres soldados já quase a morrer. Em Grenoble juntou-se, apenas, uma centena de portugueses, escapos à desastrosa hecatombe da retirada. Alguns regressaram a Portugal; outros deixaram-se ficar pela França e Bélgica.

Os nossos dois conterrâneos não voltaram a deliciar-se com o activo perfume das laranjeiras do seu aido que uma sebe de loureiros e troncos carcomidos de buxos defendia dos nortes, junto da velhíssima casa de pequenas janelas sem vidros que eu ainda conheci, voltada ao sol acolhedor e bom. Quem sabe se não ficaram a dormir no anonimato da sua glória, tão distantes do berço carinhoso que os embalou?... Assim, contava este doloroso episódio com emoção comovente, o bondoso do sobrinho que pelas tardes molinhentas do inverno entretinha os ócios na loja dos Vicentes a ver cair a chuva nas «lamacheiras» da praça!

Quando em sua adolescência este futuro médico chegou à idade escolar, os pais fizeram-no cursar as aulas do padre-mestre Rodrigo, no Monte, com destino à vida eclesiástica. Depois de ter recebido os conhecimentos de preparação literária necessários, com muito proveito, leccionados na escola do exímio e culto professor, ingressou no mosteiro convento existente da Sub-Avo. Pouco depois foram decretadas as primeiras providências de ordem geral para a extinção dos Institutos conventuais, iniciando-se esta nos Açores pelo decreto da regência de 17 de Maio de 1832. Tais providências são as que constam dos diplomas de 5 e 9 de Agosto de 1833, completados pelas disposições do decreto de 30 de Maio de 1834, redigido e assinado pelo ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, o *matafrades*, como foi alcunhado. Assim, todas as casas de religiosos foram extintas e incor-

porados os seus bens na Fazenda Nacional, com excepção dos vasos sagrados e paramentos que seriam entregues aos Ordinários das dioceses.

Por virtude da execução do referido decreto desde os princípios do mês de Julho, este aspirante a freire teve de largar o hábito de noviço e voltar à Murtosa, donde foi chamado para o Porto pelo seu irmão padre Manuel Lourenço da Cunha, capelão do hospital da Misericórdia na mesma cidade, em cuja Escola Médico-Cirúrgica se matriculou. Concluída a formatura, veio exercer clínica para Pardelhas e daqui saíu para ser cirurgião do exército em Leiria, Viana do Castelo e no Porto, onde assumiu a direcção do hospital militar de D. Pedro V. Reformou-se nesta elevada posição, vindo para a sua terra natal passar uma velhice socegada e liberta de canseiras. Foi um murtoseiro muito ilustrado, deixando o vinco de uma grande afeição pela família, pois veio a bacharelar os seus dois sobrinhos — Alberto e Joaquim José — em direito e teologia, os quais foram dignos continuadores das suas brilhantes qualidades de inteligência e alta compreensão familiar.

Dr. Alberto de Oliveira e Cunha — Nasceu este bondoso sacerdote a 26 de Janeiro de 1858 na sua casa de Pardelhas, filho de Manuel José de Oliveira e de D. Maria José da Cunha e Silva. Sob a orientação de seu tio que se encontrava em Leiria, fez os seus estudos nesta cidade, indo ordenar-se de presbítero a Coimbra a 8 de Maio de 1883 e rezando a sua primeira missa na igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Leiria, em 23 do mesmo mês e ano. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1889 e em 1891 foi paroquiar a freguesia de Vila da Feira, donde veio em 1897 tomar posse da freguesia de Ovar, depois de haver sido nomeado em 1889 Vigário da Vara do 3.º Distrito Eclesiástico da Feira.

Era um padre sociável e muito amigo dos pobres — atributos morais que muito o exornavam a ponto de lhe ser concedida a faixa de capelão fidalgo da Casa Real. Muito liberal, de fino trato e de notada prudência afastou-se sempre das pugnas políticas e dos seus momentos de exaltação, de modo que todos, até os mais acalorados, o respeitavam na sua conduta de pároco que nunca deixou de cumprir o serviço de Deus e de manter a sua igreja à margem do fogo das lutas anti-religiosas que por vezes se acendiam no am-

biente local. É notória a diplomacia com que tratava todos os seus paroquianos sem qualquer excepção, — procedimento esse que lhe valeu nunca lhe ser retirada a posse do registo paroquial e de ser sempre prestigiada a sua personalidade, a sua fidalga figura de tão vincante fisionomia moral, de cidadão exemplar e digno. Faleceu em Ovar a 29 de Agosto de 1936.

Dr. Joaquim José de Oliveira e Cunha — Era seu irmão, mas de temperamento diferente.

Formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, tomou ordens sacras exercendo o seu múnus sacerdotal na Murtosa até à sua nomeação para pároco da freguesia de Veiros.

Por concurso foi nomeado abade da Sé do Porto, onde permaneceu até à sua aposentação, após a qual veio viver para Pardelhas na casa que foi de seus pais e que mandou reconstruir no propósito de ali passar os últimos anos da sua vida.

De invulgar inteligência e com grande cultura, não lhe permitiu o seu temperamento pouco domável adaptar-se ao meio, pelo que se deslocou mais tarde para Matozinhos, onde veio a falecer em casa de pessoa de sua família.

Interessado pela assistência, prestou durante a sua permanência na Murtosa, relevantes serviços à Santa Casa da Misericórdia.

Devotado à instrução, concorreu para a construção da Escola Pardelhas-Monte, com o valioso donativo de vinte e cinco mil escudos.

João José Conde — Filho de Custódio José Conde, do Ribeiro, foi muito novo para o Brasil. Aqui dedicou-se com notada perseverança à vida comercial — actividade que lhe grangeou nome e fartos meios de fortuna. Casou no Brasil com D. Rita Neto Conde, filha de um major do exército daquele país.

Logo que se sentiu com recursos bastantes, regressou ao seu torrão natal, impellido pela força oculta de uma ancestralidade comum a todos os murtoseiros. Construída uma ampla vivenda, quase desusada no local com largas eiras, pomares, abegoarias e terraços, abriu nela estabelecimento de fazendas que foi considerado o segundo em movi-

mento, junto da calçada de grandes seixos rolados, chamada *Calçada do Conde*, que com a sua influência política conseguira construir, desde o Rego da Pulga à casa do padre Domingos Luís, unindo-a à via similarmente empredada que seguia da Praça à Ribeira. Juiz de Paz, regedor e vereador da Câmara de Estarreja, foi uma grande figura da sua terra, de largo valor político e méritos pessoais, de sólida consideração e respeito. Conseguiu que a estrada de Estarreja lhe passasse à sua porta, num custoso desvio até entrar no largo de S. Lourenço, em Pardelhas. A sua solicitação foi criada a primeira escola pública local de ensino primário oficial, adaptando uma das suas casas para a sua instalação e funcionamento à volta do ano de 1881, nela provendo como professor, o seu conterrâneo e amigo *Francisco António Vieira*.

Quando a sua mulher veio para Portugal acompanhada por seu pai, fez-se o trajecto de Aveiro à Murtosa em barco embandeirado que outros barcos, também embandeirados, ladeavam com muita gente em descantes e festivas manifestações de alegria. Aguardava os viajantes o marido saudosos com música e foguetes no cais da Ribeira, donde todos seguiram num longo cortejo de carros de bois até às suas vivendas que a «brasileira» veio inaugurar. Foi um sucesso para o então acanhado meio, dir-se-ia uma homenagem prestada a uma rainha!

Correu entre os recordares saudosos da sua família uns zuns-zuns subtis da doce tradição, de que esta nobre dama, de muitas virtudes e fervor religioso, quando foi sepultada no cemitério de Aveiro junto de seu pai, obtivera de Deus o milagre de florirem fora do seu tempo uns pés de roseira que adornavam, por carícia filial, os rebordos do seu mausoléu — fenómeno que o povo levou à conta de ser concedido por um poder sobrenatural a perfumar com um halo de santidade o formoso espírito desta senhora! Na casa do meu avô materno, entre as folhas de um livro de orações, por muito tempo se mostraram ressequidas e mirradas, algumas pétalas de uma rosa dessas, colhida por unção familiar. E todos nós — disse bem me recordo! — enquanto o tempo as não consumiu de todo, venerávamo-las com grande devoção como se fossem amuletos votivos de arredar os maus olhados, ou como relíquias sagradas, ungidas com a virtude de quem lhes aspirasse o frouxo perfume, ascenderia um dia num perpassar brando de asas, à corte celestial dos anjos e dos arcanjos... A amorosa lenda ficou assim, pelo menos

entre os seus, a evolvar-se em espiral de fumos subtilmente fragrantos, presa à saudade e à evocação da memória querida de quem, no trânsito breve desta vida, só praticou o bem, acariciou tanta pobreza e espalhou amparos, indistintamente, a tanta desgraça e infortúnios!

Joaquim Manuel da Silva Gravato Júnior— Sobrinho do padre Gravato que vivia ao centro da praça de Pardelhas para onde abrem, ainda hoje, uma fieira de humildes arrecadações ou lojas, legadas àquele parente com as suas moradias, sôlheiras e tão recatadas, Joaquim Gravato foi um dos *omees-boos* da Murtosa, dos mais prestáveis, descobrindo nele toda a gente do seu tempo, desde o primeiro instante, a formação de uma privilegiada consciência de honra e humanidade. Casou já aberta a flor da vida com uma senhora bondosa como ele — a dona Antoninha Tavares de Sousa que, inteligente como era, muito lhe serviu de particular e apreciado auxílio em dificuldades emergentes. De sorte que é sabido os dois planeiarem sempre no emaranhado das dúvidas uma acção conjunta de esclarecimentos, auscultando e sopesando, as mais das vezes, os méritos e os atributos das personagens com quem ele se havia de enfrentar.

Exercendo um agrarismo polido, por assim dizer culto, vivia os seus ócios se os tinha, em contactos permanentes com as precisões da sua terra, a quem procurou servir com um labor de entusiasmos nunca cansados e com um severo e puro desinteresse pessoal nunca desmentido. Havia nele um perfil de acentuada tendência para o bem comum. Todas as iniciativas que trabalhassem aspirações e anseios de progresso, ele as comparticipava com decidida firmeza e amor, não se deixando dominar nem pelos grandes sacrifícios, nem pela corruptora dúvida nos ambientes perigosos da luta. Era de forte arcaboço moral este homem. No íntimo da sua alma estruturava-se o germen de todas as virtualidades futuras do seu berço natal que tanto acariciava, acendendo na grei murtoseira a chama alta da sua fé e da sua aspiração, tão nobres e vibrantes, para mais promissores destinos.

Vemo-lo, assim, nas primeiras filas dos batalhadores, nas mais perigosas e de aceso fogo, no parapeito do baluarte onde se decidem as incertezas da dura luta, fervoroso e contumaz, porfiado e sem desânimo, apagando-se sempre para

que os demais brilhassem, caloroso como nenhum outro para que o dever não esmorecesse e o desânimo não esfriasse o elan dos lutadores destemidos. Começou a evidenciar-se, tomando posições de combate amparado por seu tio, naquela esforçada ala de pioneiros *sans peur*, quando eclodiu a efervescência revolucionária de 1899 em que se não deram tréguas aos inimigos das aspirações murtoseiras, pela concessão e obtenção de um mínimo de liberdades autonómicas que a sua grei reclamava por merecidas e justas. À sorte não foi, então, favorável à Murtosa. Teve este povo de permanecer na condição de uma subalternidade bem humilhante, inferior a si mesmo, invertebrado, sem o fluir da estética e valor da sua raça. Foi vencido, mas nunca foi despersonalizado — como depois se viu. Não morreu, porque os estratos em que assentava aquela insofrida ânsia de emancipação, chegaram incólumes, vivos, cantantes e estremadamente fortes, gloriosos mesmo ao triunfo de 1926. Assim, esse declínio histórico anterior não corrompeu as virtudes da grei e durou pouco. Foi mais aparente que profundo. Não atacou a essência do espírito criador nem a trama do edifício. Nem a pureza da força vigilante e activa que a levou à vitória plena do seu frêmito emancipador.

Ao malogro de 1899 seguiram-se as eleições de 1900 e 1901, violentas e arruaceiras. Os despeitos acumulados tinham de explodir em cachão indómito, em turbilhão de perigos como uma enxurrada que tudo arraste no seu ímpeto. E ninguém quiz ver com desculpas, para só condenar, os fortes ventos que abalavam a Murtosa perturbadoramente, tão desiludida, amachucada e submedita. Perante a incontínência de tantos excessos, ressaca a transbordar de alguns ódios e vinganças, Joaquim Gravato nunca perdeu o equilíbrio da serenidade, da prudência. Fez o seu jogo político com lealdade, a sua propaganda eleicoeira com tenacidade, mas não se deixou dominar por quaisquer desmandos nem por incompreensões, embora sentisse em si o acicate doloroso da afronta e da humilhação, que tanto estavam a impor um desforço clamoroso no triste drama que ela viveu ao despontar do século XX.

Foi vereador algumas vezes, tanto no arcópagio de Estarreja, como no senado da sua terra. Serviu também a Junta da Paróquia quando ao fim e ao cabo de tantos desleixos, foi preciso beneficiá-la com uma jazida decente para os seus mortos. No exercício destas funções não esqueceu a

lavou onde contava muitos admiradores e fervorosos amigos, dotando sobretudo com acessos fáceis as ribeiras comunicantes, onde fez construir cais empedrados e outras obras de cómoda segurança que tanto as valorizaram. Dispunha de larga influência que sempre ofereceu, em muitas conjecturas, em prol do bem colectivo, com aquela acentuada dedicação que sempre tributou, amorosamente, ao seu torrão natal que almejava ver engrandecido, próspero e feliz. Em todo o trânsito da sua longa e meritória existência, não deixou que lhe ofuscassem a índole e o carácter, o delírio das grandezas e a labareda dos triunfos, pois viveu, embora com nome apreciado, muito oculto em simplicidade e modéstia, mas amparando sempre o povo anónimo, o povo lavrador atido ao consolo dos seus modestos lares e a trabalhar sempre de sol a sol, ao qual ofertava, sem qualquer interesse, toda a luminosidade da sua alma e os dotes do seu bem formado coração. É disto prova o grande legado que à sua morte, fez à Santa Casa da Misericórdia da Murtosa em bens rústicos e dinheiro, cuja dádiva ela reconheceu, ilustrando a sala nobre daquele estabelecimento hospitalar com o seu retrato a óleo e enaltecendo-lhe a memória com a edição especial de uma plaquete laudatória e comemorativa. Nela publicou a seu respeito e em saudosa homenagem, o excelso sábio doutor Egas Moniz, seu íntimo amigo, estas belas palavras que eu destaco como linhas rutilantes da palpitante amorosa dessa vida tão enobrecida: «... Joaquim Gravato nunca tergiversou, nunca desanimou. Tinha sempre a posição tomada. Firme no combate, claro e persuasivo na propaganda, sem sombra de desfalecimento até final. Apesar de todo este entusiasmo partidário, nunca o obsecou o ódio nem deixou de fazer justiça ao mérito alheio... A sua individualidade não tem de ser focada como político graduado da sua terra,... mas somente como benemérito que aos pobres e doentes da sua vila deu o melhor dos seus teres...».

Eis porque bem merece exaltar-se, em plenitude, esta aliciante figura murtoseira!

Joaquim Soares e seu irmão José Maria Soares

— O seu retrato a quem o saiba ver bem, não oculta o mérito de revelar em expressões de inteira nitidez, digamos, a catedral do seu peito. De tão harmoniosas linhas por toda a amplitude da abóbada, de tão pura estesia, que mais pa-

rece evolir-se das naves e do arroubo das nervuras, a música de um cântico primaveril penetrado de simbolismos, doces emoções e enleios. Examinando-o em íntima profundidade, a ninguém será lícito desfigurá-lo a esse painel de românticas auréolas e da mais fina matização psicológica de coloridos. Ele fica a assinalar na penumbra do seu recolhimento com um halo de subteis transparências, toda a beleza do friso das melhores telas murtoseiras que se alongam venerandas pelos muros, tocadas já do fluído das nossas saudades. Nessa galeria de valores da nossa terra, ele fica a ocupar lugar de primado, destacando-se numa moldura de tons fulgurantes. E a projecção do seu espírito, aliciante e modelado em finos traços, não se diluirá jamais na paisagem da ética murtoseira, individualizando a fórmula do seu relevo, a brilhar o seu nome resplandecente, como sucede às pepitas de oiro nos fundos das águas cristalinas de um rio.

Será debuxado, no entanto, a pinceladas leves, que outra não pode ser aqui a tentativa do seu esboço, tão grande se exalta e se acende em mim a chama da sua personalidade em espiral de oração votiva. É delicado o meu intento que precisa dominar a interpretação, subjugando e afastando o que possa parecer servido e adaptado a aparência de sentido decorativo. Fique certo: nunca sem o escrúpulo de bem servir a fidelidade do seu forte talhe e de mostrá-lo sempre isento de quaisquer coloridos de fantasia. Apenas na própria irradiação de presenças e perspectivas morais, tal como se nos denuncia na perene juventude da sua fisionomia interior.

Assim, terminados que foram com brilho, os estudos escolares no Instituto Comercial e Industrial, Lisboa, foi nomeado empregado nos escritórios da Companhia das Águas. Antes e quando ainda estudante, tomou parte muito activa como um dos seus mais apaixonados e fermentes obreiros na gesta política — verdadeira galopada épica para um mais amplo horizonte do nosso destino — da ansiada autonomia administrativa do seu berço natal. Esse evento de 1899 e as suas fatais consequências políticas ficaram a afirmar na história, sobretudo da região, o índice vital murtoseiro, o surto e o forte enlaçamento, bem vivos, da rebeldia e insubordinação da grei, desde o subjacente das profundas energias da raça, contra uma autocracia impante de exágeros autoritários, sem limitação de poderes.

À comissão central desse movimento de que era vogal, prestou assim relevantíssimos serviços pela causa, não tendo em conta o período incerto e eivado de possíveis represálias que semelhante tentativa emancipadora poderia construir e acarretar ao seu incipiente destino, bem promissor de folgadas esperanças. Cumpre recordar que ele foi um grande animador dos incitamentos bairristas, dando planos e fazendo útil propaganda com carinhosa devoção pela terra da sua naturalidade. E porque era um fervoroso lutador de dominadoras atitudes já nesse tempo, bem irradiantes, tinha largo prestígio e poder de palavra animosa entre os seus conterrâneos de Lisboa. Por isso as suas considerações de tão sugestiva compreensão sobre as vantagens da criação do concelho da Murtosa, plasmaram no subsolo murtoseiro de toda a colónia os mais vivos transportes de entusiasmo e adesão, vibrações calorosas vindas do fundo da sua alma, aquela labareda germinal de futuros triunfos de libertação.

A comprovar a simpatia que disfrutava, fica aos pósteros a lição da sua despedida na gare do Rossio, quando em Fevereiro de 1904 nela tomou o comboio para ir ocupar o lugar de escriptorário na agência do Banco de Portugal em Aveiro. Todos os conhecidos lá compareceram: os seus antigos condiscípulos, os colegas na Companhia das Águas, a colónia varina em peso, muitos alunos da Escola Médica, não faltando entre estes o Rodolfo Xavier da Silva, seu íntimo amigo e toda a família Soares. O *Jornal da Murtosa*, nos seus números 166 a 168 referiu-se ao acontecimento, publicando artigos apoloéticos com a inclusão da sua fotografia gravada. São dessa gazeta estas linhas, entre as demais de longos e merecidos elogios: «(...) não pretendemos fazer a biografia de Joaquim Soares, (...) e muito menos diremos que é tão acrisolado e puro, tão grande e intenso o culto que consagra ao seu berço natal que chora com a Murtosa as desventuras dela, e a todo o transe, com sacrifícios até, procura engrandecê-la e nobilitá-la, por todos os meios ao seu alcance...».

Instalado na rua da Sé, em Aveiro, por lá se conservou ao serviço do Banco de Portugal até que transitou para a gerência do Banco Pinto & Sotto Mayor, no Porto, levado pela mão amiga de um dos fundadores desta casa bancária, o conterrâneo António Vieira Pinto, depois de ter chegado a ser o director do «Teatro Aveirense», em cujas funções deu mostras de muita competência e onde tomou conheci-

mento com o mundo dos nossos artistas teatrais que desde então lhe começaram a expressar o testemunho dos seus melhores sentimentos de admiração e estima.

Aqui, na capital do norte, principalmente por que o meio-ambiente muito diferia, tornou-se mais complexa e importante a tarefa a cumprir. Mas a agudeza e o temperamento da sua sensibilidade servida pelas aptidões observadoras duma inteligência culta com fácil dom verbal, aplanaram-lhe os barrancos do caminho. Ajudaram-no a triunfar do intrincado emergente de novas compreensões. Foi aqui que com propriedade melhor se sentiu aflorar do adormecimento interior e do fundo dos seus estratos morais, o *tonus* da personalidade e a robustez do seu carácter, que tanto o impuzeram a uma destacada excelência de posições sociais, negadas a outros menos dotados. Vindo de outra estrutura moral em que, por via de regra, o homem melhor se abre na sua concha à pureza do ar e das edénicas frescuras, onde tudo nos fala no mesmo tom de voz sem contrastes irritantes, é de crer que lhe fossem custosas a sondagem e a adaptação à enigmática temperatura de sentimentos e de fenómenos em presença. Mas tinha de vencer e venceu...

Venceu pelos primores da inteligência, nobreza do seu carácter, encanto do seu convívio, riqueza de coração, que a todos se distribuía em bondade e dedicações infindas. Era um conversador fluente, anedótico e de um pitoresco delicioso, encantando todos os que com ele privassem e dele se acercassem. De feitio sem qualquer ostentação, era pessoa culta e as suas opiniões muito consideradas sobretudo no domínio das questões bancárias que conhecia por sua especialização bem profunda. Sabe-se ocorrido com ele este curioso episódio que simboliza a elevação da sua alma bem formada e toda uma fidalguia no culto à amizade:

A um amigo íntimo que o procurava para ele o orientar na compra de alguns milhões de marcos já quando se desenhava a queda ruidosa da moeda alemã e a quem entregara, a seu pedido, o numerário respeitante à cobertura da operação, ele não hesitou, um momento sequer, em lhe dar esta pronta resposta: — «espera-me logo pelas seis horas da tarde, na Brasileira, para receberes os respectivos títulos». Ao entrar à hora indicada no café, vi-o rodeado dos seus habituais companheiros de mesa, aos quais, certamente, havia informado já da *partidinha* e do logro a pregar à antiga ami-

zade do seu conterrâneo. Logo que este abancou, fez servir duas garrafas de champanhe e doces. Refrescaram-se todos com o improvisado aperitivo por entre chalaças e bons ditos de disfarçada alusão ao acontecimento, tão bem simulados que nenhuma suspeita levantou. No fim e ao cabo, pagou a conta. Voltando-se em seguida para o amigo, disse-lhe sem mais nem menos: — «pega lá o resto (e eram alguns contos de reis...) que foi quanto lucraste na operação, apesar de seres condenado nas custas do processo para não voltares a ser parvo e teres juízo».

Desta ténpera se construía, assim a excelsitude da sua ética, tão leal, devotada e nobre — plasma vital a fortalecer-lhe os traços do carácter e da personalidade,

Não sabia dizer que não a ninguém. As suas qualidades de atracção tinham-lhe criado inúmeros amigos e até sinceras devoções. Era um homem de posse de um dom de criar simpatias e amizades sinceras, pois um fundo de bondade condicionava todos os seus actos.

Depois de largos anos de um trabalho afanoso, abandonou a gerência do Banco para se dedicar melhor às outras actividades de que estava incumbido; entre as quais avultavam a direcção do Teatro de S. João, a função de vogal no conselho de administração da União Eléctrica Portuguesa, da Companhia Carris do Porto e na Empresa de Pesca de Viana do Castelo. Em todas estas modalidades de uma constante inferência e actividade, deixou bem impressas as linhas da sua competência e honestidade de processos.

Depois de haver ascendido «pela sua inteligência, ânsia de perfeição e aspiração de renome, a culminâncias sociais de que só os eleitos podem disfrutar», chega a doença e «vem a sombra, essa sombra projectada lá do alto dos mistérios da existência pela mão do Destino...». Surgiu a morte e apagou aquela luz de tamanho brilho, colhendo uma vida que merecia ainda viver muito mais. Antes, porém, de se despedir dela com vivos e trágicos recordares naquela esplendorosa manhã de Maio de 1937 em que a Natureza sempre dadivosa, vibrante de belas cadências, cantava as sinfonias e os cantares da amorosa paisagem e das flores, toda a epopeia dos perfumes e das fervências criadoras, o emotivo do seu coração pairou ofegante sobre o oprimido bosque da pobreza dos seus conterrâneos. Fez o seu testamento que é bem o espelho da sua alma e ficou a perdurar na história

da Murtosa muito para além da sua morte como um acto de peregrina beleza moral: a fundação da Biblioteca pública municipal e de um Dispensário anti-tuberculoso, e doação da maior parte dos seus haveres à Santa Casa da Misericórdia da sua terra.

A imprensa diária registou este desaparecimento em artigos compungidos de máguia, enaltecendo as linhas do seu retrato e a obra deste patricio que em toda a sua existência só praticou o bem, serviu a dignidade e cultivou os mais fortes anseios da alma murtoseira, tornando-se o símbolo mais representativo da temperatura moral que a envolvia.

O *Povo da Murtosa* que durante largos anos se publicou na antiga freguesia sob a direcção do dr. Carlos Barbosa e ao qual o finado dera o seu constante e desinteressado concurso, fez a sua reconstituição em um número único especial como homenagem a Joaquim Soares. Inseriu a gravura do seu retrato, com a colaboração dos seus amigos mais devotados. Depois de render um título de merecido preito à sua memória e ao rasto luminoso da sua elevada bondade, penetrante espírito e transcendente consciência de justiça, a pena deste seu amigo mais achegado chorou estas emotivas palavras de saudade:

«Que este tributo de ternura, recordando o sorriso aberto de Joaquim Soares, a sua clara afectividade, a sua sincera dedicação, seja ensinamento, revoadado de luz a avigorar sensibilidades, — e bendiremos a hora em que ele aparece. Seja esta romagem, evocativa de toda uma vida de bem-fazer, de vontade consciente, de afirmações constantes, dum grande amor pela Murtosa, incentivo a agitar devoções adormecidas, exemplo a estimular energias quebrantadas, rumor alado a acordar gerações que chegam, — e Joaquim Soares, da outra vida, sorrirá agradecido...».

A Santa Casa da Misericórdia, no relatório da gerência respeitante a 1935-1937 tributa igualmente homenagens ao seu bemfeitor Joaquim António Soares cuja fotogravura insere, muldurando-a em larga apreciação dos seus valores e do seu bairrismo sempre afervorado e profundo, ainda mesmo na morte a ver desenhada nas suas pupilas «a campina verde da sua terra que se esfumava por detrás daquela

montanha do seu calvário de agonias, tenra, aveludada sempre humedecida de orvalhos a cintilarem como luz de pérolas...».

O *Progresso da Murtosa*, por sua vez, também se referiu à morte no Caramulo deste «seu amigo muito querido, murtoseiro duma dedicação ilimitada à nossa terra, dotado de carácter primoroso e de maneiras tão finas que a sua convivência era a dum *gentleman*».

Foi assim, sendo o corte desta vida prestigiosa que tamanha dor causou à sensibilidade e devoção murtoseiros, atingindo o movimento de pezar proporções esmagadoras e sem exemplo — e, ainda bem! — como sintoma de sincero e colectivo agradecimento a que a sua terra não foi estranha.

José Maria Soares — A exiguidade das minhas informações não permite valorizar em todo o seu relevo a figura moral de José Maria Soares que deve, por sua vez, ser aqui anotada com o carinho que merecem todos os *omees-boos* da Murtosa. Ardente patriota, devotado sempre ao engrandecimento e bem-estar do seu torrão natal, nunca através da sua vida se recusou, antes se ofereceu, a auxiliar todas as iniciativas que concorressem para seu benefício e progresso.

Filho do homem de bem Francisco Soares, muito novo retirou para Lisboa a dedicar-se à vida comercial onde luziu e prosperou. O seu estabelecimento na rua da Esperança era um verdadeiro e autêntico consulado da colónia varina na capital.

Elevando-se pela sua vigorosa e inteligente actividade, conseguiu afirmar o seu bom nome de comerciante, legar a seus filhos valioso património e dar-lhes aprimorada educação.

Na manifestação do seu bairrismo, do seu culto pela terra em que nasceu, José Maria Soares tomou lugar na primeira fila dos murtoseiros de boa-vontade.

Joaquim Valente de Almeida — Diz-se e o facto obteve confirmação na inclusão do seu nome no tombo dos foros, devidos ao mosteiro da Avé-Maria, do Porto, e na

acta da eleição em 1839 do Juiz de Paz na Murtosa, que este comerciante, oriundo de Pardilhó, fora o primeiro a estabelecer-se com loja permanente na praça de Pardelhas. Construíra a sua casa de rez-do-chão e primeiro andar na face poente da chamada praça-velha onde grangeou recursos de mediania decente que depois legou com os seus restantes bens a herdeiros reconhecidos, por não ter descendentes legítimos.

São desse tempo os Freitas Guimarães — pai e filho.

José Maria Barbosa — Era filho primogénito de Manuel Maria Barbosa, honrado comerciante com estabelecimento de panos no vértice sul da praça de Pardelhas. Nasceu na casa paterna a 5 de Março de 1865 no conglomerado labiríntico de apertadas construções urbanas, que se estendiam como uma pinha, lá para as bandas da Rigueirinha, quase a tocar nos agros e margidos do Pereiro. Por aqui se perdera quando a tarde ia a morrer ou as ante-manhãs dealbavam, aos ninhos baixos dos marantéus e dos piscos, solistas com os melros na fanfarra estrídula da música dos cômoros e silvaredos, das frondes mais altas e das ramagens tenras e rasteiras dos caminhos. Ao fazer em Aveiro o exame de admissão aos liceus em que o professor Elias, o terror dos candidatos por sua crua inflexibilidade e austera exigência de boas provas durante muitas gerações de estudantes, se apetecera brincar de satisfeito: — *«olha cá, rapaz, onde fica aí no mapa a lagoa da Saldida?...»*, saíu-se da pergunta obnóxica com viva resposta de espertalhão, obtendo plena aprovação no inquérito escolar sujeito.

Não tendo manifestado quaisquer tendências para o comércio e lutar com o pai no seu estabelecimento, fez-se nomear escrivão do Juízo de Paz, na Murtosa, a cuja circunscrição judicial andava anexa a freguesia do Bunheiro. Até que em Outubro de 1890, foi admitido, por concurso documental, como funcionário do Banco de Portugal, em Aveiro, lugar que exerceu durante toda a sua vida. Instalado aqui e com os seus interesses presos a esta cidade, nunca perdeu o amor e devoções ao seu berço natal, onde vinha todos os domingos numa romagem de recordações e saudades, a avigorar e robustecer toda a sua lealdade pelo terrunho que sempre o considerou um dos melhores murtoseiros de todos os tempos. Figura máxima e estruturalmente

representativa do murtoseirismo fecundo e de clara índole, o seu exemplo não encontrou similares na genuína essência dum bairrismo verdadeiro e completo em suas vertebralções irreprimíveis, fluir duma estética racial da grei, sentido de um futuro melhor ligado sempre ao renascer da terra-mãe, como o despontar perene da vegetação, como a luta eterna que cria a onda e depois a núbem em chuva beneficiante e promissora.

Todos os seus conterrâneos sabiam que na capital do distrito tinham nele um auxiliar às suas pretensões, valioso instrumento a derimir pleitos e a solver multas. Nunca um murtoseiro lhe bateu à porta, que ele lha fechasse ou se recusasse a abri-la de par em par. Até se agastava quando sabia que o não procuravam nas dificuldades a resolver: uma multa na capitania ou na polícia, uma divergência nos tribunais, um deferimento no Governo Civil. A sua casa era bem a do consulado da Murtosa em Aveiro. As suas férias anuais passava-as na Torreira. E era sabido: mal ele apontava o seu corpo esguio e desarticulado no fato do Carneira, logo os bailes das tricanas tinham fulgor e as salas dos palheiros, tristes e sem voz, se animavam e rubesciam em quentura e vida. Era, na verdade, o grande vibrador dos entusiasmos na praia com a sua guitarra que nunca se cansava em servir a mocidade foliã e que ajudava a dar harmonia aos seus corais polifónicos...

Em 1901 foi um dos fundadores do semanário *A Murtosa* que sob a direcção de Humberto Beça, se publicou em Pardelhas. Hebdomadário regionalista e defensor dos interesses locais, cedo desapareceu do tablado das lutas que então se desenvolviam entre o povo murtoseiro, enfeudado a uma política vesga de corrilho e de apoucadas vistas.

Em 1909 tomou a direcção do jornal independente *Correio de Aveiro*, fundado em 1 de Novembro de 1886 ou em 1906, segundo a informação duvidosamente cronológica, do Arquivo do Distrito de Aveiro, pois em seu número de 7 de Maio de 1931 o seu director festejou o 25º, aniversário do referido semanário. Nesta gazeta, o bairrismo deste murtoseiro era bem manifesto e influenciador mantendo ao serviço da sua terra uma secção nas suas colunas subordinada ao título de «Jornal da Murtosa», onde eram desenvolvidas as notícias locais e advogados os seus interesses e as suas

pretensões. Em 1899 publicou a plaqueta *A Murtosa*, repositório de todo o movimento autonómico que eclodiu neste ano sobre a separação da Murtosa do jugo administrativo de Estarreja e compilação dos artigos jornalísticos publicados então em vários jornais a propósito desta reacção libertadora e emancipalista da grande freguesia, fulcro da intensidade de toda a vida e pujança, colectivas, do concelho.

Sempre atento às deficiências de uma rudimentar assistência e beneficência concelhias, fundou e dotou a *Creche da Murtosa*, destinada a receber e sustentar, durante o dia, crianças até os 7 anos cujas mães precisassem de angariar a vida. Falecido em 19 de Novembro de 1931, esta instituição teve de fechar as suas portas por falta de recursos. Em 1940 um grupo de senhoras murtoseiras deram alentos à casa de caridade e foram, de novo, admitidas crianças a receberem os seus benefícios, que os filhos do malogrado *omee-booo* da Murtosa com florescente casa em Bissau amparavam e acarinhavam desveladamente, bem como alguns outros dos seus familiares. E assim se continua a obra encetada por este baírrista de tão provado relevo moral...

Dentre o núcleo de contumazes batalhadores pela causa da nossa emancipação administrativa, todos eles trabalhadores pela própria beleza do trabalho, avultou e agigantou-se com relevo de apolínea feição, índole acabada de um guerreiro *sans peur*, a figura maior de José Maria Barbosa. Desde logo foi o guia, o lídimo clã dos precursores que com ele alinharam na investida, audazes pioneiros das mais culminantes realidades progressivas da Murtosa.

Quase todos eles tombaram já a dormir o sono eterno na leira de terra voltada às carícias do sol a amorná-la pelas tardes morrentes de saudades e do silêncio das penumbras ou subtilmente espelhada pela suave luz do luar natal — essa leira que ajudaram eles, também a defendê-la das insânias irreverentes da bastardia indígena ou estranha. Esses iluminados deixaram aos seus pósteros uma altíssima lição de baírrismo cívico. Restam, apenas, dois dessa falange de exaltados obreiros do grandioso edifício murtoseiro, trama soberba das nossas possibilidades de criação e construção, dignidade pelo nosso imortal direito de viver. Um deles é o António Augusto Valente d'Almeida!

E eu quero aqui lembrá-lo, por excepção, neste momento de justiça, a esse esforçado cabouqueiro e idealista, amoroso soldado da nossa libertação, digno criador de iniciativas em prol da aproveitância da sua terra, políticas, sociais e económicas, e até artísticas, em que nunca deixou de tomar parte como elemento imprescindível que sempre foi. Não vá o logro histórico dos futuros literas, adulterar e corromper, ou mesmo ocultar o seu nome, criminosamente, ao merecido reconhecimento das gerações que nos seguirem no rodar dos tempos. Não vá... em má hora, proclamar-se como acto nobilitante, todo o maquiavelismo infernal da profanação das memórias desse ou doutros *condottieri*, guerrilheiros de gloriosas galopadas, expressões de maravilhosas aventuras. Não nos mergulhemos, assim, no lodo de curtezas morais! Elevemo-nos...

É belo, por ser justo, proclamar-se este esquema da verdade: aquele José Maria Barbosa foi a alma da reacção emancipadora de 1899. Foi o cavaleiro andante, o flamígero arauto audaz o intemerato, a incendiar os ânimos para a luta sem tréguas a travar com os adversários ou inimigos do nosso direito à vida e à liberdade. A todos os seus pares excedeu em méritos, trabalhos, suores e sacrifícios, orientando sem pausas todo aquele movimento de insubordinação popular. Excedeu-se a si próprio!

Com denodo e porfia de brios, ele que era o soldado mais avançado na trincheira de ataque, levantou e sustentou na imprensa, nomeadamente nos *Successos* de que era director Marques Vilar a esgrimir também na ala dos avançados, uma campanha violenta e demolidora, alicerçada em elementos convincentes e outras vezes erigida de expressões malsins que feriam como puas:

«... a nós assiste-nos o direito, a razão e a justiça. A luta é própria dos que têm vida e conhecem o cumprimento dos seus deveres. Quando nos é vedado o caminho que todos os cidadãos devem trilhar, empregam-se meios de destruição. As algemas que até agora nos têm presos, devem-se partir; e a palavra autonomia que corresponde à liberdade, deve ecoar em todas as casas, desde o humilde até o opulento...! Meus companheiros de luta: o futuro pertence aos nossos

filhos; o presente, a nós. Deixai os judas e os infames que se vendem com a mesma facilidade com que os traidores se passam quando lhes apontam com a recompensa da sua traição. Para existir a virtude, é indispensável o crime. Para esses desprestáveis, é suficiente por enquanto o desprezo. Apontai-os à vossa prole; mostrai-lhes esses falsos filhos da terra, e vereis que o seu contacto com esses miseráveis lhes há-de causar horror. Os Judas da Murtosa não têm coragem de se enforcar, mas serão corridos...».

Era este o matiz do verbo inflamado deste construtor das aspirações e anhelos da sua terra, que chegou a revolucionar o *burgo padre* da Murtosa, *capacho onde os estranhos limpam as botas*, no seu dizer especioso.

Efectivamente, o acto de maior transcendência política e social por ele realizado ao longo da curva de toda a sua vida, foi o de influir e impulsionar tão poderosamente a eclosão chamejante do dissídio ancestral contra a hegemonia autuana. Graças a este *omee-boo* e à geração da sua estirpe e do seu tempo, sem interesses, apenas pelo amor devotado ao desenvolvimento do seu berço, pôde o veemente anseio libertador encetado em 1899 chegar a 1926 ainda vivo, senhor de fortes energias e de reservas morais tão seguras e expressivas que, tais as raízes a abeberarem-se em fundos succulentos e humíferos, vieram depois, a florir e a frutificar, alimentadas, nos subjacentes estratos da grei. E essa estirpe e *elite* murtoseiras de 1899 é preciso, para honra de todos, não esquecer nem maltratar com silêncios de perversidade, já que exaltando-as, não se procura diminuir o prestígio nem os méritos da de 1926. Sendo como é, o conceito da geração no juízo de Alfredo Pimenta, histórica e socialmente considerado, «o conjunto de pessoas cuja actividade pública se liga, de qualquer forma, a um acontecimento histórico provocando-o, sofrendo-o, influenciando-o, acompanhando-o ou reagindo contra ele», há que prendê-la, por isso, e fazê-la compartilhar no evento que tanto a dominou e pelo qual tanto se sacrificou, seguindo bem de perto as suas vicissitudes. Dela evoluam-se lições para um dever auspicioso de realidades gloriosas — unção recebida de vicejantes matizações de independência individualista, sempre impe-

lida pelos imperativos subjacentes da história, inquietação das almas a sonhar sonhos de possibilidades criadoras... para melhor, sempre para melhor!

É a esta geração e àquele seu mentor que soube desfraldar, sem medos, como se fosse uma divisa miliária ao longo de veredas tortuosas, o balsão da sua rebeldia contra as injustiças dos senhores, que nós ficamos a dever o emergimento psicológico da nossa autonomia a aflorar dos sedimentos e resíduos com que os nossos avós do século XIII construíram os estratos libertadores da história de Parde-lhas, que é a história da Murtosa. Com a sua gesta a nossa terra voltou a sentir a palpitação dos germenés da sua liberdade fugazmente municipalista, iniciada por eles nos primórdios do seu coletivismo, talvez comunal, e nós ficamos, assim, com uma consciência histórica, a consciência da nossa insubordinação a mandos e a prepotências.

Mas uma política de corrilho com o emaranhado da sua teia de intrigas, traições, deslealdades ou hesitações, veio a imperar e sobrepoz-se violentamente; os frêmitos da nossa emancipação tiveram que ceder. Desfizeram-se e perderam-se, assim, as possibilidades da criação de um concelho murtoseiro que, logo desde então, teriam modificado o curso da nossa história, que não pode ser corrompida, nem por um sentimento de apreciação doentia de medíocres vaidosos, nem pela insensatez de alçamentos vangloriosos de vozes sem mérito e sem lustre. O seu vértice espiritual da verdade ficará, por isso, intangível. Ele assenta nesta tese, insofismável e transparente como água da rocha, que não deixará reacenderem-se quaisquer erros da sua perspectiva histórica: os homens fornecedores da liberdade murtoseira em 1926 não foram nunca os criadores dessa mesma liberdade. Ela veio desse afastado e nebuloso plasma psicológico do século XIII que modelou a alma da grei, dessas profundezas morais em que assenta a sua estrutura. Nesses remotos tempos, ela lá floriu com frutos. Em 1899 revivesceu em assomos fortes, tentativas promissoras, esperanças e ansiedades chamejantes, de transparente diafaneidade como um espelho de laminada pureza. E completou-se em sua dádiva obsequiosa em 1926 com recortes vigorosos e ardentes, dando-nos a posse e domínio dos nossos destinos. Fez-nos despertar da angústia de tantos séculos, almas doloridas na desgraça, redimiui a grandeza da nossa sujeição. Esses três ciclos épicos ligam-se entre si. São convergentes. E a sua

personalidade histórica é a mesma, tomando todos um paralelismo de idênticas linhas da mesmíssima linguagem originária. Esta é que é a verdade, nua e crua..., se quisermos regressar em íntimo recolhimento de consciência às suas primeiras e legítimas origens, hoje tão esquecidas numa bastardia bem criminosa.

José Maria da Fonseca — Marcou o seu seu lugar com afincada energia de lutador, tanto no comércio como na indústria, este que foi no seu tempo, murtoseiro bem conhecido.

De grande popularidade e acentuada influência, montou a primeira instalação de moagem que houve na Murtosa sendo então por todos admirada a sua arrojada iniciativa.

De presença agradável chegou a ser um dos maiores influentes políticos da terra, sempre disposto a acompanhar todas as iniciativas do seu progresso.

Padre Manuel Caetano Tavares de Sousa — De uma honrada família que deu ao clero elementos prestigiantes, foi bem conhecido na época em que viveu, este sacerdote de altas virtudes, exemplar no desempenho da sua missão que exerceu com a maior dignidade. Largos anos coadjutor na igreja matriz, esteve à frente desta durante a vacatura de alguns anos, que se deu por falecimento do seu antigo reitor, Padre Monteiro de Carvalho, cargo que foi suprido com a nomeação em 1905, do Dr. Joaquim Tavares de Araújo e Castro, a quem a Murtosa deve, entre outros serviços, a construção do magestoso edifício onde hoje está instalado o externato de S. João de Brito, e que, pela dedicação que lhe votou, quis ser sepultado no nosso cemitério municipal, onde jaz ao lado do seu cunhado Dr. Ernesto Marques Cerrão, médico de grande actividade profissional, incansável defensor dos interesses da Murtosa, sua terra adoptiva, e grande entusiasta que foi da causa da nossa autonomia.

O velho Padre Manuel Caetano, manteve até à sua morte uma invulgar energia, que pôs ao serviço da Igreja e da sua terra.

Não deixará de causar certo interesse a referência à faceta caracterológica da personalidade política deste padre, popular e seguro em seu intellectoteológico, a-quando se

feriam as lutas eleitorais entre progressistas e regeneradores na sua assembleia. Caetano Ferreira que dirigia ao tempo um semanário em Estarreja em pugna aberta contra a gazeta regeneradora local, dirigida por Manuel Valente de Almeida e Silva, modela-a no seu livro impresso em Lausanne em 1910 *Scenas da Política na Aldeia*, deste jeito espiritualmente elegante mas real, de finas intuições críticas e sem matizes de duvidosa tinta, assim:

«... tinham lá os progressistas para contrapor ao dr. Joaquim, o padre Manuel Caetano. Este era um original de primeira ordem. Sympathico, alegre, nervoso, disfrutando vastos meios era, fora das eleições, duma bondade summa. Tinha grande influência na freguesia e, em se tratando de política, já para ele não havia amigos senão os s-us. Dava sota e az aos mais rábulas e não havia quem com mais limpeza fizesse umas eleições. Não lhe escapava uma minudência nas actas, uma nódoa nas listas, um apse nas formalidades e era llo e sabido em quantas tricas se podiam por em prática. Um typo completo na hypothese. Dos políticos da aldeia era, sem dúvida alguma, um dos mais notáveis e por amor da arte, apenas, pois não se lhe conheciam ambições ou interesses. Mordido em cheio pela tarantula — e nada mais. Estava bem entregue esta assembleia, desde que o padre Manuel Caetano tinha lá os Sebolões e os Patuscos, para oppor aos cacetes adversos, e os Barbosas e os Rebimbas para metter nas mesas. O padre subia para um banco e dali dirigia tudo, comandando a batalha brilhantemente, questionando com todos os adversários, animando os seus, discutindo todos os reconhecimentos, protestando todas as identidades, chalaça para um lado, descompostura veemente para outro, a sua risada desafogada quando entalava um doutor, piscadela de olho para a direita e acceno de cabeça para a esquerda, o que se pudesse fazer, o que fosse humanamente possível fazer, fazia-o ele».

Dr. Manuel José da Cunha e Cirne — Sabe-se, além do seu registo de nascimento, que era da família dos Casalinhos, do melhor cerne murtoseiro. Situava-se a habitação do confortável lar paterno numa maneirinha elevação de areias, quase no topo norte, fronteiro aos Sedouros do Bunheiro, de um antigo e talvez pré-histórico emergimento insular que a um atento geólogo não pode esconder, ainda hoje, os vincos do prestino traçado desse contorno geográfico a demarcar-lhe as linhas quase paralelas à antiga ilha conhecida hoje por Terras da Insua. De tal vivenda cimeira a vista desdobra-se por um amplo horizonte que mergulha a fimbria colorida tantas vezes de tons veludínios de oiro vivo nas águas do mar, abarca o espelho facetado da Ria, toda a planície humífera das arrotas e das cavadas a topar, pelo poente, com aquelas abençoadas leiras da fecundante *Terra da Promissão* e pelo nascente, com os medões ainda vigorantes do Monte e mais além, com a orla, verde glauco, dos pinhais rumorosos da Arribação que denota pelo étimo as *ribas* e margens de uma antiga cale marítima.

Servia-a de pé e carro um caminho vicinal areento e comunicante com o da Bastida, hoje estrada, torcicolado e que seguia mesmo rente à sebe de hieráticos loureiros abraçados por silvaredos e outras espécies rústicas, a defender os laranjais do Clemente, das vergastadas hostis e dos frios picantes do vento norte, tão assíduo em fustigá-las desabridamente, sem peias nem medida. Era, na verdade, uma casa de lavoura rica e privilegiada, com instalações amplas e de largas vistas a todo o lés. Os seus donos, pessoas de valimento, muito considerados e de grande prestígio e influência no meio local.

Depois de haver concluído os seus estudos preparatórios em parte leccionados pelo padre-mestre Rodrigo, foi bacharelar-se a Coimbra em leis. Tendo obtido na Universidade o respectivo título, foi chamado por seu tio o abade de Gavião padre João José da Cunha Cirne a abrir banca de advogado na vila de Famalicão em cujo termo concelhio ficava aquela sua paróquia. Na sede desta comarca que é hoje, talvez, a maior, mais populosa e industrial vila do Minho, ocupou cargos do mais elevado destaque e posição, tais como presidente da sua Câmara Municipal, provedor e tesoureiro da Misericórdia, administrador do concelho e outras funções de relevo — adquirindo bens e deixando fortuna aos seus herdeiros legitimados, alguns dos quais ainda cheguei a conhecer.

Era de feitio muito alegre e de índole bonacheirona e aberta, atraente cavaqueador, insinuante de porte e de maneiras. Vinha todos os anos dar consolos familiares aos seus parentes e matar saudades. Era de grande interesse e regalo assistir-se na sacristia da capela de Pardelhas à disputa risoteira e anedótica com o padre Francisco Bunheirão — assomadiço e truculento de génio como era — enquanto se paramentava para dizer a missa domingueira a cargo da sua capelania. Não havia maneira de este deixar de ripostar, omitindo as rezas do ritual...

Dr. Manuel José Lopes da Cunha — Este murtoseiro bem simples — e a sua memória eu não a ofusco com dar-lhe a responsabilidade deste etnónimo já de si característico, mas para alguns pouco acomodado ao belofismo de ingénitas vaidades — começou cedo quando estudante nas lições do padre-mestre Rodrigo Luís Marrinhas, a ser muito notado pelo brilho do seu talento a desabrochar. Revelou desde logo uma certa intuição destacante, poderosa como um clamor de consciência. Oriundo de lavradores, suados cabouqueiros da gleba árida e dura, seus pais — João Pedro Lopes da Cunha e Maria Luíza Tavares de Sousa — eram dotados, profundamente, com a plenitude do carácter antigo que mal suporta desvios na linha tradicional duma exacerbada mística religiosa, tão consubstanciada com a alma da nossa terra. De rapazinho destinavam-no a seguir a vida eclesiástica e todos os cuidados paternos o encaminhavam a esse fim, não lhe observando as suas inclinações, nem tendo em conta porventura a predilecção do seu espírito ainda a formar-se, mas já com tendências seguras de determinação. Vivía, então no Porto o seu tio João Pedro Tavares de Sousa, exercendo por volta de 1840-1844, o cargo de vice-reitor do Colégio dos Orfãos depois de ter abandonado o munus sacerdotal da paroquialidade de Beduido, onde muito se evidenciou por seus méritos e qualidades de bom pastor de almas. Chamou-o a si e mandou-o prosseguir nos estudos com aquele destino, continuando a honrar as tradições da família. No entanto, ele obstinou-se a não seguir o caminho que lhe traçavam, mas sim as influências do seu espírito, os ditames da consciência e da vontade. Foi para Coimbra e formou-se em Direito...

Na cidade universitária o fulgor dos seus atributos intelectuais foram notados e alcunharam-no de *urso branco*

— epíteto de grande glorificação dado aos méritos de vasta cultura e robusta inteligência. Fez um curso brilhantíssimo, obtendo as mais altas classificações nos seus estudos. O rigor dos estudos não o impedia de dedicar-se a outras manifestações literárias da lírica portuguesa, cuja colectânea das suas produções poéticas incluídas no volume *Harpa do Mondego*, sem os menores artifícios arcadianos, constitui um vasto trabalho de inspiração inovadora dentro da escola romântica em voga. Teve por companheiros nessa pléiade de poetas, alguns com obras de muita beleza, João de Lemos que capitaniava o grupo, Tomás Ribeiro, Vitorino da Mota, Ernesto Marecos e muitos outros, a formar um escol de moços estudantes de Coimbra que todos eles, por um fundo sentimento de admiração, escolhiam para seu mestre e guia o imortal António Feliciano de Castilho de quem foi secretário. Condiscípulo de João de Deus, o excelso burilador do lirismo nacional que no *Campo de Flores* tão bem canta a simplicidade e a beleza na sua arte consumada de dizer, colaborou com eles nas melhores revistas literárias do seu tempo. Deixou, na verdade, um grande nome na Academia Coimbrã e nas letras. Pena é que se hajam perdido tantas obras-primas e o recheio de muitos bons livros que vi dispersos, entregues à corrosão do tempo e dos vermes pelos sotãos da sua casa, quando menino e moço brincava com seus filhos pelo quintal bem rico de espécies frutíferas.

Foi muito versado em conhecimentos linguísticos. Escrevia com muita elegância e eram-lhe familiares as línguas grega, hebraica e sobretudo a latina, tendo deixado no seu espólio, talvez desaparecido, um célebre manuscrito contendo traduções suas de todas as odes de Anacreonte. Com Castilho propôs-se simplificar a escrita, tornando-a mais racional com o desaparecimento das consoantes dobradas e daquelas que na expressão não gozam da menor função fonética. Deixou impresso para este uso um livro chamado *Arte de Tachigrafia* — método usado já por Castilho em seus processos ortográficos — devendo nós considerá-los a ambos, como os precursores da moderna forma de escrever.

Depois de terminada a sua formatura, veio instalar-se na Agra, abrindo banca de advogado. O meio era então, por demais, atrasado e obscuro, não lhe dando lugar a obter com a sua profissão, aliás exercida com muita competência e saber, lãrgos proventos que garantissem a educação dos filhos, dados por isso à vida apagada da lavoura. Morreu

pobre a 3 de Julho de 1883, depois de ter sido durante muito tempo vogal da Junta de Paróquia e Juiz de Paz.

Foi seu irmão *José Bernardo Lopes da Cunha*, guarda-fiscal aposentado que faleceu em 1901. Era um homem alto, espadaúdo e cheio de alegria nas suas contínuas andanças diárias, deambulando sempre por caminhos e carreiros contente consigo mesmo e sempre disposto a servir-se do seu velho hábito de beliscar com dor o garoto que se cruzasse com ele... Vivia a vida com a mais remota das satisfações e desafoço, não se deixando vencer pelos obstáculos que ela consegue levantar à trajectória do nosso destino, por vezes bem desapiedadamente. Seu filho *José Maria Lopes da Cunha* foi uma figura de relevo. Mandado fazer os seus estudos em Aveiro, certamente para seguir a advocacia como seu tio, não os completou, preferindo seguir a burocracia, pelo que conseguiu a nomeação de escrivão de direito e notário em Estarreja, em cujas funções permaneceu sempre até falecer em 2-10-1928 com 61 anos de idade. Era de uma grande simplicidade, poderosamente humano e com vincada pertinácia de forte lutador. Não se imiscuiu nas contendas autonómicas de 1899 na sua terra que reagia tão alterosamente contra os desmandos da política seguida, por ventura por melindres da sua posição, mas já nas eleições tão vivas de 1900, tomou parte muito activa, dispensando-lhes um valioso auxílio e sendo um dos mais estremados elementos para a sua vitória, que traduzia o desforço colectivo murtoseiro contra a injúria das promessas feitas aliciatórias, mentirosas mesmo, mas nunca realizadas portanto. Sereno, imperturbável diante do perigo, este murtoseiro de boa cepa soube sempre cumprir o seu dever de bom filho da nossa terra!

Dr. Manuel José Marques da Silva Tavares — Morreu em 1903, com 90 anos, este honrado velhinho de tão bom cerne murtoseiro! Nascera no Monte, lugar ou bairro da antiga freguesia da Murtosa, hoje integrado autonómicamente na vila e concelho deste nome, como fazendo parte da mesma unidade administrativa natural, que dominava desde escuros tempos sob a égide da mesma padroeira todo o conjunto dos quatro lugares enraizados aos pés de velha igreja matriz.

Desde muito novo deu mostras de querer seguir a vida eclesiástica, a que a sua família, seguindo na esteira de edu-

cação religiosa local, se não opôs nem contrariou. Indo para Aveiro, deu entrada no convento de Santo António, tomando o hábito franciscano e fazendo-se frade. Vieram, porém, as auras liberais do constitucionalismo e os conventos foram extintos. Em 1834 abandonou a carreira sacerdotal e foi matricular-se em Direito na Universidade de Coimbra, conseguindo a carta de bacharel. Em seguida foi nomeado administrador do concelho de Aveiro, desempenhando o difícil cargo a contento geral, não tendo criado atritos nem inimizades. Estabelecidas em 1870 as Conservatórias do Registo Predial, foi nomeado Conservador da de Aveiro, exercendo este cargo até 1890, data em que foi transferido para Elvas, não havendo tomado posse e perdendo o lugar. Retirou-se à vida particular, não voltando a exercer, desde então, qualquer função pública.

Quando a rainha D. Maria II visitou em Maio de 1852 a cidade de Aveiro, condecorou-o com a comenda da Ordem de Cristo.

Possuía vivenda e largo pomar no Monte, quase nas proximidades da actual igreja, a cujas sombras anualmente se acolhia, numa romagem de saudade pelos seus maiores e de ternura pelos sítios dos seus folgares infantis, rememorando com infinita devoção os momentos mais felizes e apaixonantes da sua juventude. E as suas reminiscências acordadas pela retina da memória, em face da visão nostálgica dos cantinhos da sua terra natal, não iriam despertar a ressurreição de alguns episódios de maior concentração e recolhimento, evocando desenhos doces e perturbantes da sua mocidade?

Por isso todos os anos, a romagem se cumpria gostosa e saudosamente...

Era conhecido por «Dr. Caravela».

Porque lhe dariam popularmente esta alcunha? Entre nós é vulgaríssimo o costume de identificar coisas e pessoas por apelidos que são desconhecidos pelos seus nomes reais. A versão teria vindo da tradição onomástica da sua família, ou seria sugerida por qualquer características somáticas do seu todo objectivo? Há vários «Caravelas» no difuso romance da nossa terra, certamente com inspiração vinda do passado em que eram construídas essas naus bem perti-

nho dela, nas margens a norte da Ria, ou por os seus ascendentes se ocuparem na sua construção, quer fazendo parte da sua tripulação assalariada. O que é certo, sem dúvida, é que a alcunha ficou como representação patronímica e familiar.

Não veio para a Murtosa o seu cadáver. Foi sepultado em Aveiro, onde jaz no cemitério municipal.

Padre Manuel José Valente — Não foi uma vulgar figura no clero da nossa terra. Erudito, a sua cultura literária permitiu-lhe, a par da sua viva inteligência, produzir trabalhos que pena é que se tenham dispersado, como sucedeu à preciosa biblioteca que dizem ter possuído.

Sustentou polémicas vigorosas, sempre orientadas pela defesa da religião que professara e de princípios que disciplinaram a sua orientação, que o tornaram notado mesmo fora do seu meio, e trabalhou em várias traduções com rigor de linguagem e perfeito conhecimento dos assuntos.

Tinha uma certa altivez no seu porte, consciente do seu valor, que, afastando por ventura a simpatia de alguns, merecia a muitos admiração e respeito.

É bem digno o seu nome de figurar na galeria dos homens que à nossa terra deram relevo, combatendo conceitos injustos, afirmando qualidades que a honram.

Manuel Maria Barbosa — Foi, como já se disse, o sucessor beneficiário da casa comercial de seu padrinho e grande homem de bem, o referido António José de Freitas Guimarães, dedicando-se, porém, aos ramos de lanifícios, fazendas brancas e mercearia.

De início utilizou as mesmas instalações até que fez levantar a casa fronteiriça onde hoje se instalam os Paços do Concelho da Murtosa, e para onde mudou o seu estabelecimento, um dos mais importantes da terra.

Foi um cidadão e um «omee-boo» de larga projecção no âmbito comercial, fazendo brotar do seu tronco de bom cerne as frondes fortes de uma pomposa descendência que ofereceu à nossa terra os mais altos valores em destacadas posições e de grande relevo, morais e sociais, tanto no

mundo das finanças e do comércio ultramarino de exportação, como em estremadas funções da vida pública nacional que os não vangloriam em estulta soberbia a ponto de repudiarem, ingratamente, as origens do seu berço natal, o qual amam com devoção e carinho, arreigado interesse, sempre firme e contumaz, pelas suas justas aspirações e anhelos.

Padre Manuel Maria Tavares Rebimbas, S. J. —

Poucos o conheceram, dele se recordando apenas da sua vida de estudante pelo propósito de se apagar nas penumbbras, que sempre o manteve longe dos exhibicionismos lustrosos. Nasceu em Pardelhas em 1873, sendo filho de honradíssimo e muito respeitado lavrador, proprietário Manuel José Tavares Rebimbas, *omee-bo* da nossa galeria de personalidades marcantes, e D. Mariana Marques, da afidalgada casa da Agra e sobrinho do saudoso padre Manuel Joaquim Marques Fragoso que tão grande conceito alcançou no apostolado da sua evangelização cristã.

Foi um dos quatro primeiros alunos que o grande professor e mestre da escola primária de Pardelhas, o falecido e sempre lembrado Bernardo Maria da Silva apresentou a exame de admissão no liceu de Aveiro. Ingressou nesse mesmo ano no colégio jesuita de S. Fiel, em Castelo Branco, onde teve por companheiro entre outros conterrâneos, o professor doutor Egas Moniz que no seu livro de memórias «Nossa Casa» se lhe refere com altos louvores ao aluno inteligente e sabedor. Concluídos os preparatórios do liceu com óptimas classificações, entrou para o Seminário do Porto onde frequentou o curso trienal de Teologia.

Fomo-lo surpreender neste estabelecimento de ensino superior em 1892 já no 3.º ano e a servir de monitor, privilegiado este concedido só aos que o mereciam pela sua distinção em dotes morais e intelectuais. Ao terminá-lo, não tendo ainda a idade canónica para a sua ordenação eclesiástica, foi para o colégio de Santarém como professor e prefeito.

Abandonando depois nesta casa de ensino o referido cargo, alistou-se em 1894 na Companhia de Jesus e entrou para o noviciado do colégio do Barro, em Torres Vedras, fazendo nós, a seu pedido, de receptáculo nesse ano à correspondência trocada com a sua família e remetida, depois, aos

seus respectivos destinos, com desconhecimento absoluto do seu amoroso pai, do novo destino do seu filho que, assim, lhe fugira...

Fez depois com rara distinção o curso de Filosofia no antigo convento de S. Francisco, em Setúbal e o de Teologia em Enghiem, na Bélgica. Ordenou-se de diácono e de presbítero em 30 de Julho de 1902, ordens que recebeu das mãos do arcebispo de Burgos D. Gregório Maria Aguirre y Garcia. Antes e depois do sacerdócio, leccionou vários anos no colégio de S. Fiel no qual se encontrava quando se fundou a revista «Brotéria» pelos reverendos padres Cândido Mendes, Joaquim da Silva Tavares e Carlos Limerman, sendo um dos seus primeiros colaboradores. Nela publicou interessantes estudos sobre a radioactividade da matéria e das fontes termais (1905); Fisiologia animal (1907); Microbiologia (1910); Navegação aérea (1909); e um estudo sobre a vida e os trabalhos aeronáuticos do padre Bartolomeu de Gusmão (1909) e Química aplicada (Guta-perche).

Ao constituir-se em fins de 1906 a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, foi um dos seus vinte e dois fundadores.

Depois da revolução de Outubro de 1910 embarcou para o Brasil. Na Baía dirigiu o grande colégio «António Vieira», fundado nessa ocasião pelos jesuítas portugueses e a residência de Belém-Pará, trabalhando em vários Estados do centro e do norte. Regressando à Europa em 1919 foi reitor do «Colégio Português» em La Guardia, na Galiza, e superior das residências de Lisboa, Porto (onde construiu a igreja de Nossa Senhora de Fátima) e Covilhã. Quando faleceu a 26 de Dezembro de 1944 era o reitor do Instituto Superior de Filosofia e Seminário de S. Barnabé em Braga, hoje convertido em Faculdade Pontifícia.

Na colecção «Cartas Edificantes da Província de Portugal» há várias cartas referentes à sua actividade apostólica em Portugal e no Brasil (1910-1917—1922-1933); e no «Arquivo da Província Portuguesa» (I, n.º-1940) deixou narradas as diligências feitas para erguer no Porto a igreja de Nossa Senhora de Fátima que foi a primeira levantada em Portugal pelos padres da Companhia de Jesus depois dos acontecimentos de 1910. Acha-se sepultado no cemitério do Monte dos Arcos, em Braga.

Como pormenor de informação esclarecedora acrescenta-se que vai para 20 anos que se estabeleceu nesta cidade a referida casa de estudos de filosofia da Companhia de Jesus, provisoriamente instalada em Guimarães no antigo convento dos Jerónimos da Costa, onde também residiam os alunos do Seminário Menor. Nos começos de Outubro de 1934 ficou disponível a antiga casa dos padres jesuitas na Rua de S. Barnabé. Para aqui se transferiu o filosofado de Guimarães com o nome de «Instituto de Filosofia Bento Miguel de Carvalho», em homenagem à memória do apóstolo bracarense martirizado no Japão. A elevação deste Instituto à categoria de Faculdade Pontifícia com direito de conferir os graus académicos em Filosofia, veio alargar e prestigiar a sua acção escolar e cultural, desenvolvida desde então com fulgor e elevação.

Assim, todos estes traços concorrem para modelar o relevo da fisionomia moral e mental deste murtoseiro, da minha geração e do meu tempo com quem convivi de perto, na época aberta às relações sociais e aos contactos pessoais com os seus companheiros de estudo e contemporâneos. Depois enveredou pelo caminho da evangelização cristã e da conquista de maiores âmbitos ao labor da sua privilegiada inteligência.

Foi uma grande figura da nossa terra, que a sua humildade e desconhecimento dos seus méritos por muitos, não deixam avultar e enaltecer condignamente, como deveriam impô-lo os seus atributos culturais e morais, e os próprios brilhos do seu talento, a elevarem-no à altura daqueles arquétipos transcendentais e santos.

Manuel Valente de Almeida e Silva — Não quis seguir a profissão de seus irmãos Miguel, João e António, tendo sido juiz de paz e professor particular na Murtosa.

Em Estarreja onde casou e fixou residência, dirigiu o semanário «Voz de Estarreja», órgão local do partido regenerador.

Nomeado escrivão da fazenda para o Ultramar, lá se demorou largos anos. Regressou após a sua aposentação e transitóriamente dirigiu o semanário «Povo da Murtosa» onde a sua pena de jornalista voltou a afirmar o seu valor.

De temperamento alegre, de sagacidade tocada de certa ironia que tornava atraente a sua convivência, a par da sua bonomia e correcção de atitudes, deixou memória de bom murtoseiro.

Miguel Valente de Almeida e Silva — Começou, segundo já se aludiu, a lida de caixeiro no estabelecimento do benemérito filantropo António José de Freitas Guimarães e com os seus irmãos João e António, fundou a seguir sob a égide e sob a firma de António Valente de Almeida & Filhos, a casa comercial dos *Vicentes*, assim conhecida como uma das mais honestas e honradas organizações comerciais de toda a região pelos processos de seriedade que sabia imprimir em todas as suas transacções. Os seus chefes conseguiram notado e merecido prestígio no meio em que desenvolviam as suas actividades, não só pelo cunho de moralidade de que se revestiam, como também de nunca se furtarem a trabalho e sacrifícios pelo engrandecimento da sua terra.

Foram uns grandes murtoseiros estes *Vicentes* e a Murtosa nunca deve esquecê-los pelo muito que lhes devem as suas aspirações, iniciativas e próspero engrandecimento.

Nunes & Filhos — Casa fundada por Francisco Nunes, com seus irmãos Manuel e José.

O primeiro revelou-se um comerciante de vistas largas, conseguindo dar ao estabelecimento por ele dirigido uma feição nova no meio, explorando, além de fazendas, artigos de novidade por ele adquiridos directamente na capital.

Mais tarde, insatisfeito por o meio não lhe proporcionar mais larga actividade, emigrou para o Brasil, Pará, onde exerceu por alguns anos o comércio.

Ficou então seu irmão Manuel à testa do estabelecimento que mudou para mais adequada instalação em edificio próprio, o qual foi depois explorado, em outro ramo, por seu irmão José.

Figura inconfundível e bem conhecida pelo seu inconformismo, deu prestígio ao comércio local.

Engenheiro Zeferino Soares — Encerra-se e encerra-se bem com este nome, a inscrição feita no pórtico da casa murtoseira, de quantos ilustraram a sua história humilde mas gloriosa.

Termina com ele o rosário de orações resadas em voz alta, para que a geração de hoje, ouvindo-as, as guarde no seu coração e não esqueça o seu exemplo.

Mocidade ceifada ainda tão florida de esperanças para glória do seu nome, orgulho dos seus e relevo do nosso destino, — foi este filho de José Maria Soares, dos mais distintos alunos do seu curso e dos primeiros engenheiros electro-técnicos do nosso país, ocupando lugar de destaque nesse ramo de ciência e em funções públicas de elevada categoria.

Por morte de seu cunhado, o Dr. Gonçalo Vieira, desaparecido também em pleno desabrochar da vida, nosso conterrâneo, médico distinto de carreira assegurada pela sua competência, — foi estremoso na orfandade de seus três sobrinhos, como se fôra um pai carinhoso.

Modesto, afectivo, de dedicação constante e desinteressada pela terra-mater, deixou da sua fugaz existência mas de brilho marcante, um rastro de luz que é legenda de evocação e de enaltecimento das qualidades da nossa gente.

AVENTUREIRISMO DOS MURTOSEIROS POR TERRAS D'AQUEM E DE ALÉM-MAR

X

Com o desenvolvimento da população a crescer incessantemente numa limitada área de culturas agrícolas, entrecortadas de juncaís, margidos, paúes e medões de areias estéreis, a terra da Murtosa cedo começou a sentir a insuficiência e precaridade arável da gleba, sempre exposta aos ventos do Oeste e às incertezas termo-climáticas do contorno geográfico em que assentava o seu núcleo gregário.

Em paralelismo com o norte do país cuja subida do seu nível populacional as estatísticas ordenadas acusam, a nossa terra ia adquirindo uma população muito densa. No arrolamento de 1527 feito por ordem de D. João III, o continente português era ocupado por 1.500.000 habitantes, para apenas 500.000 no século XII, segundo informa Oliveira Martins. Então, a aldeia da Murtosa e a aldeia de Pardelhas, eram, dominadas ambas, simultânea e respectivamente, pelo senhorio eclesiástico dos mosteiros de Arouca e Vila Cova das Donas, em Sandim, este mais tarde transferido para o de S. Bento da Avé-Maria, no Porto, e representando os dois núcleos uma das paróquias mais populosas da nossa região. São elucidativos tanto a estatística do censo joanino como o documento do Tombo a demarcar as terras reguengueiras de Pardelhas com a menção numérica e nominal dos lavradores caseiros disseminados pelos vários aglomerados que as compunham.

Apesar, porém, de os nossos reis, desde os primórdios da monarquia favorecerem e promoverem o arroteamento das terras incultas e ermadas, com doações a mosteiros e a senhores da Corte que por sua vez as emprazavam a colonos ou por aforamento, ou por contrato de partilhas das colheitas, é certo que a extensão útil dos terrenos locais era mínima, não bastando ao sustento da população e alimentação dos gados, cuja economia ainda hoje subsiste em elevado nível comercial. Afora este tráfego do seu armentio, outras fontes não existiam que pudessem produzir, ao menos, um mínimo de equilíbrio nas exigências ásperas do dia-a-dia para a classe dos pobres lavradores murtoseiros, oprimidos por impostos e sujeitos a foros incomportáveis que os aventureiros e chegadores, régios e dos senhores, lhes extorquiam sem a menor indulgência.

Sabe-se que o resto dos seus naturais, por outro lado, vivia das fainas do mar e que a pesca, sobretudo nas águas ricas da laguna a tão fácil alcance, foi o seu grande atractivo e sedução, além de ser um factor de prosperidade na economia local. A pesca no mar que se ofertava pródiga ao labutar incessante da grei, vinha de longe — desnecessário é afirmá-lo. Pegada à orla continental, estende-se ao longo da nossa costa uma plataforma submarina com a profundidade não excedente a cem braças, tornando-se a sua estreiteza num planalto mais abundante de espécies ictiológicas. Duarte Nunes de Leão fala-nos dele no século XVII, enumerando «a multidão dos mais regalados pescados: salomonetes, vezugos, peixes-agulhas, rodovalhos, chernes, linguados, sargos, pescadas, sardas, sardinhas, cações, lixas, raías, atuns, polvos; todo o género de mariscos: lagostas, caranguejolas, santolas, lavagantes, ostras, ameijoas, mexilhões e percebas. Das quais ostras se leva em escabeche muita quantidade para fora que têm por grande mimo, como se levam também muitos linguados sapateiros de Aveiro, feitos e adubados em barris». Também Políbio já no afastado século segundo antes de Cristo nos testemunha que a costa do ocidente da Península Ibérica era superior à do oriente na quantidade e na qualidade dos seus peixes e que era sobretudo abundante deles a parte meridional do Tejo e os estuários dos rios do Oceano em geral.

No entanto, mesmo sem as traineiras e vapores de arrasto, ocasionando em nossos dias o desaparecimento das espécies ricas, e a desbastação pela utilização de meios abusi-

vos os pascigos da fauna marítima que tanto demanda esta zona de abundância, não sofre dúvida que o murtoseiro atido a viver só da indústria das águas salgadas, malmente provê à sustentação do seu lar. A laguna é extensa. Mede, desde o Carregal ao norte, até o Poço da Cruz em Mira, tendo o vértice em Fermelã à distância de onze quilómetros do Bico do Muranzel, quarenta e cinco quilómetros, com uma superfície calculada em 11.000 hectares. Sendo 6.000 ocupados permanentemente pelas águas, 2.000 por salinas e o restante por praias cuja produção se acha ligada aos trabalhos da agricultura, segundo nos elucida o capitão Rocha e Cunha, acrescentando que o material de pesca era constituído em 1938 por 163 embarcações para o labor costeiro e por 585 por o lagunar.

A terceira indústria importante do ocidente geográfico chamado Ria de Aveiro, é a salicultura. Entre nós o labor das salinas é muito antigo. Vem comprovado já em documentos de 929 e 978 e dos primórdios da monarquia dizem-nos da sua valia económica no sistema de trocas e no intenso intercâmbio com os povos europeus do norte, pois a secura prolongada do Estio e um maior poder de salinidade e de dissolvença das nossas águas atlânticas, produzindo, assim, uma mais forte evaporação, — necessariamente deveriam conduzir a uma maior produção do tão apreciado artigo de consumo. É que o sal de Aveiro distingue-se sempre pela brancura, limpeza e menor deliquescência. Mas o murtoseiro não se sentia chamado para essa faina marítima, por isso a grande extensão da sua laguna bem como a excelência da costa atlântica não evitavam às condições do seu viver doméstico, uma difícil situação de quase indigência e um trabalho penoso de sacrifícios e de suores.

Por outro lado, evocando mais basilares motivos, nós vamos reconhecer que o sentimento da grei murtoseira obedece a cada passo ao atavismo ou palpitação, inatos em si, duma tendência para mais amplos horizontes, para maiores lances aventureiros. Nela o apego tão pronunciado de traficar e de emigrar têm suas raízes étnicas no fundo antropológico fenício e no carácter da formação histórica deste povo — dizem-no os últimos estudos dos cientistas.

A nossa costa nesses afastados e recuados tempos era mais recortada, com mais baías e enseadas, melhores fundeadouros costeiros e fluviais. Hoje, tais linhas litorais

mostram-se amplamente modificadas pelo movimento das areias marítimas, erosões e acessões de terras interiores. Do sul tinham vindo os semitas, dados ao mercantilismo e à navegação, atraídos pela facilidade de ancoradouros e pelos lucros que proviriam do mercadejo com as populações serranas. A extracção do ouro e outros metais trocados, aguçava-lhes a gula usurária e ninguém ignora que a Ibéria era rica em minérios, pois só nos jazigos de Bierzo em terras da nossa irmã Galiza, chegaram a trabalhar, mais tarde, para cima de dez mil escravos, segundo informa *Plínio* na sua *Enciclopédia*.

A raça fenícia resulta da fusão étnica dos semitas com os turanianos, saídos respectivamente das praias do golfo Pérsico e do Mediterrâneo, e do centro da Ásia, cujos elementos somáticos tanto se baralhavam, confundindo quase as suas feições distintas: sagacidade mercantil pelos semitas, bravura náutica pelos turanianos. Chegaram a ser os melhores recoveiros do tráfego marítimo levantino. Por toda a parte onde foram levados em seu poder de crescente penetração ao serviço do instinto semita, criaram benfeitórias e colónias que serviam de porta-aberta às relações comerciais com o interior.

Mas navegar importa comerciar e navegação e comércio foram as duas características mais basilares deste povo nascido para o mar, criador da escrita alfabética, cavadores dos jazigos de metais, ferro, cobre, prata, e monopolizadores da indústria da púrpura cuja importância na antiguidade foi tão poderosa.

Seria, pois, o elemento semita e a sua originária índole de aventuras, acrescidos por inoculação dos estímulos do sangue púnico, tão rico em ousados empreendimentos, quicá os construtores das energias fortes e rácicas da clã que levou o *Homo* murtoseiro, esgotada sem proveito a sua tenaz luta com o agro e com a água, a procurar outros labores de melhor compensação económica, fora do seu lar e das radículas amorosas do seu berço, emigrando da linde deleitosa em que nasceu? Se sopesarmos bem e com honestidade os elementos da sua etnia e as qualidades predominantes de autoctone puro, ao longo das caprichosas linhas do seu destino, nós seremos forçados a concluir que este indivíduo psicológico se determinou também pelo imperativo do seu *ethos*, pela estrutura e essência da sua formação interior.

O sr. Joaquim Leitão, escritor bem conhecido, diz a este respeito: «... foi um rapaz filho da Murtosa, daquela zona de sobrevivências fenícias que sopitam e orlam a Ria de Aveiro. Inteligente e vivo como toda a povoação da região... Este homem é irmão de milhares de murtoseiros que sem saberem patavina de inglês se transportam para New Bedford e de lá têm mandado fortunas para a sua querida Murtosa».

E porque o aproveitamento da terra em culturas intensivas já não bastasse à alimentação, surgiram, portanto, como se disse, as correntes emigratórias. O fenómeno da nossa dispersão tem, assim, causas naturais e psíquicas. Os dados históricos acusam-nas..., embora se saiba que a sua anotação em zonas é de difícil constatação. Seja como for... ou preocupação acentuada do seu destino, ou anseio de furtar os filhos à palidez lunar dos espaços acanhados, o que é certo, é que a Murtosa a contar dos fins do século XVIII, teve de acender nela a chama da demanda de novas rotas à suficiência do seu viver difícil.

Testemunhos sobre a exacta cronologia da emigração dos pescadores murtoseiros pelas praias do Tejo pouco importa haver; mas ninguém poderá negar que ela existiu em larga escala e que ainda existe bem visível, embora já muito atenuada por várias circunstâncias, entre as quais predomina um inconformismo com a sua adaptação ao ancestral processo de mesteres que hoje são quase uma saudade a recordar o primeiro momento no seu trânsito histórico. É que a Murtosa transfigurou-se — obra pujante do anseio e da vitalidade dos fortes atributos com que Deus dotou a alma colectiva dos seus filhos, anhelos impulsionadores para um ritmo ascensional de alvoradas de vida nova. Hoje até os juncos dos seus paúes interiores, já não erguem a cabeleira das ramas espiçadas a murmurar rumores quando os ventos os agitam em noites álgidas de inverno! São apenas uma evocação e um nome. Lucilam e palpitam agora novas estrelas. Há que constatar e proclamá-lo, este seu segundo momento histórico...

Julgo não contrariar a verdade e o prestígio da crítica literária, com dizer que Garret na maravilhosa obra-prima *Viagens da minha terra*, fez também trabalho largo de ficção. Por desconhecer, certamente, o sabor etnográfico de cada grupo dêmico, confundiu o *ilhavo* com o *murtoseiro* também conhecido por *ilho* no vocabular corrupto das gentes ribeiras

do Ribatejo, quando lhes confrontou os respectivos méritos físicos, exalçando em primazias os dos pegadores de toiros das lezírias confinantes. Se cada terra tem o seu clima, tendências e costumes peculiares, não se vê nem se entrevê que os naturais de Ílhavo rastrem pelas orlas do grande rio e seus povoados, entregues à pesca fluvial, ou ao pesado trabalho das faluas de carga. Os homens da ridente vila lagunar dedicam-se a uma profissão de maior responsabilidade e de outros lucros. São mestres de traineiras de pesca, pilotos de navios de arrasto, capitães de lúgres e escunas. Vivem, de um modo geral, no mar alto, dados a um mester violento e duro. O nosso pescador é menos ostentoso; mais primitivos os processos e arte da sua indústria. Nas suas andanças não se afasta tanto das costas do mar e das margens dos rios. De Santarém para baixo, é um nunca acabar de murtoseiros! Já os surpreendi acampados em ligeiras tendas de lona e cabanas de madeira no eucaliptal ao fundo da calçada do alfange santareno e por entre os salgueiros dos Omnios nos arrabaldes da linda cidade. Percorrem com as suas típicas bateiras os prados piscosos de Muge, Salvaterra, Benavente, Vila Franca, Azambuja e outros, dos cursos do Tejo e Sorraia, idos para a faina dos *tarrafas* que o uso popular local apropriou aos seus grupos emigratórios. Deles dá conta *Alves Redol* nos *Avieiros* quando diz:

«...ao menos os murtoseiros iam e vinham sem mais esperanças. Eram sempre criados. Riam da miséria — um naco de pão com peixe lhes bastava. Ninguém os conhecia — nem nome deixavam».

Cascais, Sesimbra, Setúbal, Alcácer e outras terras ribeirinhas, são-lhes inteiramente conhecidas, onde depois ficam estabelecidos, industrial ou comercialmente, alguns deles, quando a vida lhes corre próspera sem nunca perderem a sua liame com a terra natal.

Sobre o inicial povoamento de Olhão na costa do Algarve, menos exposta aos ventos desabridos do Oeste e de águas mais tépidas, *António Sérgio* assinala a sua presença de porfiado labutar. No seu já citado livro recolheu a tradição, certamente assente em testemunhos documentais, de que, *«ao longo do curso do século XVIII, existiram apenas naquele local umas cabanas paupérrimas de pescadores que da ria*

de Aveiro teriam vindo (não se sabe ao certo como isso foi) e só no ano de 1790 se construíram casas ae melhor aspecto, graças a lucros ae contrabando ocasionados pelo cerco de Gibraltar». Eram os pescadores murtoseiros a penetrar nas dunas e águas algarvias...

Desconhece o grande escritor e «nobre predicador de ideias» como diz Artur Portela, *como isso foi*. Mas eu, atendo-me à transmissão do facto vindo da sua origem até nós como um elo de cadeia estendida sobre todas as gerações que nos precederam, entendo que o testemunho nele fundado merece ser tido como autêntico juízo histórico. Relata-se, assim, o evento conforme a tradição familiar o trouxe até mim: os caíques algarvios, apenas com uma vela latina triangular, o simbolismo de dois olhos pintados de cada lado da proa e nesta, um espigão rectangular como topo terminal da quilha, recoberto por um bocado de pele de carneiro de lã branca, sobressaído da ossatura do cavername, vinham a Aveiro vender os seus carregamentos de peixe salgado. No regresso, faziam de *enviauas*: levavam para o Algarve e a seguir para Olhão as bateiras dos pescadores locais e a estes, com as suas redes e aprestos adequados, por insignificante preço. Fez-se desta maneira o processo emigratório murtoseiro para ali e o rudimentar povoamento da hoje grande vila marítima. Na minha ascendência paterna enlaçam-se os *Trotas*, alcunha vulgar por que era conhecida esta gente destemida e obreira do mar. Foram dos primeiros povoadores a pisar as areias açafroadas das praias algarvias e por lá ficaram alguns a dormir o sono eterno.

Usam também os marítimos dessa costa os caíques cobertos com duas velas, também latinas e triangulares, de maior tonelagem. Empregam-nos no tráfico e no contrabando. Estes barcos iam também a Almeria, Gibraltar, Larache, Marrocos mediterrâneo e à África Atlântica buscar o afamado pero e a palma, levando do Algarve para vender figo, alfarroba, peixe seco e pescada escorchada. «Há meio século, Olhão entranhado de salmoura e perdido no mundo, vivia só do mar...»

Quando se começou a formar em Lisboa a colónia das «varinas», dos vendedores de jornais e cautelas, dos inquietos ardinhas que todos são rebentos das fondas opulentas da paisagem murtoseira? Quando é que a *Madragoa* principiou a acantonar os nossos emigrantes, à cuja sombra se

projectou esse vivo retalho da própria Murtosa, com o seu *tonus* especial, recordares das duras noites nostálgicas, dos luares e milheirais da sua terra? Fontes documentais sobre tal êxodo escaparam ao meu conhecimento e nem será possível a tão nebulosa distância fixá-los com nitidez. Antes do estabelecimento do caminho de ferro em 1853, ele far-se-ia muito diminuto e precariamente, embora se saiba que Aveiro era um dos melhores portos do norte, armando já em 1552 para cima de 150 barcos com uma arqueação à volta de seis mil toneis. Com estas embarcações de seu fabrico, galeões e ligeiras caravelas, continuamente a entrar e a sair das suas águas, não implicariam dificuldades invencíveis nem incerta segurança, tais deslocações, mística do seu aventuroso destino. Mas é de crer que esta, ainda então, não dominasse o seu anseio vivaz. A história da sua emigração, embora com início em tempos bem afastados dos nossos, consagra o imperativo duma melhora de viver imposto à sua rota interior, e deve coincidir cronologicamente com o reconhecimento da insuficiência económica local em desproporção com o índice do crescimento demográfico da população. Então é que o problema assumiu acuidade e foi preciso atacá-lo de frente... Começou nessa hora a dureza da odisseia ingente marcando vigorosa personalidade à grei.

No transe angustioso levaram consigo a pureza de todos os elementos que haviam influído na formação do seu carácter. O sabor marinho da sua aldeia. O que flui e corre e se esbate desde as origens na própria alma e na consciência. Cantares e lendas aquecidas pelo calor fervente do abandonado lar. As humildes linhagens do seu nascer. O coro das saudades e o romance da confiança nos seus destinos — todo um horizonte vago e misterioso de renúncia, mas de fé e apego ao solo natal, seu berço de vida e catre de morte.

A «varina», natural da Murtosa e Ovar, ou de ascendência próxima, mergulha as raízes do seu plasma nas águas do mar ou da Ria. Nenhuma outra mulher a supera na devoção e amor ao árduo trabalho que abraça, alegre, desde a alva ao anoitecer, impressionando a contumácia por vezes elegante desse labutar. São belas estas nereidas!... Cabeça patricia, olhos pretos e de sedução, braços de carne fina ao léu, altivas como as proas pintadas com desenhos ingênuos dos barcos dúnicos e em crescente, usados na sua terra, ancas firmes e seio maneirinho, elas representam um tipo original de flexuoso encanto, lembrando estátuas marmóreas

da arte grega quando com seus braços no ar, erguem as canastras a interrogar as janelas dos prédios altos. E quando se vêm passar tantas das que são assim esculturas, pensa-se que «andam pagando algum pecado feito por uma das suas formosas avós que fosse condenada a ter uma descendência de belezas», destinadas por feitiço do destino a ajoujarem-se debaixo da giga, correndo os lajedos das ruas e a cantar os trinados dos seus pregões. Nenhuma raça há no país, mais desassombrada, mais audaz, mais elegante e trabalhadora. Bem a emoldurou Augusto Gil nestes versos de tamanha doçura e de mavioso lirismo:

*«Cinturinhas da Murtosa
Mede-as quem as abraçar.
Abraça a gente uma grossa
— Sobeja muito lugar»*

A contar dos meados do século XIX intensificou-se a emigração dos homens para terras do Brasil, sobretudo para o Pará, em navios de velas que tornavam a viagem por vezes muito arriscada e sempre com largas demoras, bordejando, quer à ida quer à volta. As determinações cronológicas a este respeito são muito frouxas, porém. No entanto prevalece na sua aproximação o mesmo factor já enunciado: o desequilíbrio económico observado na população indígena. Assim, a terra murtoseira, tão dotada de carácter seu, individual e próprio, não se deixou apartar do rasto que, tal um farol a iluminar a treva, lhe guia o sentido da alma, nem se abateu na hibernação e modorra das suas energias. Temerrariamente, expõem-se à aventura do desconhecido porvir e dominam-no quase sempre, chegando afoitos a cruzar os rios e até as selvas amazónicas do Brasil, em demanda do humus rico da abundância.

É preciso, pois, não esquecer este instante auroral, como glória e timbre da clã murtoseira, valorizando e confundindo na alma colectiva o prestígio da ousadia cautelosa que seguiu sempre através dos caminhos do mar na índole atávica da sua formação — luminosa esteira da sua vida, hoje ativa e brilhante como poucas, subministrando-lhe uma forte e impressionante individualidade que bem se destaca no complexo regional.

Quase todos os seus elementos de emigração regressam, depois, enobrecidos pela dureza do trabalho, chamados sem-

pre a requisitorias dum poderoso sentimento de recordação da terra natal, fundo e sugestivo encanto da sinfonia do lar. Trazem na retina sem névoas de alumbramento, a visão do espiritual embrandecer das tardes outonais com todo o seu ornamental matiz de tons, das manchas douradas dos crepúsculos do estio, do verde sonhador dos margidos e dos juncais. Não esqueceram a magia subtil das alvoradas nem aquele eco gemebundo do mar próximo a cantar sonâncias de adormecer. Esculpindo sempre na graça da paisagem ideal, o recorte do seu triunfo e pronunciado domínio de soberania material.

Quase todos voltam contentes e pressurosos ao seu solar humilde cuja traça alteram, embelezando e opulentando a sua e nossa terra.

Só alguns nomes, entre tantos outros que se desconhecem nos registos duma teoria anónima com história ignorada, para conservar o vínculo da aventura murtoseira:

Os irmãos Rendeiros — Manuel Joaquim, Manuel Francisco, Joaquim Maria e Joaquim Manuel — que, regressados com certa abastança, não regatearam meios à instrução e educação dos filhos.

E tanto que hoje sua descendência conta entre si abalizados médicos, magistrados judiciais, agrónomos, veterinários e outros membros de destacada posição social.

José Manso, Francisco Marques Pereira, António José Sardo e Manuel Maria Valente de Almeida que trouxe do Pará uma ninhada de filhos que mandou internar no Colégio de S. Fiel, donde alguns saíram para a Universidade de Coimbra.

Mateus António Soares Belo, liquidou a sua fábrica de sabão no Pará, com o pomposo nome de *Amasónia* e regressou ao seu torrão natal. Por motivos que não vêm ao caso, transferiu a sua residência para Avanca depois de haver construído habitações de certo modo solarengas em Pardelhas. Na terra adoptiva casou e teve descendência. Deu-se ao prazer de mandar construir um iate de recreio para turismo na Ria, com alojamentos cómodos para largas

estadias sobre as águas da laguna. Ao «bota-abaixo» da embarcação que foi de estrondo com foguetório e merenda, assistiram pessoas de destaque, como os drs. Egas Moniz, Abreu Freire, Artur Valente e outros amigos seus. Foi um verdadeiro acontecimento!

Mas a *avantesma* navegadora que cheguei a conhecer, não possuía grandes qualidades de flutuação e segurança, tendo de desistir do empreendimento o seu original inventor...

* * *

Por vir a talhe de foice, dê-se relevo a um pormenor de história local, cuja narrativa talvez seja ignorada pela actual geração — successo que tanto prestígio assinalou aos homens de 1900, hoje diminuídos nas nobres atitudes e responsabilidades assumidas, nesta terra, onde então se chocavam as mais viris impetuosidades de divergências, mar revolto em ondas altas de farfalho político, mas bem precursor duma bonança de maiores harmonias e de esplêndidos florescimentos.

Não se deve ignorar conforme creio, que os enterramentos dentro das igrejas e nos cláustros dos cenóbios, vindos do século IX, foram proibidos pelos decretos de 21 de Setembro e 8 de Outubro de 1835, assinados por Rodrigo da Fonseca Magalhães, mas já anteriormente o haviam sido pela lei de 6 de Fevereiro de 1833 com pouca observância, embora o flagelo do *cólera-morbus* de 1832 fosse de consequências funestíssimas.

Quanto à Murtosa, as inumações faziam-se dentro e no adro da primitiva igreja, neste continuando ainda por muito tempo, mesmo depois da construção do segundo templo, pois só em 1806 é que se fizeram as sepulturas no interior da actual matriz da antiga freguesia e só em 1802 se ampliou e resguardou precariamente o seu adro.

Proibido o uso das sepulturas no pavimento dos templos pelas leis liberais do constitucionalismo, ficou apenas o adro a suportar o nível do obituário numa povoação em crescente aumento demográfico. Bem depressa o recinto a ele destinado se acumulou de sepulturas e de campos num pandemónio cabrioleiro, pedras abaixo, pedras acima, moitas de ervas aqui, toijas acolá, pedregulhos além, pedaços de ossos por todos os lados.

Os arraiais faziam-se com uma irreverência afrontosa em cima desta mansão dos nossos maiores onde se namorava e se praticavam outras profanações, se armavam os coretos das filarmônicas, se deitavam foguetes e se queimava o próprio fogo de artifício sobre os seus muros que nada resguardavam, porque os portões e cancelinhas estavam sempre abertos a estabelecer a comunicação com a zona-sul da povoação que por ali transitava com todos os acompanhamentos familiares da sua vida doméstica: canastras de peixe, feixes de lenha, carregos de cozinha, cães, porcos, tudo, enfim!...

Levantou-se então um conjunto de protestos, cada qual o mais cruento, — campanha violentíssima, tantas vezes acerrada e virulenta, da minha geração contra a incúria e o desleixo, se não propósito, das autoridades, principalmente do pároco na sua qualidade de presidente da Junta da Paróquia. E o caso chegou a ser dramatizado com porfia em artigos de literatura jornalística que faziam sangrar!

Por esse tempo era numerosa a nossa colônia no Pará e em Manaus. Nela avultava como um dos seus mais representativos elementos, *Antônio Joaquim Fernandes* que, apesar de viver em Lisboa nas suas frequentes estadias na pátria, nunca deixou de visitar o solar murtoseiro. Reformou o cantinho do seu nascimento, erguendo um magestoso edifício sobre a humilde casa dos seus pais, cujo alçado ainda perdura, embora já se não debruce sobre aquele adro de tão triste memória mas de suaves recordações e de tamanhas saudades. Entre os seus conterrâneos do Pará abriu uma subscrição para a compra do terreno do cemitério a qual reuniu a importância de 834\$625 réis, acrescentando sobre este produto a sua responsabilidade de mais 1.500\$000 réis — quantia esta enviada ao pároco da Murtosa, que perseverou no mau sestro de contrariar a ardente aspiração dos seus paroquianos.

E só mais tarde, em Julho de 1907, depois de morto e inumado no cemitério de Angeja, terra adoptiva de seu irmão, é que o fervor e a dedicação de alguns altos varões murtoseiros conseguiram fechar em terreno resguardado de profanações, os corpos dos entes queridos.

Evocando esta série de acontecimentos, ninguém verá nisto o inconformismo da minha mocidade truculenta, ree-

ditado na vèlhice, contra a indiferença seguida ou antes propósito condenável, em memorar agora e mostrá-la, ainda, a chaga que tanto prejudicou a dignidade da minha terra, embora se saiba que são os mortos neles envolvidos, quem dirige e orienta o labor daqueles que tenham de apontar tais factos à posteridade. Procurei, sim, acomodar com escrúpulo às minhas reminiscências a justiça desta verdade histórica...

* * *

Joaquim Maria Leite e Angelo Leite, murtoseiros de nascença e filhos de Agostinho António Leite que em 1869 se transferiu para a vila de Estarreja onde foi professor primário, conseguiram na capital do estado do Pará uma elevada posição entre o seu comércio de mais larga expansão e próspera fortuna. Estabeleceram relações com o Acre, zona alta e quase inóspita do Amazonas para onde faziam avultadas exportações em navios seus. Alcançaram, assim, meios financeiros de grande opulência que aplicaram também entre nós, tendo adquirido por aforamento o extenso trato de muitos quilómetros da duna entre a Torreira e S. Jacinto. Povoaram-na de largo revestimento florestal de espécies adequadas ao meio de tamanha agressividade climática, mas venceram os obstáculos que a muitos pareceram invencíveis, e os resultados viram-se... Pena foi que os seus herdeiros mais tarde alienassem o latifúndio, hoje de tão frutuoso alcance, por uma *tuta-e-meia!*

João Pedro Soares foi outro grande murtoseiro, podendo chamar-se-lhe «um homem ilustre de Plutarco». Foi muito novo para o Brasil, Pará, onde adquiriu avultada fortuna. Quando voltou à pátria, fixou a sua residência em Aveiro, onde constituiu família e onde viveu até à morte. Era modesto, bondoso e muito prestável. Contribuiu para a construção do teatro Aveirense e prestou largos serviços quanto à fundação naquela cidade da Caixa Económica. Fazia parte da comissão do novo Hospital e secundava sempre da melhor vontade todos os empreendimentos que fossem considerados úteis. Depois da morte de um seu filho, preocupou-se com a sorte de um navio de bacalhau de cuja sociedade fazia parte.

Impressionou-se muito com as notícias que lhe causaram um ataque apoplético de que veio a falecer na madrugada do dia 6 de Novembro de 1903.

Recordam-se estes nomes cujo olvido aqui seria de censurar, os quais também carregaram do Brasil e de África para a sua terra, prestígio, honra e largos benefícios:

Adelino Nunes Calcado, Agostinho Nunes Calcado, António Joaquim de Pinho, António Joaquim Valente d'Almeida, António Maria Cravo, António Nunes de Matos, António Pato, Domingos Maia, Domingos Manuel Godinho, Domingos de Matos, Francisco Guimarães, Francisco da Silva Vaz, Joaquim Clemente d'Almeida Homem, João Dias da Silva, João Pedro da Silva Vaz, João Tomé Valente d'Almeida, José Cabica, José Matos, Manuel Barbosa (Aguilhas), Manuel João Fidalgo, Manuel João Sardo Sobrinho, Manuel Joaquim Lopes Guimar, Manuel M. d'Almeida Homem, Manuel Maria de Pinho, Manuel Maria Santos, Simão Conde, etc.

Prosseguir neste doce e espiritual memorar, seria entender por muitas centenas a lista desses emigrantes que, saídos um dia do seu torrão natal ao chamo imperioso de vozes ancestrais a dominar-lhes a etogenia, a correr a aventura do seu enigmático destino, ou a fugir da escassez das incertezas da vida local, torturante e dolorosa para não dizer trágica, num dia mais tarde a ele voltavam minados pela saudade e cheios da força prestigiosa dum trabalho compensador. Foram-se na tentação de uma miragem, arrastados pelos diálogos interiores da consciência, mas não se perderam no deserto das lutas, nem no mar revolto dos prélios incontidos: orientadores de si mesmos, audazes com segurança no entrechocar tumultuoso das ondas e nas calígens perigosas dos descampados. A sina do murtoseiro é a porfia com honra; a sua grande virtude é o condão de saber sobrepor-se ao desgaste e às erosões do infortúnio e do tempo, às ruínas da própria alma...

A Murtosa alcançou com muitos sacrifícios a maioria e surgiu na história como um povo pletórico de anhelos e de infinitas esperanças. Tem a visão da sua realidade. Crê na potencialidade forte do seu esforço e do seu valor. É precisc, por isso, ampará-la no caminhar, vitalizá-la na palpação fremente e nunca a enclausurar por ter nascido no âmbito acanhado de um passado sem auréolas brilha-

tes de linhagem, sem lâmpadas votivas de exaltações de grandeza. Pois só o trabalho inteligente tem dignidade e só esta é braço de fidalguia e nobreza.

Antes de encerrar este curioso momento, ou antes ciclo, da história local, revestindo-lhe a fisionomia com modelados de cada época, a chamada temperatura moral da sua trajectória e do seu destino, seja-me permitido dizer ainda que, actualmente, o homem multitudinário da emigração murtoseira mudou de rumo e abandonou as linhas tradicionais do seu trânsito. Tomou as rotas da América, Estados Unidos e Venezuela, países ricos em dólares e bolívares. À perspicácia e àquele dom nato de disciplinada tenacidade, espécie de instintivo faro por iniciativas de lucros, que tanto munificiam a linhagem dos finos perscrutadores da Murtosa, devemos acrescentar-lhes o meritório atributo de uma gesta cheia de honestidade provada, despida sempre de fraquezas morais que muito conseguem impô-los nos novos ambientes que demandam.

Não os preocupa a diversidade dos mesteres a que hajam de entregar-se, nem de serem figuras muito secundárias no meio envolvente. Dedicam-se a tudo. São operários de fábricas, contínuos de escritórios, porteiros, varredores de ruas, moços de café, cozinheiros, escriturários, contabilistas, guarda-livros. Até padres para lá vão exercer as suas funções espirituais... Onde possam levar a vida sem vergónhas num meio erigido de tamanhas dificuldades, eles não hesitam e *invadem-no!* Espalham-se por todo ele e por lá se demoram no afã de sempre. A seguir, essa maré refluxente da América inunda a sua terra de dinheiro, a ponto de a Caixa Geral dos Depósitos local ser hoje um dos mais volumosos estabelecimentos financeiros do distrito de Aveiro.

Será isto um fenómeno psicológico pouco explicável da grei murtoseira? Sondando-o bem, lá vamos encontrar-lhe as raízes na profundeza atávica da sua alma colectiva, a ela apegadas tal a seiva à casca, como vivas reminiscências das vicejantes e opulentas frondes fenícias.

BIBRIA

«CATRAZANAS» E O PADRE RODRIGO

XI

Sem peguilhos de nenhuma espécie nem tropeços de mór-bido bairrismo, antes um sadio levita do Senhor com tendências liberais, embora comedidas, este *bon vivant* do padre Rodrigo era contumaz nas facécias reinadas e sempre de riso aberto à flor do rosto. Tão franco de si como porta que nos abrisse, de par em par, um interior aconchegado de presenças amigas e de repousante tranquilidade. Índole acariciadora, por vezes a roçar pelos fumos da sátira, mas elegante e inofensiva. Sempre apegado às usanças galhofeiras das tertúlias indígenas, acabava por sublinhar, geralmente, com uma risadinha pegadiça, sonora e de fina estridência, as suas alegres e despreocupadas conversas, as mais das vezes banais e inçadas de fantasmagóricas proezas em caçadas e pescarias de que ninguém dera conta. Pasmos da coragem, todos sofrevam, então, seus comunicativos de incredulidade.

Vivia à boca do antigo lugar do Monte em casa semi-solarenga, herdada por seus pais do afamado padre-mestre Rodrigo de quem era segundo sobrinho.

Sobre o magro e enxuto de carnes, compleicional entre o alto e o tarraco, olhos vivos e penetrantes, mostrava um talhe pouco avantajado, mediano e comum, sendo, em boa verdade, um tipo curioso de sacerdote.

Com ficar sendo por seu feito comunicativo e tão popular o ai-Jesus dos patrícios paredes-meias, a eles emparceirava de *manu a manu* nos bródios recatados com ânimo

nada somítego e afeito às algibeiras pouco fechadas, um bonaboias completo, sempre de partes gagas para todos estoirarem a rir.

Tornava-o celebrado a tineta da caça e da sertela, quando não uma, outra; às vezes, acumulando-as a ambas.

Depois de rezar com certa sofreguidão a missinha na humilde capela de Santo António, hoje matriz ampliada e rejuvenescida da freguesia que se engloba na vila da Murtoza, emborcava à pressa como *desayuno*, a habitual chicara de café com leite e meia pada de pão trigo, besuntada lambazmente de manteiga doce. Sem mais aquelas, ainda pelos alvores matinais, tantas vezes morrinhentos e de cacimba: *ala, caçarreta que se faz tarde...*! pegava então da espingarda encostada ao canto da sala com teto de maceira, bem premunida na véspera de carga sobreceleste. E era vê-lo agora, todo escoteiro, já de botifarras grossas, perna rija, a caminho da Saldida a internar-se, sempre cosido às sebes das tamargueiras, através de caminhos areentos de luz ainda indecisa.

Sumia-se pelas balgas dos milheirais de pendões erguidos a lembrarem lanças dum exército em marcha, batidos pelo sopro duma brisa mezureira, no rebusco da caça apetitosa, a mais fugaz espécie de fauna alada que todos os anos vem ao mastigo succulento das nossas lameiras.

Na verdade, a codorniz gorducha e nédia «*lambe-lh'os dedos*», de ranchada com a malta dos filhos já matulotes a picarem solertes, p'ra enxundiar os foles, as toijas de milhã ainda reverdecidas e a botar suas espículas tenrinhas pelos covachos mais lentos, era como pão escorreito, tantas vezes o mimo do seu almoço. Com tal gula, codilhada estava a família toda! — tão certo era o tiro, pumba, pumba, na fieira dos sonidos dos repequiques.

Durante a quadra invernosa que entremostraria dias de fúlgido sol, exacerbava-o de picadas a mania da caça grossa: lavancos, patos-bravos, narcejas e outras aves migratórias, arribadas aos pântanos e charcos da laguna, que batem depois as asas para o seu longínquo *habitat*, mal os juncaís onde se acoitavam para o comestio succulento, mostrem suas franças glaucas de grinaldas.

Pelos margidos e nas leiras sem alqueive, garotaços crescidos sem lei nem roque e guardadores, por aqui e por além, das vacas leiteiras preto e branco, a fraldejarem a camisa saburrada na montaria desatinada das brincadeiras, e um que outro assolapado em novelo, todos contentes da sua felícia a segurar por detrás das moiteiras a guita dos papagaios vibrantes de cor no espaço azul.

Cantava no brando lumaréu do ar, cortando-o em risadas alegres o melro altaneiro que tanto se espanejava a sumir-se na diafaneidade atmosférica, aos últimos resplendores dum vespéral ainda morno. Mas já havia emudecido a derradeira cornetada dos ralos que tinham de em breve recolher a penates, ao silêncio das noites longas.

Todo lampeiro ia ele, agora, a aproximar-se da gostosa faina das ribeiras babujadas pela água salobra, desviando-se com cautelas e por velhas carreiras, da antiga capela de S. Lourenço, não fossem os vivos refégos da consciência gritarem-lhe pezadumes pelo esquecimento do seu *breviário*. Por alturas da *falsa* dos Fregosos, a cuja mota a encostava e prendia sempre num cadeado seguro, enfiava na sua caçadeira maneirinha e fugidia, sagaz que nem raposa à espreita dos poleiros. Em seguida, a deslizar furtivo, bota que bota, sem quaisquer vozes de rumor, saía do estreito canal de margens salsuginosas e apontava à cale da Ria, em direitura aos meandros do junqueiral quase submerso da secular ilha de Testada, poiso sabido dos ovíparos de tamanho apetite.

O sol a pôr-se batia agora nas pás dos remos, e os raios doirados a fosco, outros de púrpura esbatida e versicolores tantos deles, animavam de coloração naquela tela edémica desdobrada em fumos embora, de esvaimentos, as gotas de água que escorriam em contas de pérolas, irizadas por lumes como os matizes que deles se desprendiam, joalheria do Arco-iris, iluminuras de painel raro. E já de noite, tecida de opacos negrores com as rãs a zanguizarrear suas flastrias coaxadas pelas regueiras, regressava à angra da habitual atracação, não raro a casa sem a peça abatida para engorduchar a tachada de arroz que seria saboreada com os amigos de useiras patuscadas entre libações sem conto, festejadinhas e brejeiras, riso pegado e estrídulo que nem diante de entremez carnavalesco.

Sempre que as chuvas outonais se demoravam por meses e do céu plúmbeo e carregado se despejavam, dia e noite, catadupas interminas e cordas de água a escombrar, as terras mais baixas ficavam lamaços e as levadas, charcos e poças, aqui e ali, que em breve nivelariam as últimas depressões, formando largos e profundos alagoeiros, verdadeiros lagos interiores. Era chegada a maré da sertela que o nosso povo, em má fonética, diz geralmente *seitela*.

Uma numerosa fauna aquática e um povo lagunar nos cardumes densíssimos em que entronizavam como rainhas incontestadas, as enguias machas de lombos negros, abalavam logo das suas camas residenciais da Ria pelo extravasar das motas galgadas, invadiam então, na sua digressão de férias, as águas cheias a inundar os campos e os caminhos, penetravam nos esconsos e anfractuosidades recônditas das regueiras, seguiam as escoantes de ocasião e, tocadas por seu instinto nutritivo, deixavam-se, desprevenidas, andar à lambujem dos nateiros gostosos.

Assim, a divertida pesca com o minhoqueiro enovelado em molho destes repugnantes vermes anelídeos, assumia, agora, a função do gládio exterminador de Jeovah e era um *ar que lhes dava, aos atrevidos hóspedes!*

O padre enfileirava, de instantio, no chamo: ia logo buscar a caçadeira no carro das vacas. Por entre o gáudio do rapazito agarotado que sem cerimônias se dependurava dos bordos, se escarranchava no pico da proa, engolfava nas cavernas, um que fazia rópia de arrais na aparente manobra da ré, outros que assobiavam, içavam lenços como bandeiras de festa, tocavam pratos em latas velhas, vinha e endrómina toda de cambolhada até a Saldida, submersa e convertida em lagoa, a inaugurar a safra da pescaria adventícia, transbordante sempre de alegrias, festangórias e come-sainas que só a estrela d'alva tantas vezes suspendia com seus dilúculos. Era dos livros, todos os anos, o bródio...

Como *nem só de pão vive o homem* considerado em sua ética e filosofia, este irrequieto e divertido sacerdote, cerne mal talhado à carreira eclesiástica, acoimavam-no as línguas das beatas de retardatária e parca solicitude na lavra das almas com sedes espirituais.

Sendo, no entanto, aliciante e muito popular, todos primavam em trazê-lo nas palminhas das mãos, entre cari-

nhos e mimos claros, desenfastiados embora de simpatia. Era bem um murtoseiro de mão cheia, sem nunca renegar o seu, tantas vezes provado, murtoseirismo, e por ele se batendo nas trincheiras mais avançadas. Tinha marcada devoção e zelos por tudo quanto favorecesse o engrandecimento e boa reputação da terra onde nascera.

Este seu irradiante temperamento, inteligência e desassombro sabiam impô-lo, sem delongas, até mesmo contra o rotineiro ambiente local que sempre tendeu a cristalizar-se em superstições doentias e enfermias incompreensões doutrinárias, atrasadas de muitos anos diante do avanço geral à volta — inferioridades em que tropeçavam muitas tentativas nobres e tantos esforços devotados em prol da grei.

Com sentida dor e com altanaria muito lastimava que, sendo o seu eido natal uma célula viva e febril no conjunto concelhio, o seu íncola houvesse de ser tão abandonado e tantas vezes sujeito aos açoites de ventos mofinos, bufados dos conciliábulos esconsos duma burocracia mandona e balofa, narcisada em sua insignificância, irritante de rópia, a esbracejar sempre em amolecimentos incompetentes e nulos. Todo o anelo que lhe espicava o íntimo, era abrir uma rota de ansiosos desígnios à barca em que singravam as frementes aspirações murtoseiras...: andarilho de balsão ovantel

Ao ter eu de abandonar, ao cabo de um ano, a direcção da primeira gazeta local que fundei com o António Augusto Valente d'Almeida, felizmente ainda vivo, precipitando-me num mundo estranho, por vezes iriçado nas encruzilhadas dos caminhos e nas ladeiras íngremes dos cerros com as penas de tantas macarenas doridas, a dificuldade assim posta a nú resolveu-a ele de pronto, chamando a si o encargo da minha substituição.

À sua frente ainda se abria o arcabuzão de um período político que vinha inçado de agruras, mal-querenças e sacrificios na extirpação de tantos gânglios que mobilizaram a penetração ascensional da nossa vida colectiva, e de tantos focos malignos que apodreciam a carne do corpo murtoseiro.

Não trepidou diante da custosa operação e a ele se dedicou por anos, vivo, ofegante, mas sempre servido por um raciocínio justo, crítica ponderada, sem arestas e sem gumes, lisa — atento ao preceito: *in medio virtus* e com a consciência em pé, em permanente ebulição.

Fê-lo, assim, com vantagens, não querendo seguir aqueles conselhos do santo da montanha a Zaratrusta: *Não vás para os homens! Fica no bosque!*

Mas ele não ficou e deixou-se envolver por eles mas conseguiu servir a sua terra num lance difícil, meritóriamente, não querendo nela sentir o frio do degredo por ser a morte.

Com o raiar do século XX, ergueu-se alastrante entre nós a voz amiga e benfazeja da instituição de um grémio de socorros mútuos às classes trabalhadoras. Entre os murtoseiros dela simpatizantes e mais devotados aos benefícios duma melhoria colectiva, ouviu-se o rasgo animador de três valores estranhos à terra, mas que se integraram com afeição em todas as facetas e desdobramentos da sua vida em anseios dum progresso de realizações.

Foram eles: Luís Carneiro da Silva Júnior, o futuro batalhador na segunda campanha da nossa independência administrativa, pertinaz arauto da nossa liberdade política a quem muito se deve na sua porfiada conquista, o dr. Bernardo Gomes de Pinho ainda a viver a sua modéstia tão apagada e o farmacêutico Sá, inteligente servidor do nosso bem público.

O padre Rodrigo, com toda a pujança e fervor da sua mocidade exuberante, associou desde logo a sua máxima actividade à obra de assistência e caridade a tantos desprotegidos em luta permanente com os infortúnios de uma existência pobre, sem arrimo e auxílios oficiais.

Alicerçou as bases e os fundamentos da instituição de tão altos fins beneficentes. Propagandeou com vivacidade e tenazmente a generosa idéia no meio acanhado, quase de obstinada oposição ou indiferença a estas melhorias sociais, ajudando-a no seu amadurecimento e realização.

Ao ser estabelecida no Monte em casa adequadamente preparada para tal fim, quando em 1 de Janeiro de 1901 se procedeu à sua inauguração numa sessão pública, bem vistosa e concorrida dos melhores elementos locais que se inscreveram no acto como sócios fundadores depois da aprovação dos seus estatutos, foi ele eleito *una voce* primeiro secretário da sua direcção. Em comemoração e solenizando o estrondoso acontecimento, houve à noite luzido baile em casa daquele filho adoptivo da Murtosa, o referido Luís Carneiro da Silva. A tuna de Pardelhas, depois de reconstituída, e

ensaiada pelo saudoso Gonçalo António Cabica e Francisco Portugal saiu pela primeira vez e «esteve abrilhantando as suas largas salas e exibiu as melhores e mais escolhidas peças do seu reportório».

Que luaceiros de saudade me não acodem agora ao ler esta notícia no n.º 2 do antigo *Jornal da Murtosa*, ao percorrer o friso dos *Omees-Boos* da terra-nossa, assistentes àquela reunião e que já não são hoje mais que pó e nada, «naquele dia de sol puríssimo, cheio de luz com que a Natureza quiz solenizar de galas o ingresso do novo século!...».

Ao alevantar-se, sonoro, gritante e impávido, do fundo amortecido dos tempos, o frémto murtoseiro de 1899 a reclamar a liberdade sem peias na sua administração, o reconhecimento dos seus direitos tradicionais e a autonomia dos seus réditos, esse sacerdote brilhou de ânimo forte entre tantos esforços denodados, foi um dos seus melhores precursores, lutando até o sacrifício da nossa Causa e pela nossa razão, sempre nas brechas de maior risco.

Em laivos de graça, dele conta-se este passo que figura, perduraz, como a expressão caricatural e timbre do engenho e mais artes dos almocreves, porqueiros e outros que tais de seu amoroso lugar, andarilhos impenitentes e sempre atreitos aos negócios bufarinhados das feiras e mercados circunferentes, por montes e vales de Cristo mais cerca:

Era pela tarde de um domingo, quente e com o sol ainda a faiscar ardores por um céu de anil, cristalino e sem mancha de nuvens, pelos cômodos perfumados com o cheiro das aniseiras as cigarras a cantarolar *magnificats* com os estrídulos gritados das suas fanfarras, quando ao emergir à porta da locanda do Reis onde costumava saborear aquele pingato alegreteiro de Lafões, viu espantear-se pela estrada rente, a caminho de folguedos de danças, um rancho de rapazes do lugar, todos flamantes e pimpões em indumentas de *ver-a-joana*, o risoteiro do padre gritou-lhes esta retumbante jocosidade, à laia de chalaça inofensiva e de boas maneiras:

— Aonde é hoje esse rico sorambeque, não me dizem vocês, ó seus «catrazanas»? — e pespegou-lhes nas bochechas aquela sua habitual risadinha, seca e nervosa, com cheiros a troça benígna, tão alastrante que nem gorgoleio de azeite entornado sobre peça de pano-família.

E o termo ficou...

bibRIA

DETALHES DE ETNOGRAFIA POPULAR

XII

As Vistas nos casamentos

O s pais segundo o hábito tradicional das casas com teres, promoviam nos três domingos dos *pregões* nupciais as afamadas *Vistas*, costumeira vinda de originários e antigos usos, ajuda de custo para o caminhar matrimonial por entre as durezas da vida trabalhosa.

A festança com a sua faceta e índole interesseiras, é hoje um retalho desfeito da nossa etnografia. Quase desapareceu de vez do coro das nossas tradições, embora não perdesse inteiramente as rugas do seu vinco na fisionomia do seu carácter folclórico. É pena não se manter pura como viva e alada floração dos nossos sádios hábitos.

Há, no entanto, quem ainda a possa exumar à superfície com saudade e a saiba ler com fidelidade, nas penumbras da retina, revestindo expressões de sensibilidade familiar, apego e ternura pelos filhos, no seu larário de íntimos afectos, como neste ingénuo e frágil relato de visão pessoal:

Após a reunião, no primeiro domingo, das duas famílias para solenizar o próximo *conjugio vobis* com jantar reforçado, começavam a aparecer pela tarde até a surrentinha da noite, as pessoas amigas com as suas oferendas e dádivas, continuando, assim, os restos dum rito celta em pé mudejar, a reflectir-se entre nós como ecos distantes dos primeiros

povos que houvessem cirandado pelas terras envolventes. Talvez, literatura mitológica ou pagã em ofertório às divindades tutelares, sentido e seguido pelos nossos avós velhinhos com alma de rúbidas alvoradas...

Estralejava em seguida, troante, o bombardeio do foguetório, de estalar. Na rua de acesso com pavimento de chão cru enfileiravam-se, hirtos, dois renques de mastros com bandeiras multicolores e de lés-a-lés, a toda a largura, dominava fronteira à entrada, soberana e flamante, uma bandeira nacional a faldejar à brisa morna da tarde. O quintal e as eiras em seus alegretes, engrinaldavam-se a cordas floridas de buxos donde pendiam, entremeadas com touças de rosas, balões venezianos que iluminariam o recinto durante a noite. Por toda a cercania, esfusiavam alegrias e contentamentos a que a garotada, acudindo ao adjunto, emprestava notas de regosijo alacre com os seus pinchos e momices, algazarras estridentes como preparo estudado ao convite para a comedoria.

Não tardavam os tocadores: o velho *Pulso* mai-la sua rabeca metida numa saca ao tiracolo e os *Raqelos*, pai e filho, com o clássico clarinete de ébano e a harmónica. Não se fizeram demorar no *ordinário*, dançante, a que se seguiu a *Cana-Verde*, modinha popular muito em voga na região marinha, com as toadas agúdas e sibilantes da rabeca, os sons fanhosos do clarinete cobertos pelas melodiosas notas da harmónica. Tinham chegado igualmente, os cantadores de nomeada, contratados. Era o Gonçalo do Padre-Cura, com famas subidas de fulgurante improvisador de um cancionero popular e específico, pelos serões e arraiais das redondezas. Grande cachopeiro que ele era! e um incontido e atrevido adulator das graças e mais prendas femininas que temperava com a sua aguda arte de sublimar. Ela, a cantora-deira Rosária da ti-Clara, mocetona de boas carnes e correctas linhas de ancas, busto nobre e opulento que uma cara de bom traço com rubicundas cores, apesar de picada um nadinha das bexigas, realçava como capitel historiado, veio logo sentar-se a seu lado em atitudes firmes de comparceria superiorizada. É porque lá tinha as suas íntimas razões do seu valor e refinado mérito em similares competições...

Desde logo começou o desafio dialogado em quadras rimadas, fustigantes, com salpicos irónicos e brejeiros, tomando bem depressa uma feição ardente, viva e apaixonada.

Os versos, alguns de frouxa rima, eram, digamos, pedras duras que cada um arremessava, febricitante e cáustico, ao currículo da vida do outro. Perpassou, então, com os aplausos do adjunto e diante do seu público encantado pela improvisação da lírica de pé-quebrado, toda a teoria das fraquezas e das obscuridades morais dos contendores.

O auditório, basbaque, aceitou sem nojo, antes saboreou, a volúpia risoteira, mas mordaz e de picadas até aplaudindo gostoso o fragor do despique. Ao cabo, não criaram raízes as ressonâncias da polémica endiabrada deste coral folclórico, nem sedimentaram nos seus ânimos quaisquer ressaibos de obstinada ou fulgaz malquerença. Era dos livros e do ritual ser deste geito pomposo com sua magia aliciante, este divertido duelo de sombras pugilistas a entremear os claros do nosso romance popular. E tanto que ao intervalo os dois *pugilistas* amesendaram juntos nos comes e bebes!

Lá dentro, na lareira da cozinha, rechinavam no azeite fervente das sertãs as postas das tainhas gorduchas, as enguias machas de desfazer na boca, as solhas ovadas, os robalos luzidios e outros peixes da Ria e do Mar, a abeberar em largos alguidares. Da boca do forno perfumadas com o odor aos acepipes, emergiam assadeiras vidradas com nacos de cabrito e lombo de porco, pernas de vitela, retraços de carne de vaca, e leitões a escorrer gorduras apetitosas.

As serventes distribuíam as travessas pelas mesas compridas que se espalhavam pelas dependências interiores, pelo quintal e eiras onde acamaravam ofertantes e assistentes. O bródio meteu pela noite dentro. Acenderam-se os balões a quebrar-lhe a opacidade da negridão de cortar à faca, que o coaxar das rãs, pertinho, alegrava com as suas toadas palmeiras e estridentes. O trio lá continuava a fustigar os silêncios espessos envolventes com o zimbrar dos esguichos musicais e os cantadores iam agora num prélio de morte, despindo as interioridades e os arcanos recônditos da alma, sem o respeito pelos melindres próprios, sempre aplaudidos pelo gáudio do auditório linguareiro.

A festa prolongava-se, folgazã também, até que a alva começava de toucar com os seus luaceiros ou lírios roxos das lombadas dos cerros distantes. os melros desatavam a assobiar nas balsas próximas e perladas de rocio e a calhandra, empinando-se no céu azulino e aberto, de lá entoava os bons dias na sua cítara de harmoniosas cordas. Acabara a festa

do primeiro domingo que se repetiria, com a colheita, por mais dois a seguir. Meu avô materno Manuel Valente também lá foi. Todo ancho na sua andaina domingueira de surrobeco escuro, soletas de coiro atinado debruadas pelas meias de lã branca, levou consigo os seus três netos com as ofertas: milho, feijões brancos, folares com ovos e uma cambada de résteas de cebolas.

* * *

Dança dos ditos

Onde já vai a colorida tradição desses grupos carnavalescos!

Num terreiro que ficava a poente da praça de Pardelhas, fazia a Dança dos Ditos a sua exibição. *capitaneada* pela garbosa figura de Gonçalo Cantanhede, compenetrado da sua categoria de comandante com a sua banda vermelha ao tiracolo e que, antes da pitoresca marcação das suas danças, era iniciada com o julgamento do *baçalhau*, papel desempenhado por espirituosa criatura, bobo da festa.

Dali seguia a percorrer as principais ruas, nos três dias de Carnaval, terminando na praça de Pardelhas.

O grupo era constituído por rapazes, principalmente da classe piscatória, formado por duas filas, uma delas com trajes de mulher e outra com arremedos militares, de espada desembainhada.

A marcha e danças eram acompanhadas por tambor e por rabeca tocada pelo velho Pulso, funileiro de profissão.

Era uma nota das mais alegres do Entrudo de então, e todos os anos aguardada com muito interesse por velhos e novos.

* * *

Jogo do pau

Sempre em terça-feira gorda, na praça de Pardelhas, era presenciado por grande multidão o jogo de pau, disputado, em geral, entre rapazes da freguesia do Bunheiro e da Murtosa, constituindo um dos principais divertimentos do Carnaval.

De volteio ágil, a luta tomava por vezes aspectos impressionantes que chegavam a causar arrepios, pela rapidez e violência de golpes com que era travada, com aceso incitamento dos partidários de cada contendor.

O tempo levou consigo essa prova de destreza, de virilidade, de que tanto se ufanava a mocidade de então.

* * *

Tuna de Pardelhas

Aí por 1893, organizou-se a primeira tuna que chegou a conquistar larga fama pela forma irrepreensível como se apresentava.

Era dirigida e ensaiada por Alípio Portugal e Gonçalo Cabica, ambos de grande vocação para a música.

Dela faziam parte José Maria Barbosa, António Augusto Valente d'Almeida, Augusto Leite, António José Valente, João e António Valente d'Almeida, Manuel e Francisco Nunes, José Matos, António Salvador e outros cujos nomes não ocorrem.

Da primeira apresentação em público e saída para Estarreja, todos os seus componentes se apresentaram com capas de estudantes e chapéus de aba de frente levantada, passando entre chuva de flores lançada pelas raparigas da terra, que haviam ornamentado com fitas de seda de várias cores os instrumentos dos executantes.

* * *

Ranchos da Torreira

Não eram de dança estes ranchos, mas de condução de pescado da beira-mar à beira-ria, arrematada nas *lotas* que se faziam na areia com o despejo dos redenhos da sardinha a saltar.

Eram os da Palage, da Tróia, da Regateira e tantos outros, a darem uma nota alegre, de vida, à nossa praia, cantando e dançando no vai-vem do seu trabalho que por vezes se prolongava pela noite à luz de archotes, quando faltava o luar.

Tinha certo ar de romaria este costume que o tempo levou, em que realçava sem atavios, a elegância das nossas raparigas, com suas blusas a contornarem os bustos esbeltos sem domínio de espartilhos, de ancas ondulantes, modeladas por cintas airoas que salientavam em passos cadenciados, os requebros dos seus corpos varonis e com o seu tão típico chapéu e rodilha colorida a dar base e equilíbrio à canastra cheia de sardinha.

Hoje é rastro de luz que a saudade aviva na penumbra do passado em que se cantavam baladas em sua exaltação...

* * *

Confrarias e Irmandades

Segundo a Estatística de 1858 organizada pela Câmara Eclesiástica do bispado do Porto com elementos fornecidos pelos respectivos párocos, na primitiva freguesia da Murtoza existiam por esta época as seguintes irmandades e confrarias:— S. Sacramento, Senhora do Rosário, Santa Maria, S. Pedro, Sant'Ana, S. Miguel e Almas, Espírito-Santo, Santo António, S. Lourenço e Todos-os-Santos. A esta lista já de si longa, acresceram mais tarde outras em louvor ao Mártir S. Sebastião, S. José, Santa Luzia, S. João, Coração de Jesus e Coração de Maria.

A confraria do S. Sacramento era, dentre todas a de mais elevada dignidade e ritual, sendo os seus cargos ocupados pelas pessoas de maior representação na freguesia como advogados, juizes, lavradores ricos e outros homens-bons, mantendo-se, assim, uma tradição iluminada pelo encanto dum simbolismo religioso, bem duradouro e sempre predilecto, na alma bondosa do povo. Reconstitui-se e evoca-se a memória dos que a serviram como tesoureiros no largo período desde 1798 a 1833: Manuel José Afonso Lopes, Capitão João Guedes Ruela Valente, António Tavares Freire, Agostinho António de Miranda, bacharel Agostinho António Frágoso de Carvalho, Francisco da Cunha e Silva, António Tavares de Sousa, António Lopes da Silva, Gonçalo Jorge de Oliveira, João Nunes Barbosa, Miguel Vaz de Oliveira, João da Silva Cirurgião, bacharel Manuel José Henriques de Oliveira, Bernardo Afonso Lopes, bacharel Manuel Joaquim Frágoso de Carvalho, João de Oliveira e

Silva, André Barbosa de Oliveira, Manuel Tavares e Sousa, Francisco Marques Marrinhas, Domingos da Silva Neno, Manuel Fernandes Gonçalves, João Caetano de Oliveira Valente, Domingos Tavares de Sousa, Manuel Joaquim da Silva, José Tavares Rebimbas, Manuel João Barbosa de Oliveira, António José Tavares de Sousa, João Barbosa de Oliveira, Manuel Luís da Silva, Agostinho José da Cunha, Domingos João Ligeiro.

* * *

Peditórios p'ros «Santinhos»

Todos estes Santos tutelares eram, por via de regra, comemorados anualmente com cerimónias religiosas de maior ou menor luzimento, realçadas num hábito bem antigo por dois arraiais um na noite da véspera e o outro, na tarde do próprio dia da celebração festiva. Tanto em Pardelhas como no Monte ou no lugar onde se ergue a igreja que foi matriz de todo o denso agregado ribeirinho, hoje vila da Murtosa, era um nunca acabar, pelo ano adiante, de foguetório e morteiros, missas do-dia com sermões, músicas, procissões, charangas, embandeiramentos, iluminações, arraiais, palanques erguidos, etc., etc., toda uma complicada *mise-en-scene* das festas rurais ou «funções» no dizer local, ruas de mastros revestidos com buxos, murtas e flores, e as casas marginantes alegradas nas suas janelas e frontarias com bandeiras a esvoaçar. Foi assim em recuados tempos e ainda em nossos dias se mantém esta tradicional usança, embora diminuída em algumas confrarias, do antigo esplendor. Prazer de se divertir?...

O murtoseiro é pouco dado a folguedos e julgo até que não sabe estar *à-vontade* entre os que muito riem. Nele dificilmente se dará o milagre duma ressurreição que desperte aleluias no rito austero da sua índole apagada e quase triste. Devoto, muito crendiço e até um nada supersticioso, sempre em conformidade com o seu destino e com a «sorte que Deus lhe deu», resignado e bom, ele nunca deixa de prestar culto à fé dos seus maiores, — não vá a sua vida correr-lhe mal, a safra ser pouco compensadora e a colheita do ano, escassa, ou o seu armentio sofrer de malinas empestadas de morte.

E quem estranho à terra ainda por tantos incompreendida, nela houvesse de demorar-se, principalmente durante

a quadra das suas frequentes solenidades públicas e não precavesse a sensibilidade contra a superficial visão que se oferecia ao seu exame de observador, levaria consigo uma errada e falsa impressão sobre este aspecto da sua fisionomia interior.

Certo, ninguém deve crer que a Murtosa vive entre musicatas e foguetes na roda do ano para dar gozo aos seus sentidos ou para servir frívola e exagerada ostentação de vaidades. É, preciso, antes, descer à profundidade da finalidade e razão de tais manifestações festivas, — e essas vamos encontrá-las sem distarce no sedimento ancestralmente secular da sua formação cristã, nas suas crenças e devoções religiosas, bem afervoradas, que procura transmitir puras de geração a geração, sem excluir até os actos externos do culto que considera integrados e como fazendo parte do seu misticismo.

É nesta maneira de ser moral, e mercê de tais sentimentos que aquelas confrarias e Irmandades encontram as maiores facilidades em cobrir as despesas orçamentais dos seus programas de festas, por meio de subscrições públicas e de esmolas, — gastos por vezes avultados, mas que todos suportam, dum modo geral, sem azedumes ou protestos.

Assim, guardadas as colheitas do ano em grandes tulhas ou nos celeiros, os mordomos proclamados do alto do púlpito como representantes de cada lugar — ou melhor dito hoje — de cada um dos quatro bairros da actual vila, começam o seu peditório de porta em porta percorrendo todas as casas. Acompanham-nos uns moços de saco de linho branco às costas; à frente a imagem do «Santinho» é conduzida respeitosamente por um outro, de opa vermelha sobre a véstia domingueira. Aqui recebem milho, além feijão, centeio, cevada ou dinheiro em moeda corrente. A esmola é agradecida em seguida, dando a beijar a toda a família a miniatura do titular com o acrescento dos seus dizeres de devoção: — *«que Santo António lhes guarde as crias»*; — *«que S. Miguel lhes perdoe os pecados no dia do Juízo Final»*. E assim, sucessivamente, conforme a especialidade milagreira do Santo, nunca esquecendo as votivas promessas abonadas pelos oragos de cada confraria.

Os da festa ao S. João, em Pardelhas, esses eram recolhidos entre os rapazes solteiros de seu estado e mais «pimpões» com seus ares de já entendidos em liças de «con-

versadas» por serões e cascadelas, e filhotes de pais abonados, — prendas parelhas estas que lhes dariam ousios inusitados de galanteio às graças e feitiços das raparigas que, ao vê-los tão casquilhos e de índole atrevida, pedinchões em angariar esmolos para o «Santinho-advogado» das suas sonhadas esperanças, patrocinaavam solitas na audiência familiar à roda das lareiras a oferta de uma boa dádiva, — não fosse o filho do ti-Manel das Cavadas, mordomo nesse ano e que não era nenhum increu desajeitado, antes muito pretendido por tantas já com a cabeça fincada em baldas teimosas, ressentir-se da pouquidão e num instantio virar costas para não mais voltar. E sob estes auspícios de pre-munição contra tal infortúnio, os sacos iam-se enchendo até à boca...

Mas duma vez, lá para as bandas da Agra de Parde-lhas, mesmo dentro das largas eiras do ti Antão Carrabau, ainda com espigas de milho a escorreitar nas últimas quenturas dum acariciador sol outonal, o «caso foi outro» e até muito falado — recordam-no os mais velhos do sítio. Quando a filha do abastado lavrador — um naco de mulher «alto lá com ela»! — bem talhada de formas sem senões, morena da cor da cera virgem que escorre dos favos criados ao deus-dará pelas frissuras dos telhados, dois lumes vivos, tão vivos que eram mesmo dois candeios a alumiar uns olhos húmidos, franjados a seda negra, e ardentes até decaírem de beijados, em mortiço e doce quebranto de desejos; quando ela, a linda flor de carne, flexuosa e mui lesta no meneio das suas ancas, saltitante e alegre que nem lavandeira aos cibalhos, apareceu aos mordomos a trazer-lhes a esmola de um alqueire de feijões brancos, saía redonda cintada sobre os flancos opulentos a dar-que-dar bamboeante nas pernas roliças em carne nua até os joelhos, no peito rompante e em tremulinas de manjar gelatinoso uns seios maneirinhos e tão erectos que pareciam mesmo querer rasgar, picando-os como pintaínhos à casca, os vencilhos repre-gados do chambre, para capitosos darem-se em bebida a quem tivesse sede como as fontes dos caminhos, — o mais atrevido «e solteiro», perturbando-se e a queimar-se num fogo de volúpias incontidas diante daquela perfeição excelsa, não esteve com mais recatos de tolhimento.

Arrancando de supetão a imagem do «Santinho» às mãos do moço também alumbrado pela aparição inopinada, foi ao encontro a passo leve e ofereceu-a à carícia dos beijos

da sua boca vermelha qual romã entreaberta. Ao mesmo tempo em agonias de aguado e, como que desnudando-a, envolveu aquela esbelteza de rapariga no seu olhar de sensual tentação. Ao ungi-la dos seus fluidos aliciantes, segredou-lhe com restos da voz de que ainda dispunha, e tão pertinho dela que quase a ia tocando com as labaredas do seu corpo: — «p'ra que S. João te case depressa, ó Maria Clara, com quem te quere mais que à vida»!

Mas o pai que os não desfitava, apercebendo-se do galanteio sedutor, ergueu hirta entre os dois a sua austeridade de murtoseiro de muitos respeitos, e disparou: — «é *«bezerra»* ainda muito nova para tamanhas *àquelas*, ouviste, ó meu paspalhão de borra?». Dirigindo-se de caminho ao homem do saco, fulminou cerce: — «ó tu, *coisinha*, despeja já aqui na eira os feijões»; e de cara alta para os parceiros da mordonia: — «e vocês, ponde-vos quanto antes lá p'ra fora do aido, senão..., solto os cães, sua cambada de tratantes»...

A umas sucedem-se as demais confrarias e Irmandades que hajam deliberado «honrar» os seus *patronos*, investidos na mesma *devota* missão. A tarefa sacrificante por vezes e até escabrosa, está concluída ao cabo de vários dias no exaustivo peregrinar ao longo de todos os lugares. Depois elaboram-se os programas em face das receitas amealhadas, fazem-se os respectivos contratos e aguarda-se com certa ansiedade o dia solene.

* * *

Anúncio da Função. Decoradores

Recordo como ilustração da sua paisagem etnográfica, um arraial realizado em 1895. Poderá ficar em apontamento de todos os outros, pouco diversos entre si, tirante certas singularidades deste, agora em apreço. Mas tais singularidades não chegam a deformar a essência dos factos primordiais.

Neste ano uns «brasileiros do Pará», ao regressarem à terra natal que os demais emigrantes nunca esquecem nem desatinam, aferrados a um apego quase idólatra e apaixonadamente amoroso do seu berço, fizeram durante a viagem cheia de transes angustiosos, a promessa de festejarem à sua custa, apenas ajudados com o reforço pecuniário da *esmola*

do prato, o Santo mais esquecido que estivesse nos altares da igreja matriz. Era tal uma sobrevivência piedosa dos ex-votos dos mareantes em noites de vendaval. E adregou em cair a sorte ao mártir São Sebastião, ou simplesmente no «Mártir» como se diz em abreviatura popular.

A seguir foi elaborado um programa pomposo e rico, que desse largo brado. Contrataram-se as duas filarmônicas locais. Os arraiais deveriam ter flamante fogo-preso e de lágrimas. A procissão, ornamentada de muitos andores e com muitos «anjinhos»; e a Missa-do-dia, muitos padres, com boa orquestra no coro e um prêgador de fama. Acertadas as discordâncias e feitos os ajustes, a celebração da festividade decorreu com muita pompa e entusiasmo dentro deste teor e arranjo:

Três dias antes, os morteiros começaram a explodir no espaço azul e diáfano logo ao toque das *Avé-Márias* ainda no silente lusco-fusco das manhãs, ao pino do meio dia com o sol em braza viva e à hora das Trindades já no cair da tarde em sua quietude crepuscular. A intervalos, o estralejar dos foguetes e os repiques alacres dos sinos na torre da matriz.

Como uma vibrante ressonância de alardos, era o anúncio costumeiro de festa rija no próximo domingo, aos longes e aos pertos da vasta planície ribeirinha que naquele mês de Julho ardente se atapetava ainda — milagre de Deus! — com os seus verdes mais esmeraldinos a abeberarem-se, sô-fregos, nas louçanias duma luz apoteótica.

Por sua vez, os iluministas Feliciano e Calcado, mestres nas artes de enfeitar, entregavam-se à faina das ornamentações das ruas e caminhos, então arentos que levavam ao adro da igreja.

O rapazio barulhento e gaifoneiro como brazebus, ora derrido na sua leveza de futuros arduos, andava a competir com os moços, carreando também aos ombros desnudos e cobreados do iodo das marezias, os mastros com bandeiras já nos topes, colunatas e tábuas, fiadas de galhardetes, escudetes alegóricos, cordões de buxos, murtas e flores de papel, — toda uma aparelhagem pintalgada e decorativa, espetacularmente policroma que embelezaria o recinto do arraial de cores berrantes e alegres. No uso e costume, os palanques das músicas foram erguidos dentro do próprio adro, aos lados do seu portão

principal a continuar a irreverente profanação dos seus mortos. E quando chegou o sábado, nada parecia faltar ao marcado complemento de grande programa...

Ainda o sol deste dia andava a burrficar de poalhas doiradas os pendões dos milheirais que tocados pelas brisas mareiras ficavam a ondear como se fossem crinas hirsutas de potros bravos em correria, e já os mordomos se aprestavam para a tarefa. Engulhados de pretenciosas soberbias nas suas andainas novas, grossas cadeias de ouro a reluzirem sobre o ventre e na cabeça espelhentos *panamás* como timbres *heráldicos* da sua alta estirpe de "brasileiros" endinheirados, lá se foram a caminho do Bico, — acatando sempre cortezias à direita e à esquerda —, a esperar a charanga que não tardou a aparecer trazida numa bateira de vela enfunada pelo vento norte.

Despejado nas bordas dum juncal, o trio do Manuel Pedro da Gafanha, seu mestre incontestado, formava-se com estes três órgãos instrumentais, qual deles o mais precociente: — um pífaro por ele assoprado, um bombo e um rufo, trazidos pelos dois ajudantes que traziam um relevo de figuras mais apagadas. O director, não: — era um pedaço de homem bem avantajado, alto e espadado, sempre a segregar sebos gordurosos pelo carão vermelhusco e luzidio.

As pomas do peito recobertas de crespas grenhas deixavam-nos ver, tão acaloradas, os bofes abertos da camisa de linho branco. Vestia de saragoça acastanhada, ainda que as ardências do verão queimassem como achas acesas.

E ao pôr em terra firme as plantas dos desmesurados pés, as calças vinham arregaçadas até os artelhos, bem acima dos sapatorros de atanado, para facilitar ao corpanzil a manobra da saída.

Ao fazer seus cumprimentos em salamaleques rebolados pelos três, o mestre descobriu-se como um príncipe da diplomacia, e mostrou a careca riscada de veios já túmedos pelos estragos da arteriosclerose, que um roda-pé de farripas grisalhas e ralas ainda tentava guarnecer desde a nuca aos parietais.

Mas nesta postura de reverência era inquietado, contumazmente, pelas ferroadas das moscas que, avoejando das «marés» dos moliços em decomposição, a crivavam como choupadas de alfinetes.

Tirando então do bolso um «alcobaça» vermelho, armou-o em coifa atada com nós aos quatro cantos e cobriu com ele a cabeça, sobrepondo-lhe em último reduto de defesa, o seu boné de pala. E adiantando uns passos, declarou-se apto a zabumbar a povoação!

Por alturas da Caneira, estalaram os primeiros foguetes, alarmando o gentio da vizinhança. As mulheres, assim distraídas das lidas cotidianas ainda mais agravadas naquele sábado festivo, vinham de corrida espreitar à cancela das hortas ou por cima do ripado dos aídos e à beira dos caminhos. Uma das mais novas com a pressa até trazia o último bambino, carnes gordas às regueifas, escarranchado nos quadris a sugar da teta o leite forte e substancioso. Outras, agarrados às dobras das saias, sacudiam delas estes filhos-tropeços, maiorzinhos, que especavam estarrecidos diante daquele homem tamanho, — não fosse ele ser o papão capador das suas «grilas» — e que tentavam impedi-las de gozar aquele regalo. Todas, já em ranchos, já sós, ao verem a mefistofélica súcia no manejo histriónico das macetas endiabradas a que as agudezas do píforo dobravam dissonâncias, ficavam-se pasmadas em ditos risoteiros e mofentos. Os garotos, esses, picados pelo imprevisto, surgiam de cada canto, das encruzilhadas, dos becos, ruelas e betesgas, aos magotes, e desabalados em correrias e alaridos desaustinados, vieram formar a sua comparceria no adjunto, tamborilando em latas velhas, talhas partidas, gaitas de barro, com assobios estridentes, a cantarolar e a dançar.

Para cúmulo de maior arrelia, até o mais azougado «traste» lá dos sítios da Balsa — *charrela* por sua alcunha — veio ajuntar àquela caprichosa inferneira a toada específica e lúgubre, tantas vezes trágica, do búzio que o pai guardava sobre a cômoda na sala e com que anunciava nos dias invernosos a chegada à ribeira dos Fragosos, da sua bateira a esbordar de berbigão fresquinho — maná capitoso em noites friorentas. Na passagem pelos margidos dos Carramonas onde as vacas nédias retoicavam o pascigo verde e tenro, a algazarra era tal que lhes fez levantar os focinhos das ervagens, alongar os olhos parados e meigos, agora inquietos por tamanha turba em movimento e, temerosas, deram-se aos puxões tão fortes que rebentaram os cabrestos retezados da sua prisão, e elas aí se foram de rabo alçado mai-las crias, a fugirem espavoridas através dos milheirais que destroçavam que nem pancada de vento ciclónico.

E quando tudo aquilo desembocou na rua da Igreja, já embandeirada e florida, mesmo em frente da casa dos «Sarroleiros» ainda com marcas embora delidas, de esgrafitos renascentistas sob as linhas dos beirais, aquela malta que simularia — salvas as irreverências — a entrada triunfal do rabi da Galileia nas ruas engalanadas de Jerusalém, era agora uma torrente desbordante...

Aquí, o Manuel Pedro ao ver-se no local da festa, sentiu sobre si todo o peso da sua responsabilidade. Súbito estacou e concluiu para consigo: — «agora é que são elas!». Porém ajeitando seus ânimos e paramentando-se com ares hieráticos de *maestro* a que dava graduada e magestosa imponência uma cinta de lã branca com as duas pontas sarjadas a vermelho e azul, caindo como borlas de flamante banda abaixo da jaleca, repetiu mais uma vez a estafada *solfa* do seu reportório, copiada — quem sabe? — dalgum rapsode ambulante que se houvesse embrenhado pelos areais da sua Gafanha a encher a pança de batatas farinhentas.

Mas de repente, notou-se cercado pela malta do rapazio que lhe vinha fazendo coro. Agora de cócoras para não ser visto junto à porta do estaleiro dos Cabicas, o mesmo gاندulo da Balsa, capitão dos ladravazes nas lotas da sardinha na costa do mar, rapava a dentadas de gume na côdea de um tessalho de brôa rija e, a intervalos a morder-se de riso, urdia com os companheiros o trama de uma *partidinha* de brado... Nisto, o maroto aproxima-se em furta-pé do mestre que absorvido no êxtase do seu momento musical, embebia as pupilas na doçura dum céu de transparências imaculadas, puxa lesto por uma das pontas da cinta a aguentar-lhe o bojo. Com a ajuda dos sócios idos na sua cola, fá-lo dar duas voltas sobre si como um rodízio que se desprendesse. Solta, fuge-lhe com ela ao longo da rua, erguendo-a a drapejar em flâmula, tal um rabinho de papagaio, entre o cascalhar e a estridência duma vozearia galhofeira.

Suspenderam-se então, dir-se-ia tocados de apoplexia fulminante, os movimentos vivos e orquestrais do concerto... e neste comenos todos os ádipos intestinais do artista, assim desamparados e sem fibras de continência, espojam-se com a tela da própria camisa sobre os cós das calças num reborde de carnes gordurosas, lembrando a massa amanteigada de um disforme queijo da serra a que houvessem quebrado a côdea do seu embargo.

Mas os mordomos condoídos vieram pressurosos arrancá-lo àquela postura inglória que o derrancava em suprema vergonha, por entre picantes apedrejos de ironias, e levaram-no, a ele e aos companheiros, a fim de se recobram dos abalos, até à taberna do tio Feijões onde os «catrazanas» haviam despejado há pouco, uns odres daquele refrescante *palhete* das bandas de Lafões. Agora já cheios com os cobres da paga em suas sacas de coiro, eles lá se iam a caminho do Monte, sempre com as esporas a alfinetar as barrigas dos machos espantadiços para que retinisses ao longe as campainhas das coleiras. Depois de refeitos pelo pingato que os repuzera em si e os integrava novamente na grandeza da sua arte, os *homens da gaita* continuaram a tarefa do reclamo anunciador através dos demais núcleos da grande povoação, tamborilando e pifarando sempre a sua marcha que diríamos *heróica* — empavezada e estridente desarmonia musical que os meus ouvidos a tamanha distância, ainda hoje logram acordar...

Iluministas e Músicos...

Ia anoitecendo agora na planície ainda ardida com a esturreira dum sol queimante, depois dos desmaios dum poente que derramava sem conta na orla do horizonte e sobre o remanço das águas, verdadeiras cataratas de sangue e oiro a parecerem incêndios como das lendárias destruições bíblicas... Começava também a faina de acender as iluminações à veneziana e a copinhos — labor a que os miúdos acrescentavam suas ajudas, despitados em melhorias pelos dois contratantes que rosnavam entre si ressequidos olhares de soslaio. Em breve o recinto iria ser uma galhardia de lumes!

Para riscar, em regozijo mais largo e nos longes da noite as manchas luminosas do seu facho, o Feliciano começou a dar vida ao farol, mastro iluminado em toda a altura dos seus vinte e cinco metros por cubos cilíndricos de ripas engatadas longitudinalmente uns nos outros os quais, fechando a arqueação articulada sobre o fuste, o abraçavam com miríades de lumes, coados pelos vidros coloridos das lanternas deles pendentes. No tope à laia de um zimbório, dominava-o uma espécie de cúpula também arqueada e recoberta por tiras de pano transparente cujas

cores variadas um enorme candeio interior projectava a distância. Enterrada bem profundamente no eixo terminal da estrada mesmo junto às «Cancelinhas» do adro, a base deste arranjo ornamental era guarnecida e enquadrada num rectângulo de madeira em forma de plinto, todo ele guarnecido de arabescos, aberto em cada face por um pórtico de estilo ogival de cujas arquivoltas pendiam como cachos fosforescentes, balões minúsculos a lacrimejar sua ténue luz nas franjas dos papéis das grinaldas.

Concluído o trabalhoso conjunto, fez-se a entrada nos palanques dos músicos do António Maria e dos Portugais. À filarmónica do Agostinho Leite pertenceu o músico *Miguel Maria da Silva Portugal* que a abandonou quando ele foi viver para Estarreja, constituindo um quarteto com o médico dr. António da Cunha e Costa, dr. Elmano da Cunha e Costa, e outro, e fundando mais tarde, em 1889, a terceira filarmónica local com músicos criados por ele. Havia, pois, na Murtosa dois agrupamentos musicais de 1889 a 1897, em que se salientaram algumas figuras cheias de personalidade de projecção artística, não devendo esquecer-se no friso dos seus relevos os *Hortas, Tamanqueiros, Cabicas, Calados, Raquellos*, etc., cujos nomes andavam decorados entre o público de tantos admiradores. Não deixa de ser curioso acentuar, igualmente, que os nativos murtoseiros tiveram sempre notada propensão para o culto das harmonias e melodias da música e grande entusiasmo pela divina arte do som, o que me quer parecer uma devoção enraizada profundamente no humus ancestral da nossa grei, como também revelou a Tuna que entre nós, ensaiada por Alípio Portugal e Gonçalo Cabica, deu tanto brado e foi acepipe espiritual do burgo, acordando-lhe os silêncios...

* * *

Arraial nocturno. Despique das filarmónicas

Na confluência das ruas e caminhos que convergiam para o adro e por todo ele, sempre aberto a todas as irreverências, iam agora alaridos altos de gentes que se comprimiam em verdadeiras ressacas de ondas humanas, ora em fluxos ora refluindo, no gozo do grande espectáculo. Espraiaando-se a custo por todo este recinto, o arraial alastrava a sua mancha viva de movimento e de cor...

Os rapazes acudiam agora de todos os lados, berrantes de «apupadelas» estrídulas, harmónicas ainda mudas ao tiracolo ou já arrastando sons adocicados das mòdinhas em voga. E as cachopas, algumas em saias interiores de garri-das flanelas como salpicos de tinta alacre no pano negro da noite, iam cá e lá, deixando-se tocar por eles de amorosos beliscões e contactos, mãos enlaçadas com sensual prazer, e pondo seus meneios em geito p'ras danças da cana-verde ou da roda, mais apetecidas, em que as carnes do seu corpo viessem a queimar-se em deliciosos ardores de febre. Por aqui e por ali afloravam, também, grupos de improvisadores de cantigas ao desafio nas apreciadas competições de estímulo artístico que um cancioneiro não desdenharia, ou nos desenhos romantizados de sabor amoroso em que perpassariam lutas do coração, duelos cruciantes de ciúmes empestados, ilusões desfeitas de prometidos enlevamentos — todo um folclore de quadras, leves e fluidas como sopros d'asa ou rumor de fontes, que o compasso das violas ritmava e erguia no ar para se diluírem depois, esparsas, no ambiente esfumado de toadas sem nome.

As «vendas» também emprestavam ao inusitado adjunto a sua compárceria de folgado movimento e regorgitavam até os gorgomilhos com beberricadas de copo à roda em cujas filas as mulheres também metiam por vezes a sua presença, distribuindo-se o vinho em goles certos na usança dum mutualismo tradicional com seus códigos ainda em vigor, de consuetudinárias regras.

Nos coretos, as filarmónicas despicadas continuavam a não dar fôlego aos seus homens. As peças clássicas do reportório, as mais afamadas em criar representação e de mais difícil técnica, iam já consumidas na voragem das execuções intermitentes, e abria-se, agora, nas estantes as partituras de mais leve desempenho, ainda a denunciar o vigor duma luta que nada queria ceder, uma à outra. A consagração aos músicos de maior nomeada andava de boca em boca, nas críticas de louvor aos primores da sua arte que ninguém igualaria em tão alta perfeição e virtuosidade para serem diminuídas as melhores figuras da outra como incapazes da mesma sonoridade e interpretação. E as discussões, por vezes azedas, tomavam seus calores...

O arraial ia já no auge a estrugir e a trepidar num largo panorama de vida e alegria: — era a hora máxima de suas ondas de sons rumorejantes, de clamo-

res, de festa e de ruídos de cantares. Tomava, então, vez o fogo de lágrimas, a derramar no espaço picado de estrelas de veludíneo brilho, jorros de mil lumes que, ora faiscavam e se abriam, lá nas alturas, em leques, corolas, florações e chuvaíros coloridos, ora o riscavam de listões candentes, quais setas que andassem a ruborescer, por milagre de Deus!, o negrume misterioso da noite sem luar, ora se ficavam em baloiços como berços suspensos de bambinos, alfombrados por fadas invisíveis com rendas de variados matizes — em tal profusão de cintilações que os olhos se embebedavam com a sua cromia — para virem desfazer-se, muito devagarinho e rentes à terra, em bocadinhos morrentes que se houvessem despregado, sem destino, das estrelas erradias cravejadas na concha azulina dos céus. E por entre a fascinação e sortilégio de luz que pareciam interminas, as bombas reais, crepitando, estoiravam em ribombos truanes de ferino som, percucientes que nem pancadas secas de trovões numa ciclópica assolação contra a terra inerte..., enquanto foguetes de estalaria mais brandos repenicavam em latidos de cães no ambiente já ensurdecido pela vozeria e revoada de alaridos, acordando em rubros clarões o sossego da plenície. Era um rumor que parecia não abrandar mais..., — embora das bandas da serra a madrugada já andasse a mexer nas tintas esbranquiçadas dos seus livores e o Sete-Estrela, perdido de sono, fosse a descansar da velada na alcatifa leitosa da Estrada de São Tiago.

Então, a música dos «Portugais» dá a consigna do fim tocando para remate a *Portuguesa* que andava nessa época, trauteada e cantada, como sopro lamuriante do nosso patriotismo ofendido. Mas..., ainda se não tinham desfeito os últimos acordes do inspirado hino, já o António Maria a quem os garotos da sua escola haviam pregado no seu corpo a alcunha zombeteira de *garrano*, de pé, coco na cabeça e hirta no seu fraque rabudo, atacava os primeiros compassos da mesma peça musical, ofendendo em atrevido ousio o ritual destes torneios. O inesperado gesto foi como se caísse sobre todos a mais pavorosa das bombas e como se desabasse o *Carmo e a Trindade!*...

Os palanques viram-se, desde logo, cercados dos seus mais intransigentes admiradores, paus no ar, receosos de qualquer agressão aos respectivos ídolos. As mulheres, inquietas, buscavam os seus homens a convencê-los a regressar a casa, antes que o arraial da festa se transformasse

num «arraial» de pancadaria com instrumentos a tocar ao mesmo tempo a mesma partitura que não tinha fim ante a expectativa geral. Interviram parlamentários, mas o António Maria truculento de génio, não cedeu e, por fim, com os músicos todos de pé no coreto, possesores de inflamado calor da sua presumida vitória, ele de batuta ao alto e agora em cabelo, começaram a entoar em coro num frenesi de entusiasmo sonoro e troante como vindo dos mais fundos subterrâneos das suas goelas, as quadras maravilhosas da canção que se perpetuou em timbre heráldico do nosso ressurgimento

Heróis do mar, nobre povo

Nação valente e imortal...

.

Em festivos repeniques como partidinha do sacristão Silvério, até os sinos da torre soaram galhofeiros enquanto uma revoada de palmas, gritos de entusiasmo e de sons confusos, toda uma maré alta de aplausos, ensurdeciam o recinto em consagração ao mestre que, ao findar, se voltou para o público a agradecer-lha, preso de emocionante comoção e com lágrimas nos olhos contentes.

No outro coreto distribuíam-se, entretanto, os «papeis» da famosa partitura *Carnaval de Veneza* e todos os olhares se voltavam para lá compadecidos, julgando a sua gente em transe amargos de uma derrota irreparável. Mas o Alípio que há pouco havia regressado do Brasil onde colhera bastos lucros para o seu celebrizado violino, não perdeu a serenidade diante da estrondosa *revanche*. Mostrando-se risonho, magestoso até dentro do seu jaquetão cujas linhas tão bem se ajustavam ao corpo esbelto numa última postura de boa forma. Um cravo vermelho de íntima oferenda manchava-lhe a lapela como ferida a gotejar sangue. Dominando elegante como um Petrônio, aqueles momentos de estesia colectiva em que as almas vivem paradas em anseios e temores angustiosos, estende então o ébano da sua batuta sobre a cabeça dos seus homens naquele seu gesto de pesada autoridade que tanto faria estarreecer lá no fundo da bancada o velho *Raquel*, em convulsões e guinadas intestinais, queimantes como áscuas e ataca senhor de si os primeiros compassos da obra imortal. Seu pai, patriarca de uma dinastia de musicógrafos com merecimento, cofia os pelos da

farta bigodeira platinada, olha o irmão Manuel Joaquim para que não troque os andamentos, enquanto vai limpando a luzidia flauta de metal branco. De olho pequenino abregeirado e vivo, espreita atento por cima dos óculos cavalgados na ponta do nariz, o momento solene da sua entrada de solista na execução das faladas *Variações*, de tão difícil tessitura técnica.

Como por encanto, faz-se um profundo silêncio à rodal. Até parece que se suspendem as respirações. À circundar o palanque era a vaga humana dos seus admiradores no ante-gozo dum regalo artístico de tamanho brilho... A um leve sinal do filho, a sua flauta dedilhada com mestria como no encantamento da de Mozart, principiou então a apetecida faina de loucos sons, desgarrados e cabrioleiros, abrindo-se melodiosa suavemente ou voluptuosamente, numa catadupa de ritmos. Parecia possessa dum frenesi inominado e de notas saltitantes de endiabrada clave que eram antes uma bacanal ou orgia de tons: dos graves aos mais agudos na escala cromática a que a ligeireza das semi-fusas imprimia um deslumbramento de volúpia musical. Era tal o poder de magia dos seus arroubos artísticos que a multidão desbordante ficou tolhida de movimentos, fulminada e petrificada, diante do seguimento da audição maravilhosa! E no silêncio do ambiente extático, duma moita próxima do silveiral ao rez-do-chão do caminho de amoras vermelhas que as madre silvas silvestres adocicavam, o maroto de um melro assobiava também, para logo se calar e fugir, quando os *vivas* cortantes de agudezas estridentes, os aplausos, as palmas, os assobios, os gritos, todo um mar de vozes proclamaram a superioridade da *Música Nova*..., — dealbava agora o dia a tocar de oiro os picos recortados da Gralheira e a passarada, chilreadora e mexediça, cantante do frescor da manhã, erguia pelos cômodos da Saldida, trilos celestiais que eram os seus laudes à criação, ao amor e à vida.

* * *

Missã-Solene

Por volta das dez horas os sinos voltavam a repicar numa aleluia de toadas festivas, chamando os fiéis às cerimónias religiosas do dia, pois que a missa a grande instrumental iria começar em seguida com aparatosa solenidade litúrgica cujo ritual o padre Fragoso faria manter em rigo-

roso preceito. Passavam já pelas estradas, atalhos e caminhos debruados de tamargueiras e silvaredos, grupos dispersos de homens e mulheres, rapazes e raparigas, beatas encoitadas no lenço puxado em pala sobre os olhos, os mordomos da festa em trajes nobres com a filharada em idade *angelical* p'ro figurado da procissão — toda uma multidão informe a mosquear as vias de acesso à igreja matriz, de chapadas negras, num contraste irritante com a natureza em flor.

Nem admira que assim fosse: — na Murtosa todos são consimiles num vestuário severamente frio e pesado. Até ao das próprias moças em sua plena alegria de viver faltam aqueles nadas de garridice que tornam sedutoramente primazes na arte de entontecer, as ledas mulheres do Minho, menos belas e esculturais, no entanto. Tudo entre nós é escuro, menos a alma, de lavada que anda de tantas maldades que vão por esse mundo...

Leva que leva, estugam o passo na mesma direcção alguns levitas do Senhor e até o padre *Calças* salamanqueia nos longes da Saldida, de batina ensebada a cair dos ombros, um pouco atrasado por andar a servir primeiro às vacas braçadas de «bandeiras de milho» para não mugirem desassocegadas pela sua ausência. E na sua função de aprendizes de padre, não faltam também seminaristas já metidos dentro da mortalha dos seus apetites, que ao verem à sua volta em adejos de calhandras, graciosas e inquietas, as esbeltas tricaninhas de carnes sensuais e trementes, quem sabe se não maldiziam o impiedoso sequestro que no alor da mocidade tão desumanamente lhes fez secar o refrigério da fonte da vida.

A igreja bem modesta era, agora, uma catedral sumptuosa. A sua nave seiscentista de singelo traçado nem parecia a mesma — tais a opulência e magestade das decorações e embelezamento que o armador Manuel José Zargo, tido e havido como o mais opulento das redondezas a quem devo o apadrinhamento do meu nome na pia baptismal, por toda ela espalhava com profusão e delicadeza incomparáveis. Ao largo das duas linhas cumieiras do teto apainelado com artezãos coloridos de alegorias simbólicas já bem sumidinhas pelo tempo, estendiam-se teorias de cristais chamejan-

tes que faiscavam e cintilavam e reverberavam, chispando fogachos em irisações súbitas, ora de oiro e rosa, ora de púrpura e sangue.

O altar-mor de formosa talha em oiro-velho, realçado por elegantes colunas salomónicas ilustrando a pureza do seu estilo, e todos os laterais, de arquitectura já mais sóbria, ardiam em lumes incontáveis que faziam rebrilhar por graça copiosa do sortilégio da luz, os matizes das rosas em botão a emergirem nas banquetas dentre núvens de gipsófilas de espessa brancura, levemente vivazes como pinceladas de ensaio na tela ainda imaculada dum colorista célebre que estivesse a sonhar, enlevado num instante criador das suas supremas visões de arte, a glória refulgente e radiosa dum quadro imortal.

Da sanefa articulada do arco-cruzeiro pendiam, à laia de reposteiros, dois ricos brocados carmezim entretecidos com figurações em relevo de oiro e prata que a luz das velas acesas irisavam de fosforescências matizadas, acrescentando-lhes um brilho de fantasia oriental. Abriam-se em leque para cada lado, em simetria, inversamente, paralela. Um abraçadeiras de grosso cordão de sede arregaçavam-nos, deixando liberta para os olhos toda a imponência luxuriante da capela-mor. A face interior das paredes murais do templo, em toda a superfície, mostrava-se revestida de panejamentos adameados em cores vivas com os listões dourados e prateados das guarnições a rebrilharem, e as grades do côro, cobertas por colgaduras de variados tons. A todo este conjunto ornamental emprestava certa virtuosidade de fascinação o trinar dos canários que espicaçados pela luz e pelo som, soltavam das gaiolas dependuradas por aqui e por ali, ao longo das paredes assim engalanadas, os seus gorjeios e cantares maviosos.

Quando os violinos começavam a erguer no coro as primeiras notas da *Gloria in excelsis*, era a nave em roscier de lumes e exaltação, um verdadeiro incêndio que faiscava e ardia, dela evoluando-se a poesia da cor e do som, das aladas harmonias e do influxo dos extases celestiais. A impressionante vibração das belas cadências litúrgicas perfumava-a até nos seus próprios e mais afastados recantos com o fumo espiritual das suas rezas e das suas melodias. Era, na verdade, a visão de um sonho estonteante a paisagem que ela ofertava assim vestida de magia e sonora de ritmos!

A Procissão

Sai em seguida a procissão com os seus andores enfeitados de plumas e lentejoilas de várias cores aos ombros dos rapazes com os seus fatos domingueiros e opas brancas.

Vão nela os *anjinhos* vestidos das mais bizarras formas, o pároco sob o pátio acompanhado dos padres que tomaram parte na missa solene, com as filarmónicas e muito povo na cauda.

Para a sua passagem são tapetadas de verduras as ruas, com espadanas, junco e alecrim, rescendendo com o piso a ar de festa.

Das varandas e janelas pendem nas casas humildes colchas antigas de chita, e de seda e damasco em casas de mais haveres.

Era como que a apoteose da crença festejada, cuja lembrança orvalha os olhos de saudade pela vida fora, recordando a infância descuidada e a mocidade de sol radiante, de manhãs claras, que ficaram para trás, tanto para trás, que parecem sonho desfeito!

* * *

Arraial da tarde

Terminava com ele a festa.

O desafio musical repetia-se. Subiam ao ar balões de grandes dimensões, *máquinas* como lhe chamava o rapazio. No *coradoiro*, apareciam as moçoilas de rostos afogueados, olhares prometedores, aguardando a chegada dos namorados que as acompanhavam às suas moradas em derriços cheios de pitoresco.

Descia o sol no horizonte franjado de oiro e púrpura e os últimos acordes das filarmónicas esmoreciam como em aceno de despedida, até à subida aos ares dos últimos foguetes, impondo o silêncio, a continuação da vida árdua de trabalho e de canseiras.

ERRATAS

Págs.	Onde se lê	Deve lêr-se
31	— causas	causae
64	— descolada	desolada
77	— manceios	manaías

e outras também de fácil correcção.



ÍNDICE

	Pág.
Introdução	9
Funções judiciárias e administrativas	11
Instrução pública murtoseira	25
Casa da Agra	39
Senhores da Caneira	47
Igreja da Murtosa	51
Mercado de Pardelhas.	53
Asilo-Hospital	55
Torreira	63
Referências Biográficas	81
Aventureirismo dos murtoseiros.	125
Catrazanas e Padre Rodrigo	141
Etnografia popular	149

MURTOSA — Terra Nossa

de

LOPES PEREIRA

Na crítica da imprensa

O Snr. Lopes Pereira compôs um ensaio geo-histórico da Murtosa e traçou a paisagem e architectura do seu povo em estilo elevado, em bela e eloquente linguagem, exaltando o murtoseirismo que conseguiu, através de porfiados esforços, a independência da famosa região, que por si passou a reger-se administrativamente.

Diário de Notícias

A terra e o povo, em relação ao seu meio geográfico e à sua história são estudados, com verdadeiro carinho, neste trabalho do Snr. Lopes Pereira. Transcendendo o teor duma simples conferência, tem o valor duma verdadeira monografia e com ela a Murtosa fica a dever um valioso contributo para a sua documentação ao Sr. Lopes Pereira.

O Século

O Snr. Lopes Pereira deu-nos um magnífico estudo sobre essa encantadora região, sob todos os aspectos, esgotando-os pode dizer-se. A Murtosa glorificada pela sua palavra ardente, de retoque literário, retrata-se em corpo e alma neste livro, que merece ser guardado preciosamente, tantos são os elementos novos que contém, a par de uma excelente documentação fotográfica.

Diário de Lisboa

O autor fala demoradamente sobre a Murtosa, lindíssima vila que ele ergue bem alto nas suas palavras, descrevendo-a nos recuados tempos da sua origem e não se esquecendo de citar nomes dos que, no decorrer dos anos, mais devotadamente trabalharam em sua defesa e para o seu engrandecimento.

República

O Snr. Lopes Pereira escreveu o ensaio «Murtosa — Terra Nossa», no qual, com grande cópia de dados científicos e históricos, estuda a mesma vila e seu termo, nos aspectos geográfico, histórico, paisagístico e architectónico. Trata-se duma monografia, abundantemente documentada com gravuras de alguns dos mais belos aspectos da Murtosa:

Primeiro de Janeiro

A história da Murtosa precisava na verdade de ser escrita e exaltada — por quem o pudesse fazer com aptidão e inteligência. O Snr. Lopes Pereira foi o seu monografista atilado, prudente, caloroso — e autorizado. Daí o encanto do seu ensaio, que se lê com verdadeiro aprazimento, despertando em nós uma viva curiosidade pela terra e até uma admiração expontânea pelas suas maravilhas — e pelas virtudes da sua gente.

A Murtosa, vila do litoral, paredes meias com a Torreira, com Ovar, é daquelas povoações de sonho onde a beleza da natura se engrandece pela variedade da paisagem, pela grandeza do mar, pela luz argêntea dos poentes, pela graciosidade da praia e pela formosura do elemento feminino. É uma terra de louçanias esplendorosas — mas de trabalho fecundo e duro.

Jornal de Notícias

Justamente, por que nos não é desconhecida, não foi surpresa quanto, num primo-roso trabalho «Murtosa. Terra Nossa», o Snr. Lopes Pereira escreve acerca daquele berço de pescadores. Mas, manda a verdade se diga, a obra do Snr. Lopes Pereira é um documento valioso, e de inédito valor, porque, além das suas admiráveis evocatórias da paisagem e natureza murtoseira, contém uma substancial e erudita base, que mais valoriza a deliciosa brochura.

Diário do Norte

É um trabalho dum verdadeiro escritor, traçado em páginas de larga e profunda investigação e em que a sua pena prodigiosa deixa, a par dela, cores de aquarela, dignas da paleta dum pintor apaixonado, preso do encanto da nossa paisagem, cuja luz entrou bem dentro da sua alma.

De quantos serviços a Murtosa deve a seus filhos, este é um dos mais valiosos pela esgotante indagação da origem do nosso povo, dos primeiros alvares que iluminaram a nossa terra no esforço sobre-humano da sua gente.

O Concelho da Murtosa

Lopes Pereira, cheio do seu grande-primeiro amor, que é precisamente, o amor à terra em que nasceu, parece que andou, em jeito de amorosa romagem, a interrogar cada pedra do caminho, cada sulco dos campos, cada onda do Mar, cada marulho da Ria, e a descobrir o segredo de cada voz de seus irmãos, de cada movimento interior da alma, de cada anseio do peito, de cada flama de inteligência, para que tudo isto lhe falasse das origens do berço comum e lhe dissesse do valor e projecção da gente sua irmã.

Correio do Vouga

Não é, apenas, obra de beleza literária, abundante de sentido poético, hino de amor a uma zona por onde não cavalgaram fogosos corcéis e guerreiros antigos de elmo e lança, mas um estudo sério fundamentado, principalmente, em dados geológicos, que inteligências esclarecidas e probas investigaram.

O Concelho de Estarreja

O conhecido publicista Lopes Pereira, que, nascido na Murtosa, é um dos seus elementos mais representativos, pela notável acção intelectual que em seu favor tem dispendido através da sua vida, acaba de editar este interessante e valioso ensaio geo-histórico da sua origem e da paisagem e arquitectura do seu povo.

É, na verdade, um estudo profundo, escrito na melhor prosa e que se torna um admirável repositório de coisas da Murtosa, útil e atraente para todos os seus filhos, e também para os da sua Região.

Jornal de Estarreja

Lopes Pereira, mostra-nos, neste trabalho, inteligência rara que há muito lhe conhecemos, pois com ela vimos tratando há mais de 40 anos, desde que veio como funcionário fiscal para a nossa Vila da Feira, onde entregou o seu coração amoroso, passando a ser seu filho adoptivo e mais tarde como funcionário judicial, em que foi aposentado, sem nunca esquecer a sua Murtosa, como o documenta no seu trabalho, rico em literatura e em conhecimentos históricos, que acaba de apresentar em público, enriquecendo as livrarias.

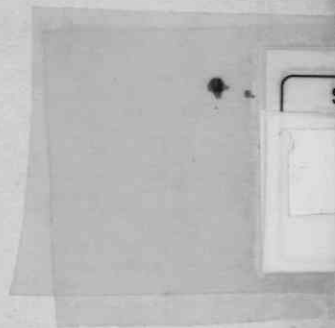
Correio da Feira



TRAJO ANTIGO



MULHER MURTOSEIRA





TRAJO ACTUAL



ÚLTIMO RETRATO DO AUTOR